



Universidade de Brasília - UNB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS
Área de Concentração: História Social
Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder

Linhas e Entrelinhas da Memória: o Arquivo do Senado Federal no período de 1946-1964.

AUTORA: Tatiane Braz de Oliveira

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª Vanessa Maria Brasil

Brasília, DF
2009



Universidade de Brasília - UNB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS
Área de Concentração: História Social
Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder

Linhas e Entrelinhas da Memória: o Arquivo do Senado Federal no período de 1946-1964.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS – UNB), sob orientação da Prof^a Dr^a Vanessa Maria Brasil, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Brasília, DF
2009

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS – UNB), sob orientação da Prof^a Dr^a Vanessa Maria Brasil, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Vanessa Maria Brasil
Orientadora - Universidade de Brasília

Prof.^o Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Universidade de Brasília

Prof.^o Dr. Antonio José Barbosa
Universidade de Brasília
Examinador

Prof^a Dr^a. Albene Mírian Ferreira Menezes
Universidade de Brasília
Suplente

AGRADECIMENTOS

Um trabalho dessa natureza é carregado de uma solitude implícita, que mesmo sendo realizado individualmente, não deixa de mobilizar um grupo, não tão pequeno de pessoas que nos auxiliam a fazer curvas e a descobrir os melhores caminhos para o desenvolvimento da pesquisa e a construção da dissertação.

Nesse sentido, os meus agradecimentos ao Departamento de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, em especial a professora Vanessa Maria Brasil, que sempre me orientou de maneira ímpar, lapidando aos poucos minhas limitações intelectuais historiográficas, e ao mesmo tempo, fazendo mais rica a troca dos nossos conhecimentos sobre essa relação interdisciplinar entre a arquivologia e a história.

Aos também professores da Universidade de Brasília, Renato Tarciso Barbosa de Sousa e Antonio José Barbosa pela gentil disponibilidade e interesse intelectual com que me receberam e contribuíram para a realização desse trabalho.

Aos colegas de trabalho do Arquivo do Senado Federal, em especial a equipe de trabalho das Comissões, ao Fernando Franca e ao Rogério pela incansável interlocução teórica, pelo apoio à pesquisa das fontes, e pelo suporte afetivo.

Ao amigo Sérgio pela gentileza em oferecer seus serviços de revisão e correção.

Aos amigos do coração que foram constantes e presentes nesses momentos de construção, me trazendo a lembrança da alegria e da leveza.

À Marcia, a Clari e ao Zeno pela torcida e pelo amor incondicional.

Ao Pedro, companheiro de caminho, que atuou de forma decisiva na minha inspiração e no desejo de buscar novos e desconhecidos rumos.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AN** - Arquivo Nacional
- ASF** – Arquivo do Senado Federal
- CD** – Câmara dos Deputados
- DA** – Diretoria do Arquivo
- MATE** - Sistema de Registro de Matérias Legislativas
- PL** – Partido Libertador
- PL** – Projeto de Lei
- PLC** – Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
- PLS** – Projeto de Lei do Senado Federal
- PR** - Partido da República
- PSB** - Partido Socialista Brasileiro
- PSD** - Partido Social Democrata
- PSP** - Partido Social Progressista
- PST** - Partido Social Trabalhista
- PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro
- SF** – Senado Federal
- UDN** - União Democrática Nacional

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Tabela de ementas de PLC's e PLS's.

ANEXO 2 - Correspondência do zelador, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo do Senado Federal, datada de 05.07.1954.

ANEXO 3 - Correspondência do zelador, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo do Senado Federal, datada de 12.07.1954.

ANEXO 4 - Correspondência do zelador, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo do Senado Federal, datada de 22.07.1954.

ANEXO 5 - Recorte de jornal anunciando estágio para arquivistas em Paris, 1954.

ANEXO 6 - Folders informando sobre soluções para combate de insetos.

ANEXO 7 - Correspondência da Diretora do Arquivo, Aurea de Barros Rêgo, para o Primeiro Secretário do Senado Federal, em 23.06.1964.

ANEXO 8 - Modelo de levantamento dos Dados Biográficos dos Senadores.

ANEXO 9 - Modelos de formulários de organização e controle do acervo documental do Arquivo do Senado Federal.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa inscreve-se no campo da Arquivologia e da História, por meio de uma revisão teórica de conceitos dessas duas áreas do conhecimento, das Ciências Humanas e Sociais. Como tal, perpassa pelo universo da memória, do conceito e da concepção de arquivo, documento, e estuda o caso prático do Arquivo do Senado Federal, no período da intitulada república liberal, ou seja, de 1946 a 1964. Nossa pesquisa aconteceu por meio do diálogo com as fontes documentais encontradas no próprio Arquivo do Senado e pela identificação do contexto histórico e político-social do período em questão. Com o objetivo de identificar e analisar quais eram as práticas de tratamento documental no Arquivo do Senado Federal, buscamos observar como essas práticas refletem e são refletidas de alguma forma na conjuntura político-social do País.

PALAVRAS CHAVE: Memória, Arquivo, Senado Federal, Patrimônio Documental.

ABSTRACT

This research work is embedded in the fields of Archivology and History through a theoretical review of concepts of these two areas of knowledge, of the Social and Human Sciences. As such, permeates the universe of memory, the concept and design of archive, document, and examines the practical case of the Brazilian Federal Senate Archive, during the period known as liberal republic, from 1946 to 1964. Our research was the result of a dialogue with the documentary sources found in the Archive of the Senate, and the identification of the historical, sociopolitical context with the aim of identifying and examining what were the practices of documental treatment in the Federal Senate Archive, we analyzed how they reflect or are in any way reflected in Brazil's sociopolitical context.

KEYWORDS: Memory, Archive, Federal Senate, Documentary Patrimony.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	10
1. DIÁLOGOS ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A HISTÓRIA.....	16
2. O ARQUIVO DO SENADO NA TRAMA HISTÓRICA DOS ARQUIVOS BRASILEIROS.....	26
3. O SENADO FEDERAL DE 1946 A 1964 – UMA CERTA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA	52
3.1. DE 1946 A 1964, O SENADO FEDERAL TINHA ATRIBUIÇÕES DE CASA REVISORA?.....	63
4. OS CAMINHOS E VIESES DA MEMÓRIA: AS PRÁTICAS DE TRATAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DOCUMENTAL NO SENADO.	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
6. FONTES E BIBLIOGRAFIA	128
6.1 ACERVOS CONSULTADOS	128
6.2. BIBLIOGRAFIA	128
ANEXOS	132
ANEXO 1	133
ANEXO 2	139
ANEXO 3	140
ANEXO 4	141
ANEXO 5	142
ANEXO 6	143
ANEXO 7	145
ANEXO 8	147
ANEXO 9	152

INTRODUÇÃO

A chamada “sociedade da informação” na qual vivemos atualmente contou com inúmeros elementos e períodos históricos para que assim se consolidasse, tanto do ponto de vista social e tecnológico como político e cultural.

Não há dúvida de que os arquivos não só desempenham um importante papel nesse processo de transformações e mudanças, como também são alvos dessas modificações e evoluções.

A reflexão e a preocupação com a preservação e o tratamento do patrimônio histórico no Brasil são manifestadas em alguns momentos de sua história. Isso aparece com a criação do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que, de acordo com José C. Reis, a respeito de Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, “refletia uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro, que o recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro representava.”¹ Nesse mesmo ano, também foi criado o Arquivo Público do Império, previsto na Constituição de 1824, e que se consolidou em 2 de janeiro de 1838, na regência de Pedro de Araújo Lima.

¹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.23.

Assim, quase um século depois, surge outra manifestação da intenção de preservação com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937.²

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 veio para ampliar e ratificar o direito à informação. No seu art. XIX garante que “todo ser humano tem direito [...] de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.³

Neste trabalho, nos propomos a observar e analisar um fragmento desse processo. Nosso objeto específico é o Arquivo do Senado Federal, do período de 1946 a 1964, em sua conjuntura político-social.

Propomo-nos identificar e analisar quais eram as práticas de tratamento documental no Arquivo do Senado Federal no período de 1946 a 1964. Avaliamos quais eram e como aconteciam as ações de organização e preservação, ou a ausência dessas, do acervo documental do Arquivo do Senado, bem como buscamos compreender quais eram os critérios de seleção e eliminação dos conjuntos documentais, uma vez que dessas ações resultam as fontes de pesquisa, mediante a guarda dos documentos de valor permanente. Abordamos também a concepção e o sentido do Arquivo para o Senado Federal por meio das suas práticas de tratamento do patrimônio documental.

A opção por este recorte temporal tem a intenção de analisar os efeitos das alterações constitucionais nas práticas de tratamento e organização documental do Arquivo do Senado. Uma vez que somente na Constituição de 1946 os conjuntos documentais foram

² Por meio do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 ficou definido o patrimônio histórico e artístico nacional como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”². Nesse mesmo instrumento legal foi criado o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pelas políticas de preservação.

³ Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

Fonte: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php

incluídos, especificamente, como parte do patrimônio histórico nacional, sendo um dever do Estado a responsabilidade de preservação.

A partir desse momento é que se dará esta pesquisa, percebendo como essa consideração sobre patrimônio histórico aparece refletida nas práticas de tratamento do patrimônio documental do Senado Federal.

A escolha da primeira data (1946) se deve, principalmente, a três motivos: o primeiro foi a reabertura do Senado Federal, pela Constituição vigente; o segundo, pelo fato de o mesmo texto constitucional ter sido o primeiro a considerar os documentos de valor histórico como um bem a ser protegido pelo poder público⁴; e o último, de âmbito interno, pelo estabelecimento de uma nova prática legislativa, por meio da alteração da formatação, da tramitação e do arquivamento da documentação produzida e recebida em função das atividades legislativas e administrativas da instituição⁵.

A opção pelo segundo marco (1964) ocorreu por este ser o final de um período histórico tido por democrático, quando acontece o golpe de 1964 e muda-se a direção das políticas nacionais, conduzidas a partir de então pelos militares. A opção de se pesquisar até 1964 se deu também por causa das significativas mudanças que marcaram os anos seguintes, tanto no âmbito interno do SF, como no cenário nacional.

Como exemplo disso, no âmbito do Senado Federal, ocorre a alteração no processamento legislativo, com a implantação do gerenciamento e tramitação eletrônica de processos legislativos e administrativos, com a criação do Prodasen – Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, em 1972. Essa mudança representou, mais tarde, novas possibilidades de controle dos documentos produzidos, como futuramente a

⁴ “Art 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público.” Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

⁵ Anterior a este período o acervo documental da instituição era constituído em sua quase totalidade de documentação legislativa (projetos de lei, atas, anais, diários) e organizada em coleções de encadernados/códices e documentos avulsos. A partir de então o acervo passa a ser constituído de conjuntos documentais formados de acordo com a organicidade legislativa e administrativa da instituição (processos/processados)

abertura ao acesso público das bases de dados por meio da Internet. Ao mesmo tempo, no panorama arquivístico nacional, ocorriam mudanças significativas no que se refere ao entendimento da importância dos arquivos e seus conjuntos documentais, o que pode ser observado com a criação de centros de documentação, como o CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da FGV – Fundação Getúlio Vargas (1973); o Arquivo Edgar Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social, da Unicamp – Universidade de Campinas (1974); a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia; bem como a autorização e abertura de cursos de graduação em Arquivologia no país.

Para o desenvolvimento da pesquisa, as fontes documentais constituíram ferramenta fundamental. Foram analisados alguns conjuntos documentais referentes ao período estudado e que estão sob a guarda do Arquivo do Senado:

- Atas de reuniões da Comissão Diretora;
- Relatórios da Presidência do Senado;
- Anais do Senado Federal;
- Documentos administrativos da Diretoria do Arquivo do Senado;
- Relatório para instalação do Arquivo do Senado Federal em Brasília (1958);⁶
- Relatórios de viagens a parlamentos da Europa;⁷
- Regimentos, Regulamentos e demais normas administrativas do Senado Federal pertinentes ao tema.

⁶ Relatório apresentado pelo Diretor do Arquivo do Senado Federal, com recomendações técnicas para uma adequada instalação do Arquivo em Brasília. Estudo baseado na especialização em Arquivologia, feita por aquele Diretor, na Espanha.

⁷ Relatórios elaborados por Senadores brasileiros como resultado de missões oficiais ao exterior que tinham como objetivo conhecer e analisar o funcionamento e o processamento legislativo dos parlamentos visitados, nos quais encontram-se referências aos arquivos daquelas instituições.

Desta forma, a temática principal terá como fundamento identificar e analisar as práticas arquivísticas adotadas no Arquivo do Senado Federal, no período de 1946-1964, e observar como estas refletem de alguma forma a conjuntura político-social do País.

Neste trabalho, por se tratar da construção de um caminho de valor historiográfico e arquivístico, no primeiro capítulo expomos algumas idéias e reflexões a respeito da relação interdisciplinar entre a Arquivologia e a História, que compartilham de um processo relacional complementar, entre seus métodos e objetos. Isso se fez necessário, haja vista a escolha da linha de pesquisa e do objeto para a realização desta pesquisa de mestrado.

Já no segundo capítulo desta dissertação, fizemos leituras de identificação e reconhecimento da situação encontrada no Arquivo Nacional, no período estudado, para que estabelecêssemos parâmetros de análise da realidade das práticas do Arquivo do Senado Federal. Fizemos isso por meio de publicações técnicas do próprio AN.

Em um terceiro momento, nos dedicamos a identificar o contexto histórico e político-social no qual está inserido o Senado, e respectivamente o seu Arquivo. Identificamos as funções dessa Casa legislativa, assim como buscamos compreendê-las e comprová-las por meio do acervo documental. Fizemos uma estatística das iniciativas e aprovações dos Projetos de Lei da Câmara (PLC) e Projetos de Lei do Senado (PLS) de 1946 a 1964.

Para a identificação e análise das práticas arquivísticas da instituição, nos apoiamos fundamentalmente nas fontes documentais, especialmente nos documentos administrativos da Diretoria do Arquivo, bem como as atas da Comissão Diretora, os relatórios da Presidência, entre outros. Nesse diálogo direto com as fontes, foi possível perceber o tratamento dispensado pela instituição às suas informações e patrimônio documental.

Para o trabalho de pesquisa e de leitura das fontes, os subsídios teóricos-conceituais foram amparos indispensáveis, a fim de nortear nossa pesquisa, trazendo as práticas empíricas para serem observadas à luz dos conhecimentos científicos. Para as reflexões conceituais sobre documento e memória trabalhamos com dois autores franceses: Jacques

Le Goff e Pierre Nora. Para as questões sobre teoria e metodologia da história, recorreremos ao historiador J. Rüsen. Orientamo-nos também com as ideias teóricas conceituais da arquivista Luciana Duranti, do historiador Carlos Bacellar, do pesquisador José Maria Jardim, bem como as publicações do Programa de Mestrado em Memória Social e Documento, da Universidade do Rio de Janeiro.

Esse trabalho encerra nossa experiência profissional na Secretaria de Arquivo do Senado Federal, bem como essa experiência acadêmica e de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

1. DIÁLOGOS ENTRE A ARQUIVOLOGIA E A HISTÓRIA

Faz-se necessário refletir, especialmente tendo em vista o objeto deste trabalho, sobre a relação intrínseca existente entre a História e a Arquivologia, como disciplinas/ciências que se entrelaçam no “seu fazer”. E, para analisar essa relação interdisciplinar, trabalharemos, principalmente, com o historiador Joel Abílio Pinto dos Santos⁸.

Como, por definição, o historiador está impossibilitado de constatar, ele próprio, sobre o objeto de sua pesquisa, apoia-se nos “vestígios”. A esse respeito, Marc Bloch afirma que “das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas”.⁹ E apesar das inúmeras possibilidades de fontes para a pesquisa histórica, os documentos dos arquivos continuam servindo como instrumentos básicos ao trabalho de historiador.

Destacando ainda o papel das fontes documentais como importante ferramenta para o trabalho da pesquisa historiográfica, Marc Bloch¹⁰ afirma que os historiadores,

⁸ Joel Abílio Pinto dos Santos, historiador, docente do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria – RS ministrava as disciplinas de História Social do Brasil e Crítica Documental no curso de Arquivologia daquela Universidade. Em sua dissertação perpassa a experiência didática e pedagógica com a Arquivologia, em mais de duas décadas.

⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 69.

¹⁰ BLOCH, Marc. *Histoire et historiens*. Textes reunis par Étienne Bloch. Paris: Armand Colin, 1995.

[...] os maiores e os mais humildes, somos parecidos com um pobre físico, cego e inválido, que só saberia de suas experiências pelos relatórios do auxiliar de laboratório. Nós somos juízes de instrução encarregados de um amplo inquérito sobre o passado. Como nossos colegas da Justiça, colhemos *testemunhos*, com cujo auxílio buscamos reconstruir a realidade. (grifo nosso)

Em contrapartida, considerando essa importância das fontes documentais não só para a História, mas também para a Antropologia, Sociologia, Arquitetura e demais ciências afins, compreendemos também como fundamental o trabalho de organização, classificação, avaliação e descrição das referidas fontes documentais, que é realizado nas instituições.

Esse “silencioso” trabalho que é executado nos arquivos pode “responder” muito, quando “perguntado” do ponto de vista da pesquisa. As práticas e metodologias arquivísticas são importantes, à medida que permitem ou não, que seja revelado aquilo que está registrado nos conjuntos documentais.

O historiador Joel Santos atenta em sua dissertação para o aspecto da “razão política dos arquivos e uma perspectiva de construção ideológica que interfere nos procedimentos de pesquisa histórica (a opacidade dos arquivos é uma delas)”.¹¹

Nesse sentido o autor afirma que “o Arquivo Público relacionado ao Estado, em termos de uma razão política dos arquivos, infere a convicção da existência de um espaço de poder”.¹²

Quando os arquivos públicos são abandonados ou relegados como secundários pelo Estado, poderíamos afirmar que há uma opacidade intencional em não permitir que a pesquisa aconteça e traga à tona fatos e nuances que não são favoráveis à representação da sua imagem pretendida.

¹¹ SANTOS, Joel Abílio Pinto. O acesso à documentação dos Arquivos Públicos como razão e contra-razão de Estado e a produção do conhecimento Histórico-Social no MERCOSUL. 2003. 177f..Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Mestrado em Integração Latino-Americana, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. p. 2.

¹² *Idem.* p.7.

Mccullagh pontua que “os aspectos de um objeto que eles [historiadores] escolhem examinar e descrever são aqueles que os interessa. Para ser justa, uma descrição deve descrever todas as importantes características do aspecto escolhido do objeto, para que a descrição não seja errônea de nenhuma maneira.”¹³ Da mesma forma é possível afirmar que nas atividades desenvolvidas pelos profissionais de arquivo, estes atuam de acordo com os seus conhecimentos a respeito dos conjuntos documentais tratados, a sua formação e compreensão de suas funções, suas ideologias e até mesmo seus interesses.

A esse respeito, o historiador Joel A.P. dos Santos afirma que “o pesquisador de História considera que a produção e a preservação dos documentos não são neutros, que o documento foi produzido e preservado segundo interesses ou intenções de quem os produziu, ou de quem entendeu ser importante guardá-los.”¹⁴

Cabe aqui, uma reflexão sobre a trajetória do conceito e da prática de avaliação de documentos no âmbito das instituições. Compreendemos como sendo fundamental resgatar, mesmo que de maneira breve, o histórico teórico-conceitual dessa prática que está intrinsecamente relacionada com a formação dos acervos documentais de valor permanente.

Em conformidade com as idéias de Terry Cook, a história do pensamento arquivístico no século XX, reflete a interação entre a teoria e a prática desta disciplina que arquivistas do mundo inteiro têm exercido para conservar a memória do mundo. Em um ambiente pós-modernista, os historiadores estudam de forma muito minuciosa os processos que com o tempo foram definindo o que valia a pena ser guardado e, algo igualmente importante, que estava relegado ao esquecimento. E é nessa direção que o francês Jacques Le Goff se refere à política da memória arquivística, afirmando que os arquivos têm como origem institucional o papel de serem agentes legitimadores do poder.

¹³ MCCULLAGH, C.Behan. “Bias in historical description, interpretation and explanation”. In: *History and theory* (39/1), 2001. p.42. (tradução pessoal)

¹⁴ SANTOS, Joel Abílio Pinto. *op. cit.*, 2003. p.36.

Se considerarmos a história dos arquivos, como os arquivistas têm refletido em relação a estas realidades sociais da maior importância à medida que iam construindo suas casas de memória? Que argumentos, conceitos e estratégias utilizaram, consciente ou inconscientemente, e por quê? Como eles as mudaram com o tempo, e por quê? Que estruturas de poder e forças sociais predominantes influenciaram nos seus planos intelectuais? Para responder a essas perguntas precisamos de uma história intelectual de nossa profissão. Precisamos compreender melhor nossa própria política de memória.¹⁵

Dessa forma, voltando o olhar para a história da arquivística, encontramos o inegável marco da publicação do Manual Holandês, em 1898, que trouxe definições de princípios arquivísticos.

É evidentemente que a obra de Muller, Fruin e Feith não surgiu do nada na última década do século passado. Os arquivos existem há muitos séculos foram de um tipo ou de outro, porém os princípios arquivísticos modernos propriamente ditos, apesar de certos precedentes muito obscuros, não chegaram a serem formulados com detalhe até a França e a Alemanha do século XIX. [...] A maior contribuição que deram os autores holandeses consistiu em articular os princípios (ou “regras”, como eles mesmos disseram) mais importantes relativos tanto à natureza como ao tratamento dos arquivos. O trio expôs em sua primeira regra, que para eles era “a base sobre a qual deveria apoiar-se tudo” dizia que os arquivos são “o conjunto dos documentos escritos, desenhos e material impresso que havia sido recebido ou produzido oficialmente por um organismo administrativo ou um de seus funcionários...”¹⁶

Seguidos vinte e quatro anos da publicação dos holandeses, Hilary Jenkinson publicou o segundo marco sobre teoria e prática arquivísticas. Jenkinson defende em sua obra que os arquivos são a prova imparcial e a sua visão do arquivista como guardião das provas. Afirma ainda que a avaliação documental é uma atividade que deve ser conduzida e estar sob a responsabilidade unicamente da instituição produtora dos documentos. Segundo Terry Cook, ainda que Jenkinson “expresse temor de que a Administração não elimine o suficiente ou destrua demasiadamente ou produza documentos nos quais as considerações

¹⁵ COOK, Terry. **Interacción entre la teoría y la práctica archivísticas desde la publicación del manual holandês en 1898**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Internacional de Arquivos, Pequim, 1996. p.1.

¹⁶ *Idem*, p. 2.

de caráter histórico tenham o mesmo peso que o dever de proporcionar prova imparcial das atuações, não oferece uma solução satisfatória a nenhum destes dilemas”.¹⁷

No período a que se refere nosso recorte temporal para a realização dessa pesquisa (1946 – 1964) nasce e se consolida a teoria dos valores documentais do arquivista americano Schellenberg que defende a redução da quantidade de documentos, tendo em vista o aumento do volume documental produzido a partir de meados do século XVIII.

O governo não pode conservar todos os documentos produzidos em consequência de suas múltiplas atividades. Torna-se impossível prover espaço para armazená-los, bem como pessoal para cuidar dos mesmos. [...] Ao mesmo tempo, não se pode considerar que os pesquisadores estejam devidamente servidos pela simples manutenção de todos os documentos. [...] Os documentos devem ser reduzidos em quantidade para que sejam úteis à pesquisa erudita.¹⁸

Esse é outro marco importantíssimo no pensamento da disciplina arquivística, pois desloca o foco do trabalho arquivístico da conservação dos documentos à avaliação e seleção dos documentos que serão conservados.

Assim surgiu o conceito americano do ciclo de vida dos documentos, as três idades: Primeira Idade – Arquivos Correntes; Segunda Idade – Arquivos Intermediários; Terceira Idade – Arquivos Permanentes ou Históricos.

Para Schellenberg, responsável pela teoria da avaliação de documentos,

¹⁷ *Idem*, p. 4.

¹⁸ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**; Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 179.

Os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas categorias: valores primários, para a própria entidade onde se originaram os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivos. Esses usos são, é lógico, de primeira importância. Mais os documentos oficiais são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais.¹⁹

Segundo Cook, o pensamento arquivístico no século XX deve ser considerado, acima de tudo, como algo em constante evolução e que se transforma constantemente para adaptar-se às mudanças que vão ocorrendo na natureza dos documentos, nos órgãos que os produzem, nos sistemas de gestão e tratamento de arquivos, na utilização dos mesmos e nas tendências culturais, jurídicas, tecnológicas, sociais e filosóficas da sociedade.

A interdisciplinaridade e a ampliação de objetos e fontes históricas “exigem tanto do historiador como do arquivista [...] a consciência de que o resultado de seu trabalho (o conhecimento) é parcial e provisório, motiva-os a reafirmarem a complexidade do conhecimento, da sociedade e das relações de poder que também estão expressas em seu fazer.”²⁰

Uma perspectiva de redimensionamento das práticas arquivísticas de preservação dos acervos documentais, em direção à busca e atribuição de sentido, entende-se como um possível caminho a fim de reduzir os problemas que enfrentam os pesquisadores, principalmente historiadores que realizam seu trabalho baseados nos dados, na maioria das vezes, oriundos das fontes documentais.

Estes com frequência se deparam com situações, que McCullagh chamou a atenção, pois “a evidência que permanece geralmente tem sido preservada de acordo com os interesses de arquivistas passados; e se está na forma escrita, reflete os preconceitos e interesses de seus autores; então, algumas pessoas pensam que não pode ser considerada

¹⁹ *Idem*, p.180.

²⁰ SANTOS, Joel Abílio Pinto. *op. cit.*, 2003. p. 77.

uma fonte confiável de conhecimento sobre o passado.”²¹ A autora chama a atenção, com isso, para a possibilidade de se chegar a conclusões *enviesadas*.

Rüsen afirma também que, “na medida em que é requisito de qualquer ciência que os cientistas prestem contas a si mesmos e a todos os demais sobre seu modo de pensar, a ciência da história não poderia recusar a “teoria” como lugar dessa prestação de contas”²².

Da mesma forma, profissionais de arquivo não devem estar isentos de apresentar suas escolhas teóricas, que na prática resultam a escolha de determinadas metodologias de trabalho, e de condução dos Arquivos. É importante recordar que as questões teóricas devem estar sistematicamente articuladas com as demandas práticas institucionais.

Parafrazeando o historiador J. A. Santos é fundamental que se considere o aspecto de “processualidade relacional entre a História e a Arquivologia.” E, neste sentido, o mesmo autor afirma que tanto a historiografia como a arquivística contemporâneas encontram-se com seus objetos e paradigmas teóricos em processo de revisão. O autor afirma que “percebe-se que há uma nova mentalidade historiográfica que dimensiona uma série de posições na formação arquivística e uma nova mentalidade arquivística que redimensiona o jeito da pesquisa histórico-arquivística.”²³

É possível perceber ainda, que essa relação entre a Arquivologia e a História é reforçada com as reflexões e mudanças trazidas para o universo da História e das demais Ciências Sociais, pela *Escola dos Annales*, a partir de 1929, tendo seu berço na França. Considerado a amplitude das novas abordagens históricas do social que eram propostas na arquivística, podemos dizer que isso provocará “uma concepção mais ampla de disponibilização e utilização de fontes de arquivo e dos diversificados instrumentos de arquivo para a pesquisa histórica.”²⁴

²¹ MCCULLAGH, C.Behan. *op.cit.*, 2001. p.60. (tradução pessoal)

²² RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 17.

²³ SANTOS, Joel Abílio Pinto. *op. cit.*, 2003. p. 1.

²⁴ *Idem*. p.127.

Considerando o movimento historiográfico dos *Annales*, com reflexo no universo dos arquivos, é possível verificar um deslocamento da própria concepção de arquivo, que começa a deixar de ser somente espaço de depósito e o local onde se conservam documentos, passando a ser visto, também, como espaço de produção do conhecimento, por meio da pesquisa.

Como o campo da pesquisa histórica trouxe novas “perguntas”, os arquivos tiveram, e compreendemos que ainda têm, que oferecer novas “respostas”, de maneira que esse não seja um “diálogo de surdos”.

Dessa forma, segundo a visão de Joel Santos, “é neste viés de reciprocidade, de modelos, de mecanismos, de fontes e de arquivos que são construídos novos parâmetros para que a História use e explore a informação arquivística como modo de conhecimento”.²⁵

Perceber a interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a História, não é, em momento algum, uma defesa de que os arquivos permanentes/históricos são exclusivos da História. Diferentemente disso, percebemos como Jardim, que considera que “para uma autonomia arquivística, é necessário que se cumpram alguns requisitos a liberação da Arquivologia da tutela da História e da Administração e o reforço de suas bases através da formação profissional.”²⁶

Durante o processo de construção de um trabalho dessa natureza, somos conduzidos, inevitavelmente, para reflexões novas. Em nosso caso, foi imprescindível reconhecer a importância da reconstituição da história das instituições, como forma de orientação no tempo presente.

Para isso nos utilizamos da definição proposta pelo historiador alemão J. Rüsen, do termo técnico *matriz disciplinar*, que significa “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina

²⁵ *Idem.* p. 1.

²⁶ JARDIM *apud* SANTOS, 2003, p.149.

especializada.”²⁷ Neste sentido, o autor chama de *interesses* um dos fatores da matriz disciplinar, que seria, de forma sintética, a motivação da pesquisa. O ponto de partida, segundo o autor “[...] instaura-se na carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo [...] trata-se dos interesses que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorar-se do passado pelo conhecimento, no presente [...] carência de orientação que se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado.”²⁸

Certamente, o interesse que motivou esta pesquisa é resultante de inquietações e hipóteses pessoais, advindas ao longo de 7 anos de experiência profissional e contato com as fontes de pesquisa no Arquivo do Senado Federal. A necessidade de orientação no fluxo do tempo da própria história do Arquivo do Senado se faz presente, bem como determinante nas práticas arquivísticas cotidianas dessa instituição.

Essa reconstituição do passado é fundamental na orientação das escolhas metodológicas do presente. E nesse aspecto, à história das instituições cumpre o relevante papel de reconstituir as práticas do passado, para orientação no presente, e não com a intenção de mero culto ao passado.

Uma situação vivida na prática profissional desses sete anos no Arquivo do Senado exemplifica e confirma a relevância da reconstituição das histórias das instituições. Dentro da disciplina arquivística, somos orientados a respeitar alguns princípios, como por exemplo, o princípio do respeito à ordem original, segundo o qual “o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.”²⁹

Verificamos que no arquivo permanente do Senado, quando se iniciou a realização do inventário das proposições legislativas do período imperial, como não existia nenhum registro das práticas já empregadas para a organização do referido acervo documental, não se observou que vários documentos estavam separados, e que já não estavam de acordo

²⁷ RÜSEN, Jörn. *op. cit.*, 2001. p.29.

²⁸ *Idem.* p.30.

²⁹ Dicionário de Terminologia Arquivística

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf

com a ordem original. Por exemplo, alguns projetos de lei encontravam-se separados do documento que os originaram.

De acordo com a pesquisa realizada nas fontes documentais referentes ao período estudado, identificou-se que em 1950 a Diretoria do Arquivo do Senado propôs e solicitou a compra do material necessário para a alteração do processo de organização dos documentos, sendo esse o possível momento em que não foi respeitada a ordem original, desfazendo-se os dossiês/processos, retirando-se as capas originais, numerando-se cada documento com um número seqüencial, perdendo-se a caracterização de cada conjunto documental. Essa conclusão é possível, também, porque as capas dos processos não foram eliminadas, e foram guardadas separadamente dos documentos correspondentes.

Parece-nos que esse exemplo ilustra bem a importância pontual de um campo do conhecimento historiográfico para a prática arquivística: a história das instituições pode subsidiar de maneira decisiva as metodologias e procedimentos dos arquivos. Pesquisar, identificar e registrar como ocorriam as práticas de organização e preservação do patrimônio documental do Arquivo do Senado pretende servir como forma de orientação para as práticas presentes.

2. O ARQUIVO DO SENADO NA TRAMA HISTÓRICA DOS ARQUIVOS BRASILEIROS.

Neste capítulo procuraremos identificar qual era a realidade e o contexto técnico-científico dos Arquivos Públicos brasileiros, no qual está inserido o Arquivo do Senado Federal. Contexto este que será percebido essencialmente pela situação encontrada no Arquivo Nacional, o qual entendemos que poderia ter servido como modelo e referência para o estabelecimento das práticas arquivísticas no ASF, no período de 1946 a 1964.

As principais fontes para essa identificação e análise, da situação dos arquivos brasileiros, no período em estudo, são três publicações técnicas do próprio AN: *A situação do Arquivo Nacional*, do historiador José Honório Rodrigues, de 1959, *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*, do arquivista americano Theodore Roosevelt Schellenberg, de 1960, e o *Relatório sobre o Arquivo Nacional no Brasil*, do francês Henri Boullier de Branche, de 1960.

São três obras que fazem um diagnóstico dos principais problemas dos arquivos no Brasil, e que apontam soluções para tais. A primeira é resultante da experiência do historiador José Honório Rodrigues como Diretor do AN. São registros de suas impressões ao chegar para dirigir a instituição. A segunda e a terceira estão ligadas à primeira, por serem frutos do convite do referido diretor ao arquivista americano, Theodore Roosevelt Schellenberg, e ao Diretor dos Arquivos de Sarthe, em Le Mans na França, Henri Boullier

de Branche, para que viessem ao Brasil e realizassem uma análise técnica da situação em que se encontravam os arquivos brasileiros.

Consideramos de grande importância, para as práticas arquivísticas no Brasil, essas iniciativas do então Diretor do AN, em trazer, além do arquivista americano Schellenberg, outras referências técnicas e intelectuais como Henri Boullier de Branche. Podemos considerá-las marcos para o surgimento da disciplina técnica arquivística no Brasil, que mais tarde contará inclusive com cursos universitários.

No prefácio da publicação, “*Relatório sobre o Arquivo Nacional no Brasil*”, de Henri Boullier, José Honório afirma que por ocasião da sua chegada à direção do AN tinha a intenção de ouvir técnicos europeus e norte-americanos que pudessem auxiliá-lo, como referência teórica e técnica, nos estudos e planejamentos da reforma da instituição.

O Diretor justifica, ainda, que essas iniciativas tinham o objetivo de “revelar, para obter apoio oficial e público, a crítica situação do Arquivo que estes dois técnicos estrangeiros, desligados do ambiente e dos personalismos, vêm confirmar.”³⁰

Reconhecemos a importância dessas referências bibliográficas para o nosso trabalho por várias razões. Primeiro, por trazerem diagnósticos da situação do AN e por informarem também sobre a situação dos arquivos brasileiros. E segundo, porque serviram de base comparativa para nossa análise das práticas no ASF. Bem como, pelo significativo conhecimento a respeito do tema que demonstram ter os referidos autores.

Desta forma, essa revisão técnica/teórica norteou nossa análise, a fim de estabelecer os parâmetros contextuais históricos nos quais estava inserido o Arquivo do Senado Federal.

Chamou-nos a atenção, o uso da terminologia arquivística de modo bastante adequado, por parte do historiador José Honório Rodrigues, a forma bastante profissional

³⁰ BRANCHE, Henri Boullier de. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2 edição, 1975. p.2.

com que se posicionava diante da sua função de Diretor, fazendo críticas e dando sugestões de mudanças, tanto de estrutura, como de funções, assim como de alteração de metodologias a partir da compreensão que demonstrava ter da função de um Arquivo Nacional.

Consideramos que o próprio fato do historiador José Honório Rodrigues, com toda essa base de conhecimentos sobre as políticas de arquivo, e além disso ser um reconhecido historiador, assumir o cargo de Diretor do AN, já representava a preocupação do governo em melhor assumir seu papel de “guardião” da memória nacional, por meio dos arquivos.

É possível observar que, mesmo que não houvesse um processo de conscientização a respeito do valor administrativo e cultural dos conjuntos documentais, houve a preocupação de colocar à frente daquela instituição alguém com capacidade técnica e intelectual para tal.

José Honório Rodrigues assumiu a direção do Arquivo Nacional no período de 1958 a 1964, e já na introdução do seu diagnóstico vai logo adiantando suas impressões ao chegar na instituição: “não pude reprimir minha desolação diante do espetáculo deprimente de desorganização e abandono que revelava a velha instituição.”

Desta forma, com o diagnóstico, ele tem a intenção de estudar os problemas da instituição a fim de propor soluções para que o Arquivo Nacional fosse “um arsenal da Administração” e pudesse “assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação.”³¹ Segundo o autor, o Arquivo Nacional apresentava uma “organização obsoleta, inteiramente em desarmonia com as demais instituições públicas brasileiras.” A instituição era regida por um Regulamento de 1923, e tinha sua estrutura dividida em três seções técnicas: a Administrativa, a Legislativa e Judiciária, e a Histórica, além de mais uma Biblioteca, a Secretaria e a Portaria, e “funcionava como simples depósito dos documentos entregues à sua guarda, sem controle técnico.”

³¹ RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, 1959. p.7.

Não haviam reuniões entre a Direção e os demais chefes para que fossem estabelecidas as orientações e execuções dos serviços, bem como a repetição nos planos de trabalho, das seguintes atividades: “1) a classificação e catalogação dos documentos; 2) a publicação; e 3) a microfilmagem”.

A crítica maior a esse plano de trabalho é que não bastando o equívoco na definição dessas atividades, elas nem sequer foram executadas. Além disso, também não era apontado nos relatórios nada sobre a “política de recolhimento, sobre a seleção e eliminação de documentos, sobre a organização do acervo e seu arranjo e sobre a elaboração dos instrumentos mais indispensáveis, o registro, o inventário, as listas.”³²

Com relação à constatação do Diretor de que o Arquivo funcionava como *depósito de documentos*, é perfeitamente possível aplicar essa observação à situação encontrada no Arquivo do Senado no mesmo período, tendo como base as suas funções/atividades/estrutura. E podemos dizer ainda que esse quadro se desdobra, no período estudado, como ponto comum a grande parte dos Arquivos Públicos brasileiros.

Sem dúvida que a vinda do arquivista americano Schellenberg ao Brasil é um marco na história do desenvolvimento técnico dos arquivos brasileiros. Este, na época, era Vice-Diretor dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, autor de importante bibliografia especializada e professor de cursos de Arquivos, na American University, de Washington. Sugeriu a “tradução de obras fundamentais da bibliografia especializada, realizou conferências e cedeu direitos autorais de **obras suas**, como **Syllabus**, curso dado em Washington, traduzido e publicado pelo Arquivo Nacional, sob o título Manual de Arquivos e outras [...]”³³

Já no prefácio da publicação, sobre os arquivos brasileiros, de Schellenberg, José Honório Rodrigues traz uma informação, nos levando a concluir que a visita desse notável

³² *Idem.* p. 9.

³³ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Problemas arquivísticos do governo brasileiro**, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 10, Rio de Janeiro. 1960. p. 3.

arquivista americano teve desdobramentos também no âmbito do Senado, ao afirmar que este trabalho poderia contribuir para ajudá-los a enfrentar

*aquêle fantasma que cochicha aos ouvidos do Executivo e do Legislativo que o Arquivo é um depósito de papéis inúteis e mortos, quando êles preservam as provas das realizações dos Governos e do Povo, defendem seus direitos fiscais e de propriedade, garantem direitos individuais dos cidadãos e especialmente guardam e conservam os documentos fundamentais da criação e do desenvolvimento da nossa Pátria. Só as Nações amadurecidas sabem dar aos Arquivos o papel que lhes compete.*³⁴

Embora carregado de elementos ideológicos, o discurso de José Honório nos traduz a forma como os Poderes Executivo e Legislativo concebiam e tratavam seus arquivos: *depósito de papéis inúteis e mortos*. Nesse sentido, as iniciativas da direção de José Honório no AN reforçaram a idéia de que estas representam marcos importantes não só na história do AN, como dos demais arquivos brasileiros.

O americano Schellenberg ressalta a importância dos Arquivos Públicos para o Estado, afirmando que “um governo depende, literalmente, de seus arquivos e não pode operar sem os mesmos. São êles os instrumentos por meio dos quais o trabalho de um governo é realizado.”³⁵

O estudioso francês Boullier de Branche expõe, com relação à documentação conservada naquela instituição, que

apesar de suas falhas lamentáveis, o Arquivo Nacional do Brasil possui uma documentação das mais preciosas e que nada deixa a invejar à de outras nações; mas essa documentação é em grande parte desconhecida por falta de uma classificação adequada e por uma sucessão de desmembramentos arbitrários que dividiram os fundos em proveito das diversas seções do Arquivo ou mesmo de coleções factícias, ditas históricas.³⁶

³⁴ *Idem.* p. 4. (grifo nosso)

³⁵ *Idem.* p. 5.

³⁶ BRANCHE, Henri Boullier de. *op.cit.*, 1975. p. 6.

Esse autor afirma que mesmo os documentos classificados “não são atualmente encontrados por falta de um símbolo metódico; o único meio de encontrá-los é a indicação da sala e das estantes onde são conservados. Em virtude de uma série de mudanças, os documentos foram deslocados e sua nova situação não foi indicada nos inventários ou relações.”

Ele continua tecendo considerações ressaltando o fato de que “nenhum método científico de classificação parece ter sido seguido e os fundos não são respeitados”, bem como a “a simbolização, no sentido exato da palavra, é absolutamente ignorada. O método mais empregado é a simples numeração das caixas ou de volumes provenientes de tal ou tal recolhimento ou constituídos em coleções sem que o número da transferência ou da coleção seja aí indicado”.³⁷

Recomenda, entretanto, que a classificação dos arquivos deve basear-se em regras essenciais como sejam: o respeito aos fundos, o estabelecimento de um quadro de classificação, a codificação de documentos e a redação de fichas.

Mais uma vez retomando Schellenberg, este destaca o papel dos vários tipos de arquivos (arquivos técnicos de recursos minerais, naturais, de assuntos econômicos e sociais) para o governo, e nesse sentido afirma que “os arquivos constituem a memória do governo” e traz um trecho do Relatório sobre os Arquivos da Jamaica, do arquivista britânico, Hilary Jenkinson,

... quando os Arquivos deixam de ser de uso corrente, sua conservação adequada deveria ser ainda considerada como um objeto essencial de preocupação nacional; porque eles e somente eles nos dão orientação indiscutível para a conduta no presente. A preservação de material histórico não deveria, pois, ser encarada como um luxo ou algo apenas desejável do ponto de vista acadêmico, mas como uma necessidade nacional.³⁸

Pontua ainda que os arquivos públicos só podem ser administrados pelo próprio governo, diferentemente de outros acervos culturais, haja vista que podem ser geridos por

³⁷ *Idem.* p. 7.

³⁸ JENKINSON, Hilary apud SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt., 1960. p. 6.

entidades privadas, dessa forma, “o cuidado dos arquivos públicos é, portanto, obrigação pública”.³⁹

Mesmo que a carta constitucional de 1946 tenha incluído os documentos como bens públicos, e, portanto, tornando um dever do Estado tratá-los, somente em 1962 passa a existir uma proposta de criação de um Sistema Nacional de Arquivos. Apesar de ser uma função legalmente do Estado, este não dispensava aos Arquivos Públicos a atenção necessária para que não fossem vistos como depósitos de papéis velhos.

O desdobramento prático desse aspecto constitucional, bem como o reconhecimento da função do Estado de tratar a sua história, por meio da eficiente organização dos seus arquivos, a fim de se tornarem de fácil acesso, é um processo lento, e permeado de aspectos políticos, ideológicos, econômicos e sociais.

Em outro momento Schellenberg também destaca que as instituições arquivísticas nacionais guardam as fontes primárias sobre os acontecimentos políticos, sociais e econômicos do país, e que “delas obtém o cientista social os fatos de que necessita para compreender como o presente veio a ser o que é”.⁴⁰

O autor acima referenciado cita as funções e como o Arquivo Nacional poderia auxiliar a administração dos arquivos públicos brasileiros. Auxiliando na preservação dos documentos de valor permanente, por meio de uma “revisão discriminatória das antigas acumulações de documentos do govêrno, do ponto de vista de seu valor de pesquisa”. Bem como fornecendo “orientação especializada aos funcionários do govêrno em relação ao destino de futuras acumulações de documentos” desenvolvendo planos de eliminação ordenada e sistemática dos documentos públicos, assim como fornecendo “serviços técnicos especializados para a reparação de documentos danificados, para a microfilmagem e armazenamento de documentos em condições físicas adequadas”.⁴¹

³⁹ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *op cit.*, 1960. p.6.

⁴⁰ *Idem.* p.7.

⁴¹ *Idem.* p. 8.

Esse mesmo arquivista americano perpassa pela preocupação com relação à transferência das repartições governamentais do Rio de Janeiro para Brasília, destacando que deveria ser dada uma cuidadosa atenção aos arquivos públicos, afirmando que “antes da transferência de qualquer repartição, todos os seus arquivos deveriam ser revistos, a fim de determinar-se que documentos seriam necessários para suas atividades”, para evitar desperdício de verba pública, ao transferirem-se arquivos não utilizáveis.

Porém observa que a transferência das repartições do governo para Brasília é a oportunidade única para a implantação de novos procedimentos. E nessa direção recomenda um estudo dos métodos e da literatura do sistema de registro, conforme foi desenvolvido na Alemanha e na Austrália, para embasar o caso brasileiro.

Em conformidade com o pensamento do arquivista americano, o francês Boullier de Branche recomenda que tendo em vista que “o problema da transferência do Arquivo Nacional para Brasília apresentar-se-á forçosamente um dia, e em vez de um reaproveitamento custoso, seria mais prudente considerar o aproveitamento provisório de um local anexo, por meio de estantes metálicas móveis que possam ser removidas eventualmente para um novo local [...] é indispensável uniformizar o tipo de estantes e adotar o sistema de estantes de prateleiras móveis.”⁴²

Schellemborg afirma também que, “a preservação física dos documentos, até que uma decisão possa ser tomada a respeito de seu valor, é o primeiro e mais importante problema com que se defronta o Governo Brasileiro no campo arquivístico”.⁴³

O mesmo autor recomenda o reconhecimento do AN como instituição arquivística central do Governo Federal do Brasil, e nessa linha a referida instituição não deveria estar subordinada ao Ministério da Justiça, e a nenhum outro ministério, a fim de não haver confusões com relação à sua atuação.

⁴² DE BRANCHE, Henri Boullier. *op.cit.*, 1975. p. 9.

⁴³ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *op.cit.*, 1960 p. 11.

Uma questão fundamental para a nossa pesquisa é trazida pelo historiador José Honório Rodrigues e diz respeito às dificuldades que os diretores do AN enfrentaram para fazer cumprir a determinação constitucional de serem recolhidos, a essa instituição, os documentos permanentes resultantes do Poder Legislativo.

Quando cita a Constituição de 1824, ele refere-se especificamente ao artigo 70, que determinava que “assinada a lei pelo Imperador, referendada pelo Secretário de Estado competente, e selada com o selo do Império, se guardará o original no Arquivo Público” e dessa forma, o autor considera este o aspecto constitucional de proceder ao recolhimento dos documentos do Poder Legislativo ao Arquivo Nacional. Aponta ainda a Lei Constitucional de 12 de agosto de 1834, (art. 18), a qual ampliava o recolhimento aos atos legislativos provinciais.

O Diretor afirma que “uma bem orientada política de recolhimento é a base de formação de um Arquivo Nacional.” E com essa acepção ressalta que “apesar da obrigatoriedade constitucional foi muito difícil fazer com que a Câmara e o Senado, bem como as Assembléias Provinciais, obedecessem ao preceito.”⁴⁴

Segundo o autor acima citado, com base nos relatórios é possível constatar que desde 1844 os diretores enfrentavam dificuldades para que tanto a Câmara quanto o Senado entregassem seus documentos originais, e que em 1845, muitos originais já haviam desaparecido.

Ele ressalta que somente com a ação decisiva do diretor Machado Portela (1873 – 1898), e “pelo espírito de compreensão dos membros do Parlamento, é que os atos legislativos originais começaram a ser incorporados ao Arquivo Nacional” e para isso foi importante a reforma do Arquivo em 1876, uma vez que no Regulamento ficava

⁴⁴ RODRIGUES, José Honório. *op.cit.*, 1959. p. 19.

estabelecida “uma completa política de recolhimento, não só dos atos legislativos como dos administrativos.”⁴⁵

Ainda a respeito das dificuldades para efetivar o processo de recolhimento, cita que Machado Portela em seu relatório de 1874 refere-se ao vários problemas que a instituição enfrenta, e entre eles está a “falta de remessa dos originais das leis.”⁴⁶

José Honório afirma que este foi o único diretor que executou sistematicamente a política e recolhimento, bem como, com base na análise dos relatórios de outros diretores, destaca que Machado Portela foi o Diretor do AN que teve as idéias mais claras e visão mais correta sobre Arquivo Público.

Para saber mais sobre quais conjuntos documentais do Senado Federal foram recolhidos ao Arquivo Nacional, entramos em contato com a instituição que nos informou que, de acordo com a base de registro de entrada de acervo arquivístico no Arquivo Nacional, o Senado Federal ainda recolhe ao Arquivo Nacional, sistematicamente, as emendas constitucionais e constituições produzidas pelo Congresso Nacional, formando o fundo, Constituições e Emendas Constitucionais, cuja data-limite é 1823 a 2007.

O Diretor José Honório destaca em seu diagnóstico outro problema encontrado na instituição, que diz respeito à política de recolhimento. Esta não se preocupou com a avaliação e seleção dos documentos, “trazendo para o Arquivo Nacional uma massa de papéis de simples valor corrente, aumentando assim as tarefas futuras”.

E lembra ainda da recomendação dada pelo Diretor Machado Portela, em 1874, de que se deve “proceder a uma escolha cuidadosa de todos os papéis, que não tenham valor algum (e muitos existem) e de remeter uma relação dêles ao Governo pedindo autorização para serem vendidos ou inutilizados, a fim de não estarem a tomar espaço inútilmente.”⁴⁷

⁴⁵ *Idem.* p. 19.

⁴⁶ *Idem.* p. 20.

⁴⁷ *Idem.* p. 22.

Nessa linha, o historiador demonstra conhecer as legislações sobre avaliação de documentos de outros países, que já tem o processo de avaliação normatizado. E além disso compreende os requisitos dessa atividade de estabelecer os valores dos conjuntos documentais, uma vez que “o uso adequado das várias categorias de valor exige conhecimento e preparo especiais, capazes de avaliar a essencialidade e efetividade permanente dos documentos.”⁴⁸

Rodrigues conclui que nunca houve nenhum programa efetivo de seleção e eliminação, assim como não havia nenhuma determinação sobre princípios de conservação de documentos nos locais de produção, nem sobre o que deveria ser preservado e o que deveria ser eliminado;

o resultado é que o acervo está abarrotado de papéis que não têm caráter permanente, exigindo futuramente quando o Conselho de Administração de Arquivos estabelecer normas gerais, ou quando se fizer uma Lei de Recolhimento, um grande serviço de escolha e destruição.

As normatizações arquivísticas no AN ocorreram em função das práticas já existentes. A citação acima do Diretor mostra que, mesmo que a formulação e utilização de Tabelas de Temporalidade seja mais recente, havia uma orientação nas eliminações, inclusive de que fossem elaboradas listas com os documentos que estariam sendo eliminados, para a aprovação do Governo.

A partir de 1917 o Arquivo Nacional suspende o recolhimento de documentos, por falta de espaço e pessoal. E em 1947 o Diretor, Vilhena de Moraes, declarou em seu primeiro relatório formal que havia mais de 10 anos que não era recolhido nenhum ato legislativo. Sobre essa questão, o autor afirma que “se não houve uma política sistemática de recolhimento de 1844 a 1917, daí em diante o arbítrio reinou solto e a falta de orientação dominou.”⁴⁹

Desta forma, José Honório afirma que é

⁴⁸ *Idem.* p. 30.

⁴⁹ *Idem.* p. 23.

curioso que desde 1917, quando se suspendeu o recolhimento legal e obrigatório dos arquivos dos Ministérios e da Presidência da República, e por força da omissão constitucional, a partir de 1891, deixou de ser obrigatório o recolhimento dos demais Poderes, *Legislativo (projetos de leis, pareceres, etc.)* e Judiciário (Supremo Tribunal Federal, e demais Tribunais Superiores), começou a luta pelo recolhimento dos autos findos dos cartórios do Distrito Federal.⁵⁰

Outrossim, de acordo com o Regulamento do Arquivo Nacional de 1958, não tem força obrigatória com relação ao recolhimento dos documentos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ficando ao arbítrio desses Poderes, recolher ou não seus documentos.

Para o historiador José Honório Rodrigues, de 1937 a 1945, anos da ditadura, o Arquivo Nacional “ficou estagnado, impermeável a iniciativa, como um modelo de instituição arcaica, um fantasma de outros tempos”⁵¹ E que essa era uma postura difícil de se admitir, uma vez que muito se tinha investido na modernização da Biblioteca Nacional, na criação do Instituto Nacional do Livro, bem como do Museu Imperial.

Para a mudança da situação, o Diretor do AN sugeriu uma reforma estrutural da instituição, que foi alcançada por meio da aprovação do novo Regimento, de 1958, onde define o Arquivo como uma

repartição nacional, fixa a política de arquivos, estabelece suas atribuições e objetivos, defende e amplia a coleta selecionada em todo o território nacional e em todas as fontes de documentação federal; estende essa defesa pela preservação do documentário em filmes, discos, fotografias; cria serviços de pesquisa e informação históricas, relacionando-os com os serviços iguais nas Forças Armadas e em outras instituições públicas e privadas.⁵²

Com a reestruturação da instituição, foi criado o Serviço de Registro e Assistência, que, de acordo com o Diretor, teria a função de realizar uma das mais urgentes tarefas em defesa dos arquivos nacionais, que é a “organização do Inquérito Nacional de Arquivos, o registro dos arquivos, a assistência técnica e o catálogo coletivo [...] visava-se conferir ao Arquivo

⁵⁰ *Idem.* p. 24. (grifo nosso)

⁵¹ *Idem.* p. 10.

⁵² *Idem.* p. 10.

Nacional a posição, que deve assumir, de unidade superior do conjunto de órgãos e entidades dedicadas, em nosso país, à guarda de documentos [...].”⁵³

Desta forma, pode-se perceber a visão do então Diretor da necessidade de criação de um Sistema Nacional de Arquivos, órgão este que viesse a servir de subsídio à organização do acervo da instituição e dos demais arquivos públicos brasileiros. Com essa proposta, estabelecer-se-ia a normatização das atividades arquivísticas de recolhimento, seleção e eliminação.

Com esta proposta de um órgão centralizador da normatização dos procedimentos arquivísticos, reafirma-se a ideia do Arquivo enquanto *espaço de poder*.

José Honório traz uma reflexão sobre a trajetória histórica do próprio conceito de arquivo, e orienta suas propostas de reestruturação e mudanças para o AN, em cima do deslocamento da concepção somente histórica, para uma perspectiva dos arquivos como ferramentas fundamentais da administração pública.

Desta forma, reconhece o valor administrativo dos arquivos, e os insere no universo da máquina administrativa, despertando o Estado para uma nova importância dos arquivos, que até então estavam resignados a servir à história e à memória.

Embasando sua visão sobre a importância a ser dada ao valor administrativo dos documentos, o Diretor cita o exemplo dos EUA e da União Soviética que “reconheceram as funções administrativas capitais dos seus Arquivos, e deram-lhes os recursos indispensáveis e o realce que ostentam em organizações eficientíssimas”.⁵⁴ Destaca ainda a experiência dos Arquivos Públicos da França e da Inglaterra.

Faz-se interessante destacar que José Honório, apesar de reconhecer a importância do valor administrativo dos documentos, não exclui a importância de se considerar o seu

⁵³ *Idem.* p. 12.

⁵⁴ *Idem.* p. 13.

valor histórico, até porque os Arquivos Públicos são constituídos, somente, de conjuntos documentais reconhecidamente de valor permanente.

Além disso, ele reconhece como documentos arquivísticos os documentos em suportes diferentes do papel, como fotografias, filmes e discos, respaldando sua afirmação nas experiências dos arquivos da França, Inglaterra e Estados Unidos.

Confirmando sua visão amplificada das funções dos arquivos, a sua crítica às últimas administrações, anteriores à sua, quando

pareciam conceber o Arquivo Nacional como um cartório e uma secção de manuscritos históricos, como as das Bibliotecas [...] não se soube distinguir entre o documento ativo e o inativo, de significação presente, e o permanente, e conseqüentemente, não se estabeleceram os prazos de conservação e as normas de seleção e eliminação; não se defendeu a unidade arquivística e a preeminência do Arquivo Nacional sobre todos os demais arquivos no controle de papéis produzidos na direção e execução dos negócios públicos nacionais; mas, em compensação, lutou-se famintamente pelos processos dos cartórios [...] defendeu-se a pluralidade arquivística, não só com o Arquivo Judiciário, mas com a omissão em relação ao recolhimento dos Arquivos do Congresso e dos Tribunais Superiores. Enfim, uma babel de confusão e desorientação.⁵⁵

Com relação ao processo de descrição de documentos e da criação de instrumentos de pesquisa e acesso, o Diretor constata que “como o Arquivo Nacional não possui um registro geral dos fundos; como nunca se procedeu à elaboração de inventários, mesmo preliminares ou provisórios, como nunca se fizeram guias gerais [...] só se pode ter uma idéia muito provisória do acervo geral.”⁵⁶

A esse respeito o autor cita os Arquivos Nacionais da França, Alemanha e Estados Unidos, como exemplos de instituições que estão à frente no processo de descrição, por meio da publicação de guias e inventários dos documentos do acervo que custodiam.

⁵⁵ *Idem.* p. 26 e 28.

⁵⁶ *Idem.* p. 33.

Desta forma, os meios de busca e localização eram deficitários, e a recuperação dos documentos nas secções era feita por meio de relações de documentos, índices dessas relações, fichários e registro do recolhimento, e como destaca o Diretor, “o registro de recolhimento é rudimentar, não contendo os dados essenciais mínimos (entrada, proveniência, volumes e datas, e teve início somente em 1908. As relações e os índices são confusos, sem critérios de ordenação, salvando-se apenas os fichários, que são os meios de busca que se acham em melhores condições”.

E dessa forma, “diante da pobreza dos instrumentos de busca existentes no Arquivo, tais relações poderiam ser utilizadas para tornar mais acessível a consulta pública, mas contêm tantos erros que devem ser refeitas”.⁵⁷

Boullier de Branche acrescenta uma questão importante para o nosso trabalho, trazendo a informação de que a “seção Legislativa deveria receber apenas documentos provenientes do Congresso, ou textos de leis ou decretos [...] contraria todos os princípios arquivísticos, entretanto, a prática que se adotou até agora, de retirar dos fundos provenientes de ministérios os textos legislativos para constituir uma coleção factícia”.⁵⁸

Com relação ao quadro de classificação, por ocasião do curso conduzido pelo autor, estabeleceu-se uma tabela de séries e subséries para a classificação dos documentos da seção administrativa, que considerou a atividade principal de cada ministério como uma série documental, bem como as suas atividades secundárias como subséries. Para a estruturação do quadro de classificação, empregou-se uma codificação baseada nas letras do alfabeto.

Quanto aos instrumentos de trabalho, o autor retoma a afirmação de José Honório, dizendo que as relações não se aplicam aos fundos e sim aos recolhimentos, e salienta que não existem relações completas por fundos.

⁵⁷ *Idem.* p. 35 e 40.

⁵⁸ DE BRANCHE, Henri Boullier. *op.cit.*, 1975. p.12.

Recomenda que “na situação atual do Arquivo Nacional, não parece útil, nem desejável, prosseguir os inventários detalhados, documento por documento [...] o inventário para ser utilizado, deve conter apenas os documentos já classificados, fundos ou partes de fundos completos [...] o trabalho mais urgente é continuar e dirigir bem os recolhimentos e preparar as relações sumárias, série por série, fundo por fundo”.⁵⁹

Ele observa que para a avaliação de documentos não existe nenhuma regulamentação, o que impede que se realizem seleções sistemáticas, a fim de eliminar os documentos desprovidos de valor permanente.

Sobre os serviços de referência e difusão do acervo, o Arquivo Nacional limitou-se a poucas iniciativas, que faz com que “apesar de seus 121 anos de existência seja pouco conhecido do público, porque as exposições visavam um restrito grupo erudito e eram arranjadas com muito mau gosto”.⁶⁰ Assim como dificultava-se a pesquisa e consulta ao público, proibindo-se inclusive o acesso aos catálogos e fichários, e exigindo-se autorização pessoal do Diretor, para pesquisar e fazer anotações.

Nesse relato, percebemos que o Diretor era figura centralizadora e tinha para si poderes de propriedade dos documentos públicos que a instituição preservava. Esse talvez seja mais um ponto comum às instituições públicas arquivísticas do período que estudamos. Eram propriedades do Estado aquelas informações ali depositadas, e, como consequência disso, a Direção assumia para si esse poder de propriedade, uma vez que estava ali a serviço do mesmo.

Além disso, o horário de trabalho era extremamente reduzido, “das 12 às 16 ½, menor que o obrigatório de todas as repartições, e o de consulta era, a partir de 1955, só três vezes por semana, entre 13 e 16 horas”⁶¹ e isso tudo fez com que diminuísse ainda mais a frequência e afastasse o público do Arquivo. “Seu acervo não é utilizável, porque é em grande parte um depósito sem contrôlo. Conseqüentemente, sofrem a administração

⁵⁹ *Idem.* p. 29.

⁶⁰ RODRIGUES, José Honório. *op.cit.*, 1959. p. 42.

⁶¹ *Idem.* p. 42.

pública, [...] o povo, nas provas de suas garantias individuais, e a investigação histórica, prejuízos irreparáveis”.⁶²

As recomendações técnicas do arquivista americano Schellenberg para melhorar a situação do Arquivo Nacional, foram no sentido de:

- adotar “disposições legais para a salvaguarda e proteção dos documentos valiosos”, incluindo, nesse sentido, a definição do processo legal de destruição dos documentos públicos que não possuem caráter permanente;
- fazer “planos para destinação ordenada dos documentos”, em função da transferência das repartições governamentais para Brasília;
- estabelecer um “depósito arquivístico temporário, no qual se concentrariam os documentos desnecessários ao trabalho corrente das repartições transferidas para Brasília”;
- fazer “planos para a eventual construção de um depósito arquivístico nacional e central em Brasília”;
- estabelecer um “órgão governamental para investigar os métodos de administração de documentos no trabalho corrente do govêrno”.⁶³

No *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*, de 1960, do professor Henri Boullier de Branche, as principais críticas que ele faz às práticas da instituição são relativas à ausência de método científico de classificação, bem como o não-respeito aos fundos.

Segundo o Diretor do Arquivo Nacional, em 1975, Raul Lima, no prefácio da segunda edição, “esse relatório determinou a tecnificação dos serviços neste órgão,

⁶² *Idem.* p. 45.

⁶³ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *op cit.*, 1960. p. 15-20.

tornando-se, sobretudo no que se refere à classificação, o guia seguro dos respectivos trabalhos, com a adoção do sistema de respeito aos fundos”.⁶⁴

Quanto às instalações físicas, o autor analisa o edifício que abriga o Arquivo Nacional como “insuficiente para conter os arquivos que lhe compete receber, mal adaptado e mal equipado em estantes”. Afirma que a altura das estantes dificulta o acesso aos documentos, exigindo grandes e pesadas escadas, o que torna perigoso o manejo pelo pessoal que ali trabalha.

Além disso, o espaço disponível não é bem planejado, e dessa forma, não é ocupado no máximo da sua capacidade. Além de ainda serem utilizadas algumas estantes de madeira, o acervo não fica isolado dos locais de trabalho, o que não “garante a segurança indispensável contra os perigos de incêndio”.⁶⁵

Em acordo com a opinião de Boullier, Schellenberg observa que as instalações físicas são inadequadas para o fim a que se destinam, bem como destaca a necessidade, no Brasil, de pessoas treinadas e especializadas para realizarem todas as fases do trabalho arquivístico.

Em relação ao material utilizado para o acondicionamento dos conjuntos documentais, Boullier de Branche afirma que apesar do número de caixas metálicas ser suficiente, algumas vezes sua conservação deixa a desejar, faltando uma camada de pintura protetora, para evitar que a ferrugem destrua os documentos ali armazenados. Além disso, as caixas não são todas das mesmas dimensões, o que dificulta colocá-las nas estantes, e nem são usadas no máximo das suas capacidades.

Os fichários metálicos existem em número suficiente, porém as fichas utilizadas são de tipos e dimensões variadas, nem sempre correspondendo com as dimensões do fichário.

⁶⁴ BRANCHE, Henri Boullier de. *op cit.*, 1975. p. 1.

⁶⁵ *Idem.* p.4.

Como solução, recomenda uma manutenção das caixas metálicas, no sentido de serem conservadas e revestidas com uma camada de pintura, a fim de evitar a ferrugem, bem como serem uniformizadas as dimensões das mesmas, para facilitar o manuseio, bem como melhor aproveitar o espaço nas estantes.

As fichas utilizadas deverão seguir um padrão único, preferencialmente de formato internacional, na cor branca. As fichas de cores diferentes deverão ser utilizadas somente para marcar as divisões do fichário.

José Honório descreve os pormenores da situação do AN, indicando que faltavam extintores de incêndio, a iluminação era fraca, o sistema elétrico ameaçava, por estar em péssimas condições, a segurança do edifício. Para suprir tais necessidades de materiais permanentes e de consumo, o Diretor pleiteou um considerável aumento na destinação do orçamento para a instituição.

Nesse sentido, para embasar seu pleito, comparou a destinação orçamentária de instituições com finalidade de defesa do patrimônio artístico/cultural/histórico, como a Biblioteca Nacional, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Todas essas instituições recebiam um orçamento incomparavelmente maior que o Arquivo. Dessa forma, José Honório conseguiu triplicar o orçamento, embora ainda não pudesse se equiparar com o orçamento destinado às outras instituições de fins e objetivos semelhantes.

O Arquivo Nacional desde a sua fundação em 1838 funcionou em vários locais, e os edifícios ocupados nunca satisfizeram as necessidades específicas de um local com estrutura apropriada para tal finalidade.

Segundo o Diretor,

o Arquivo Nacional não está incluído entre as repartições que deverão ir para Brasília em abril de 1960 e nada justifica sua ida em futuro próximo. No intervalo, um dos edifícios condignos, isolado e adequado, sobra de antiga repartição, poderá servi-lhe de abrigo até a sua futura transferência para Brasília [...] obter mais espaço para o futuro material, que deverá entrar quando da transferência da Capital e em consequência da estrita aplicação da política de recolhimento, e evitar a constante ameaça de incêndio, eis os dois princípios que devem nortear a futura escolha do edifício-abrigo do Arquivo até sua definitiva localização em Brasília, *em imóvel especialmente construído*.⁶⁶

Com relação ao quadro de pessoal e sua formação, a situação é de absoluta carência. Segundo o Diretor José Honório, desde 1844, todos os relatórios apontam para a insuficiência de pessoal. E o maior problema era a disponibilidade de pessoal habilitado a desenvolver as atividades específicas do Arquivo.

Quando este assumiu a direção do Arquivo Nacional não havia nenhum servidor com formação de nível superior, apesar de que contou sempre com alguns chefes de secção, arquivistas e sub-arquivistas, bacharéis em direito. Além disso, os servidores do Arquivo eram claramente marginalizados, uma vez que os chefes das Secções recebiam menos que seus similares em outras repartições.

Podemos identificar que a terminologia utilizada para designar as pessoas que trabalhavam no arquivo era confusa. Ora eram designados de arquivista, ou de sub-arquivistas ou ainda de arquivologistas. Segundo José Honório, os arquivologistas eram uma “classe acima dos arquivistas”. Ele defende ainda que a melhor terminologia seria arquivista e arquivista-auxiliar, assim como bibliotecário e bibliotecário-auxiliar.

O autor chama de *tarefeiros* muitas das pessoas que trabalhavam no Arquivo, e que, segundo ele, constituíam a base do trabalho no Arquivo. “Era uma gente mais modesta, que

⁶⁶ RODRIGUES, José Honório. *op.cit.*, 1959. p.58-59. (*grifo nosso*)

devia ao Diretor a entrada e a manutenção no Serviço Público, pelas seguidas designações, que pouco aspirava e não possuía nenhum espírito de iniciativa.”⁶⁷

Porém essa hierarquia era estabelecida com base em critérios pouco claros, porém ao que se percebe levava-se em consideração a boa formação moral e religiosa.

Um fato interessante que o Diretor descreve em seu diagnóstico, é que em 1947 o Diretor pediu a

*supressão do número de arquivologistas, alegando que são pouco ou nada eficientes os funcionários dessa categoria, e que o Arquivo Nacional não necessita de funcionários que ostentam títulos improvisados ou vagas tinturas de erudição exótica em matéria arquivológica, colhida nos manuais de arquivologia, ao lado de uma ignorância crassa, quase invencível, nos mais elementares conhecimentos relativos à tarefa diária, rotineira do Arquivo.*⁶⁸

O próprio Diretor acredita pouco na ampliação do quadro de funcionários, por meio da realização de concurso, bem como da nomeação de novos servidores capacitados.

Recorda ainda o autor uma velha aspiração da instituição, que era a organização de um curso técnico para capacitação e formação de pessoal. Mesmo que essa fosse uma meta desde 1922, o primeiro Curso de Arquivos só aconteceu quando José Honório Rodrigues assumiu a direção do Arquivo Nacional. O curso aconteceu no período de abril a julho de 1958, e teve uma turma, em média, de 70 alunos, onde “dava-se também igual valor aos conhecimentos técnicos e ao preparo histórico, num jogo de equilíbrio, entre a experiência européia e a norte-americana [...] apresentou um programa de noções e técnica de arquivo, história do Brasil e disciplinas auxiliares, afora documentação moderna (discos, filmes, etc.) e microfilme”.⁶⁹

Naquele mesmo ano, aconteceu o segundo Curso de Arquivos, com início em agosto, e contou com o apoio das Embaixadas da França e dos Estados Unidos, para a vinda

⁶⁷ *Idem.* p. 48.

⁶⁸ *Idem.* p.46.

⁶⁹ *Idem.* p. 53.

de dois professores destes países. Da França veio Henri Boullier de Branche, Diretor dos Arquivos de Sarthe, em Le Mans. O professor norte-americano, Theodore Schellenberg, veio somente no próximo ano. O mesmo era Sub-Diretor dos Arquivos Nacionais e professor de Técnica de Arquivo na Universidade Americana de Washington, além de ter publicado *Modern Archives*, em 1956.

Em 1960, no prefácio da primeira edição da publicação *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*, do francês Henri Boullier de Branche, José Honório lembra que enquanto não são ampliados os recursos humanos capacitados da instituição, a solução foi utilizar o grupo formado pelo Professor de Branche, nas aulas práticas e teóricas e desta forma “os serviços são, então, avulsos e esporádicos, não criando emprego, não permitindo o ingresso do pessoal que os nossos Cursos preparam à custa dos dinheiros públicos.”

Justifica a inércia das iniciativas do Governo de melhoria nos serviços do Arquivo Nacional, dizendo que “outros problemas nacionais mais urgentes clamam por soluções imediatas, mas é meu dever cuidar deste e alertar o país sobre este e não sobre outros.”

Ele conclui sua exposição, afirmando que a

conclusão angustiosa é que os cursos estão preparando, com dinheiro público, pessoal para as empresas privadas que dia a dia vêm que se é possível dirigi-las sem bibliotecas não o é sem bons e bem organizados arquivos. O Governo parece desatento à necessidade de arquivos eficientes, que supram a administração de documentos capitais e decidam grandes interesses econômicos privados ou públicos.⁷⁰

Quando se refere aos recursos humanos, o francês Boullier de Branche afirma otimista que “o pessoal científico e técnico do arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o impulso de seu Diretor na renovação dos Arquivos”.⁷¹

⁷⁰ BRANCHE, Henri Boullier de. *op cit.*, 1975. p. 3.

⁷¹ *Idem.* p.5.

Porém, afirma que apesar da formação especializada/técnica que vinha sendo oferecida, falta ao quadro de pessoal uma formação geral, segundo ele, indispensável ao trabalho do arquivista. Seriam disciplinas como: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil e bibliografia. Sobre essa questão, destaca a importância para a formação e especialização dos recursos humanos, da série de publicações que naquele momento o Arquivo Nacional iniciava.

Em suas conclusões, ele recomenda a continuidade dos cursos de formação, bem como a “criação de uma escola, ou de uma série de cursos regulares, que assegurarão, no futuro, a formação e o recrutamento regular do pessoal do Arquivo Nacional e eventualmente dos Estados”⁷². Além disso, para complementação dos esforços para uma boa formação, recomenda o envio de dois estagiários para a França, anualmente, por diversos anos.

Defende ainda que “aos que terminarem com êxito esta escola ou estes cursos, deverá ser conferido um diploma, sem o qual nenhum funcionário poderá ocupar um posto de arquivista.”⁷³

Em suas conclusões, Schellenberg avalia que “se os documentos valiosos estiverem dispersos entre várias instituições arquivísticas, será difícil administrar eficientemente o programa arquivístico do Governo Federal do Brasil. Na unidade está a força de um programa arquivístico [...]” Defende o modelo americano, centralizado, de constituição do Arquivo Nacional.

Faz a reflexão de que “uma adaptação do sistema “Dewey-Decimal” de classificação e arquivamento, adotado em 1934 do sistema empregado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, é presentemente usado de maneira muito eficiente pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil”.

⁷² *Idem.* p. 30.

⁷³ *Idem.* p. 10.

Dessa forma, “um estudo dos métodos de administração de documentos de uso corrente é aqui sugerido, porque tem influência muito distinta sobre o trabalho arquivístico”.⁷⁴

O historiador José Honório Rodrigues ao finalizar destaca que a “unidade e indivisibilidade documental federal e a unidade e indivisibilidade estadual é o princípio fundamental que a Lei deve fixar”. O autor não reconhece a existência de arquivos nos demais poderes, afirmando que “não existem arquivos dos Poderes, do Executivo, do Senado, da Câmara e dos vários Tribunais. É preciso que se reconheça a *unidade e indivisibilidade dos Arquivos Nacionais*, como reconhecem todas as grandes Nações do mundo, qualquer que seja a forma constitucional adotada.”⁷⁵

Sem dúvida a negligência do Estado, com relação ao seu patrimônio documental histórico/cultural, fica evidenciada nos relatórios que há pouco destacamos. Não menos evidente é a precária situação que se encontrava o Arquivo Nacional.

Dessa forma é fundamental estar ciente da existência de um espaço de poder e de uma razão política de existência dos arquivos.

Segundo o historiador J. P. dos Santos,

A conjuntura mostra que, apesar da ordem legal, os Arquivos Públicos ainda são periféricos no contexto das administrações públicas, sendo incompreensível tal situação. Como entender os Arquivos Públicos na periferia de uma organização governamental, se eles, segundo a vocação federativa, estão no universo do poder federal, estadual ou municipal? Isto não isenta, no entanto, o contexto de inserção ideológica dos Arquivos Públicos na ordem sistêmica do Estado.⁷⁶

Apesar disso, é possível identificar, nos textos de Schellenberg, Boullier de Branche e José Honório a visão um pouco ampliada sobre as funções dos arquivos públicos.

⁷⁴ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *op. cit.*, 1960. p. 22.

⁷⁵ RODRIGUES, José Honório. *op. cit.*, 1959. p. 65.

⁷⁶ SANTOS, Joel Abílio Pinto. *op. cit.*, 2003. p. 11.

Destacam o papel dos documentos no processo de tomada de decisões da administração pública, ou seja, é reconhecido o valor administrativo dos documentos.

Outro aspecto percebido e fundamental para a nossa compreensão da *concepção de arquivo* no período em estudo é a transição do arquivo enquanto espaço destinado ao depósito de documentos e papéis inúteis, para um espaço de pesquisa. Vê-se a necessidade de melhor organizar o acervo, a fim de torná-lo acessível aos pesquisadores, e assim sendo utilizar os documentos como instrumentos de pesquisa de forma apropriada.

Citamos mais uma vez Schellenberg, ao se reportar a um texto do Diretor da Biblioteca Nacional da Comunidade da Austrália, Harold L. White, no qual diz acerca dos arquivos permanentes que, “de modo algum são cemitérios de velhos e esquecidos documentos”.⁷⁷

Observamos ainda que o referido autor ressalta a importância do arquivo, enquanto espaço de relação do governo com o público cidadão. Sugere-se então a possibilidade dos arquivos públicos passarem a ser, também, espaço de exercício de cidadania.

Além disso, passa-se a reconhecer também os outros suportes documentais, que não só o papel, mas também as fotografias, filmes e discos.

Em 1961 é instituída uma comissão, conduzida por José Honório Rodrigues, com a finalidade de elaborar um anteprojeto para a criação do Sistema Nacional de Arquivos. Esse projeto não chegou a ser aprovado, porém tinha entre suas propostas recolher ao Arquivo Nacional a documentação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Não resta dúvida que esse período representa um importante marco na história dos arquivos brasileiros.

A situação no Arquivo do Senado Federal não diferia muito da relatada sobre o Arquivo Nacional, como veremos nos próximos capítulos.

⁷⁷ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *op. cit.*, 1960. p.9.

É importante lembrar que o Arquivo do Senado, assim como o Arquivo Nacional, também passou por diversas mudanças de locais de guarda, o que, mesmo sem ter como mensurar, trouxe vários dos problemas detectados no acervo. E cabe aqui destacar que, no período estudado, o acervo documental do Arquivo do Senado passou, inclusive, pela transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília. Analisaremos, no próximo capítulo, importantes recomendações técnicas do Diretor do Arquivo do Senado, para a construção das instalações físicas da instituição em Brasília.

Cabe destacar que nas fontes documentais pesquisadas do período estudado, nada foi encontrado a respeito de algum tipo de troca de conhecimentos, experiências e práticas entre o Arquivo Nacional e o Arquivo do Senado. Encontramos sim, correspondências entre o Arquivo do Senado e a Biblioteca Nacional, inclusive relatando visitas técnicas à Biblioteca a fim de ser conhecido o trabalho de conservação que lá estava sendo desenvolvido.

Para a conclusão desse capítulo, é interessante citar a observação feita pelo historiador Carlos Bacellar, em *Uso e mau uso dos arquivos*, onde analisa, de maneira geral, as possibilidades de pesquisas documentais nos arquivos brasileiros.⁷⁸

Esse autor afirma que “os arquivos do Poder Legislativo são importantes, mas a ausência de instituições arquivísticas organizadas e preparadas para abri-los à consulta pública não tem inspirado os historiadores a melhor explorá-los.”⁷⁹ Apesar de ser uma publicação atual, essa observação diz muito a respeito do nosso tema.

⁷⁸ Arquivos do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Arquivos Cartoriais, Arquivos Eclesiásticos e Arquivos Privados.

⁷⁹ BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: **Fontes Históricas**/organizadora Carla Bassanezi Pinsky. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.34.

3. O SENADO FEDERAL DE 1946 A 1964 – UMA CERTA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA

O período histórico escolhido para a pesquisa, conhecido como república liberal⁸⁰, foi marcado por significativas movimentações políticas, que consideramos oportuno recordar, uma vez que representam o cenário sócio-político no qual está inserido o nosso objeto: O Arquivo do Senado Federal.

Para esse estudo do contexto histórico e sócio-político do Senado brasileiro nos utilizaremos de várias referências bibliográficas, mas teremos como principal subsídio teórico uma recente publicação multimídia, comemorativa aos 180 anos do Senado, “*História do Senado Brasileiro*”, coordenada por Marcos Magalhães, e pesquisa histórica e texto de Antônio José Barbosa, Celso Silva Fonseca, Corcino Medeiros dos Santos e Marcos Magalhães, de 2008.

Faz-se importante destacar que o Senado nasceu com o sistema constitucional, instituído em 1824, conviveu com o Império e subsistiu na República. Suas sessões legislativas regulares tiveram início em 6 de maio de 1826, e de lá até nossos dias atuais, tanto o Senado como a Câmara participaram, direta ou indiretamente, de todos os acontecimentos de nossa História.

⁸⁰ BARBOSA, Antônio José. História do Senado Brasileiro. Antônio José Barbosa, Celso Silva Fonseca, Marcos Magalhães. Brasília: Senado Federal, 2008.

Como parte integrante de nosso processo histórico, o Parlamento só deixou de existir quando com ele desapareceram, por breves períodos, o sistema representativo e a vida constitucional.

O Congresso Nacional de hoje não tem muito em comum com o velho Parlamento do Império. “Da mesma forma que o Executivo e o Judiciário, no entanto, ele guarda das instituições que o precederam, não apenas o inestimável patrimônio de uma expressiva contribuição intelectual legada ao País, mas sobretudo o exemplo de acendrado devotado à Nação que ele representa e que ajudou a construir.”⁸¹

“Um país em movimento. Talvez não exista expressão mais adequada para definir o que aconteceu com o Brasil no período que, iniciado nos anos 1930 e impulsionado no pós-Segunda Guerra Mundial, chega aos dias de hoje.” Partindo dessa afirmação é possível considerar aspectos importantes desse momento histórico, como o substancial crescimento demográfico, bem como o deslocamento de enormes contingentes populacionais de uma região para a outra, dentro do país. “Esse incessante movimento atinge o cotidiano dos brasileiros, modifica-lhes a posição social e cria demandas novas, políticas inclusive. É como se um Brasil arcaico e tradicional estivesse dando lugar a outro demasiado diferente, impulsionado por uma dinâmica até então desconhecida”.⁸²

O Brasil passa a ter uma “sociedade crescentemente urbana, com as inevitáveis repercussões no campo político”, e esse deslocamento cada vez maior da população do campo em direção às cidades, trazia um substancial avanço no movimento de industrialização. O país passava, nesse momento, por um “intenso processo de modernização que alterava, substantivamente, sua fisionomia social, econômica e política”.⁸³

Era inevitável que depois de um período de longos anos marcados pela ditadura de Vargas, as eleições de 1945 despertassem um grande interesse da população. O cenário

⁸¹ Senado Federal. Livro comemorativo. 1976. p.13-16.

⁸² BARBOSA, Antônio José. *op.cit.*, 2008. CD ROM 1946-2006.

⁸³ *Idem*, CD ROM 1946-2006.

político, nesse período, também era marcado por transformações intensas, como por exemplo, o início de uma ampliação crescente no número de eleitores no conjunto da população brasileira.

Além da eleição presidencial, foram realizadas eleições legislativas para a Câmara e o Senado. “As duas casas se reuniram conjuntamente como Congresso Constituinte até ser aprovada uma Constituição. Depois se separariam, funcionando como Congresso normal [...]”⁸⁴.

Nessas eleições o Partido Social Democrata – PSD garantiu a maioria absoluta das vagas, tanto na Câmara como no Senado, seguido pela União Democrática Nacional - UDN. Dutra venceu as eleições para presidente da República, tomando posse no final de janeiro de 1946, quando começaram os trabalhos da Constituinte.

O texto constitucional promulgado em 18 de setembro de 1946 deixava claro os princípios sob os quais se assentaria o regime representativo:

defender enfaticamente a independência dos poderes, ainda que harmônicos entre si; oferecer espaços de maior autonomia à ação dos municípios; manter os direitos sociais e as conquistas trabalhistas que vinham da Era Vargas; coibir a crescente tendência à hipertrofia do Poder Executivo no conjunto do Estado brasileiro. [...]foi o grande símbolo jurídico-político da restauração democrática que se seguiu à queda da ditadura getulista.⁸⁵

O texto Constitucional definia o Brasil como uma República Federativa, estabelecendo-se as atribuições da União, Estados e Municípios. O Poder Legislativo seria exercido de forma bicameral, representado pelo Congresso Nacional, constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

⁸⁴ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12.ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 399.

⁸⁵ BARBOSA, Antônio José. *op cit.*, 2008. CD ROM 1946-2006.

A eleição para a Câmara deveria ser realizada segundo o princípio da representação proporcional, ou seja, os deputados seriam eleitos na proporção dos votos dados a eles no âmbito de cada partido a que pertenciam.

Já a eleição para o Senado obedeceria ao princípio majoritário, isto é, seriam considerados eleitos os candidatos que obtivessem o maior número de votos, sem se considerar o partido, estabelecendo-se um número fixo de senadores: três para cada Estado e para o Distrito Federal. Esse critério favorecia os Estados menos significativos em termos populacionais, que teriam o mesmo número de senadores representantes dos Estados maiores.

Neste sentido, o Senado “recuperaria o sentido original de instância legislativa máxima de representação do federalismo brasileiro que a Carta de 1891 lhe conferira, razão pela qual teria número fixo de integrantes [...]”⁸⁶

Os senadores eram eleitos para o exercício do mandato de oito anos, enquanto aos deputados era definido um mandato de quatro anos. A representação de cada Estado e a do Distrito Federal renovava-se de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e por dois terços.

Por ter um número fixo de Senadores eleitos por cada Estado, o Senado passava a representar o equilíbrio federativo, uma vez que evitava a influência dos grandes Estados ou dos mais populosos, sobre os pequenos Estados ou mesmo os menos populosos. Era o princípio de uma representação igualitária.

Cada senador era eleito com o respectivo suplente, a quem competia substituir o titular. A idade mínima para a eleição de um senador era de 35 anos, enquanto para os deputados eram exigidos 21 anos.

⁸⁶ *Idem*, CD ROM 1946-2006.

Com relação aos vencimentos, os Deputados e Senadores tinham direito ao mesmo valor anualmente, bem como igual ajuda de custo. O subsídio era dividido em duas partes: uma fixa, paga no decurso do ano, e outra variável, correspondente ao comparecimento nas sessões.

Outro aspecto importante do texto constitucional de 1946 era que o vice-presidente da República exercia as funções de presidente do Senado Federal.

Na ocasião em que ocorresse uma sessão conjunta da Câmara e do Senado, caberia à Mesa do último a direção dos trabalhos.

Entre as competências privativas do Senado Federal, fixadas pela Constituição de 1946, estão:

julgar o presidente da República e os ministros de Estado nos crimes de responsabilidade; processar e julgar, também nos crimes de responsabilidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República; aprovar a escolha de magistrados, do procurador-geral da República, dos ministros do Tribunal de Contas, do prefeito do Distrito Federal, dos membros do Conselho Nacional de Economia e dos chefes de missão diplomática de caráter permanente; autorizar empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.⁸⁷

Enquanto não se estabeleceu a autonomia para o Distrito Federal, coube ao Senado Federal a função de legislar para essa Unidade da Federação.

Desde 1947 até que acontecesse a transferência da Capital para Brasília, o Senado funcionou ininterruptamente no Palácio Monroe, no Rio.

Em 1950, depois de um acalorado processo eleitoral, Getúlio Vargas, por meio do voto direto, sucede Dutra na Presidência da República. De acordo com Fausto, “Getúlio

⁸⁷ *Idem*, CD ROM 1946-2006.

iniciou seu governo tentando desempenhar, nas condições de um regime democrático, um papel que já desempenhara: o de árbitro diante das diferentes forças sociais.”⁸⁸

Getúlio enfrentou uma oposição ferrenha ao seu governo, representada pela maioria dos integrantes da UDN e partidos menores, bem como grande parte da imprensa.

No Senado, essas eleições renovaram um terço dos seus integrantes. O PSD continuou tendo a maioria dos membros da Casa, porém não mais na mesma proporção da eleição anterior. Era seguido pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, que passou a ter cinco cadeiras; pela UDN com quatro; Partido Social Progressista - PSP com três; Partido da República - PR com duas; e o Partido Socialista Brasileiro - PSB e Partido Social Trabalhista - PST com uma cadeira cada.

Resistindo a várias manifestações, inclusive vindas do próprio Exército, Getúlio respondeu com um ato trágico, suicidando-se em 24 de agosto de 1954. “O suicídio de Getúlio exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa.”⁸⁹

Especialmente pela forma como se encerrou, com o inédito suicídio de um presidente da República, a crise de 1954 teve no Congresso Nacional um de seus epicentros. Acuado pela oposição udenista, cujos liberais não perdoavam o caudilhesco ditador do Estado Novo e cuja visão econômica se opunha ao nacional-desenvolvimentismo de Vargas – de que o complexo processo de tramitação do projeto que redundaria na criação da Petrobras (Lei 2004, de 1953) seria o símbolo mais expressivo –, Getúlio se viu enredado, por meio de pessoas próximas [...]. Ante mais um golpe que o apearia do poder, Vargas opta por sair de cena de maneira dramática – o suicídio. A conclusão do mandato não foi tarefa fácil.⁹⁰

Desta forma, o vice-presidente Café Filho assumiu a presidência, e uma crise instalou-se no cenário político, pois o mesmo “entendido como de apoio ao projeto golpista da UDN, levou ao seu afastamento (primeiro por doença; depois, por impedimento) e à

⁸⁸ FAUSTO, Boris. *op. cit.*, 2004. p.406.

⁸⁹ *Idem.* p. 417.

⁹⁰ BARBOSA, Antônio José. *op. cit.*, 2008, CD ROM 1946-2006.

meteórica passagem pela Chefia do Governo do deputado Carlos Luz, também acusado de conivência com os que pretendiam supostamente atropelar a Constituição.”⁹¹

Não menos conturbada foi a realização das eleições presidenciais de outubro de 1955. Eleições estas, que fizeram vitoriosos Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice-presidente.

A escolha do nome do governador mineiro Juscelino Kubitschek para candidato à presidência da República em 1955, definida com dificuldade por seu partido, o PSD, acirrou a animosidade udenista. Tendo vencido as eleições por estreita margem de votos, JK teve sua vitória contestada pelos mais diversos motivos, da não-obtenção de maioria absoluta (que a legislação não exigia) ao fato de ter angariado o voto dos eleitores comunistas.⁹²

Assim, coube ao senador catarinense Nereu Ramos o cargo de Presidente da República, até a posse de JK, em 31 de janeiro de 1956.

Nestas eleições colocavam-se em disputa dois terços da composição do Senado Federal, que foi assim constituída: o PSD elegeu dezesseis senadores, o PTB alcançou doze, a UDN elegeu nove senadores, seguidos do Partido Libertador (PL) que conquistou duas cadeiras, e do PR e PSP que elegeram um senador cada.

Segundo Fausto, “em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília.”⁹³

A mudança da capital dividiu as opiniões e foi considerada um tormento pelo funcionalismo público da antiga capital da República, obrigado a transferir-se para o

⁹¹ *Idem*, CD ROM 1946-2006.

⁹² *Idem*, CD ROM 1946-2006.

⁹³ FAUSTO, Boris. *op. cit.*, 2004. p. 422.

Planalto Central do país. Alguns funcionários, inclusive, relutaram e não foram transferidos para a nova Capital.

Um exemplo disso foi constatado em nossa pesquisa, em relação ao serviço de Arquivo do Senado. A Resolução nº 3 de 1961, do Senado Federal, extingue cargos, cujos respectivos funcionários não foram transferidos para a nova Capital, e entre os cargos extintos, estão duas vagas de “oficial arquivologista”.⁹⁴

É importante lembrar, que o plano de governo desenvolvimentista de Juscelino foi possível, em grande parte, pelo papel subsidiário que a Companhia Siderúrgica Nacional, inaugurada em 1946, e a Petrobrás, criada em 1953, representavam.

Com a eleição presidencial marcada para 3 de outubro de 1960, desde os primeiros tempos da campanha, o favoritismo de Jânio Quadros se tornou evidente. “Ele reunia as esperanças da elite antigetulista; do setor da classe média que esperava a chamada moralização dos costumes políticos e se via atingida pela alta do custo de vida; assim como da grande maioria dos trabalhadores.”⁹⁵

Jânio Quadros venceu as eleições de 1960 com a maior votação até então obtida por um candidato a Presidente: 6 milhões de votos, e “pela primeira vez um presidente tomou posse em Brasília, encarnando as esperanças do futuro. Em menos de sete meses essas esperanças seriam desfeitas, com a renúncia que atirava o país numa grave crise política.”

96

Em poucos meses de governo, contudo, Jânio demonstra enorme dificuldade em conviver com o Legislativo, assume atitudes aparentemente contraditórias (conservadorismo na política interna e inusitada abertura no campo das relações exteriores) e gera sérios atritos com áreas da própria UDN (particularmente com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que dera seu entusiástico apoio à candidatura janista).⁹⁷

⁹⁴ DCN, seção II, de 11.02.1961.

⁹⁵ BORIS, Fausto. *op cit.*, 2004. p. 436-437.

⁹⁶ *Idem.* p. 438.

⁹⁷ BARBOSA, Antônio José. *op cit.*, 2008, CD ROM 1946-2006.

A renúncia aconteceu e de acordo com a Constituição, o vice-presidente João Goulart deveria assumir o cargo. “Jânio pareceu apostar no apoio popular para se livrar do que ele classificou de forças terríveis, que o impediam de executar seu plano de governo.”⁹⁸

Porém o apoio esperado não ocorreu, e após grande resistência à posse de Goulart, o Congresso alterou o sistema de governo, que passou de presidencialista para parlamentarista.

Senado e Câmara, por suas principais lideranças, transformam-se no locus fundamental de idéias, propostas e acordos. Do Congresso Nacional sai a solução negociada: a instituição apressada do parlamentarismo, regime ausente de toda a trajetória republicana. Para alguns, a introdução do regime parlamentar, naquele contexto e sob aquelas condições, não passou de um golpe branco para neutralizar o poder do contestado Goulart. Para a maioria de Senadores e de Deputados Federais, todavia, era a alternativa possível para evitar o derramamento de sangue.⁹⁹

Dessa forma, João Goulart tomou posse, sob o regime parlamentarista, em 7 de setembro de 1961, com poderes diminuídos. O presidencialismo volta em janeiro de 1963, por meio de referendo popular, com a maioria expressiva dos votos.

O ápice da crise se deu durante o governo Goulart, processo que se acelerou a partir das eleições de 1962.

⁹⁸ *Idem*, CD ROM 1946-2006.

⁹⁹ *Idem*, CD ROM 1946-2006.

Pressionado à esquerda (que deplorava sua timidez política) e à direita (que o acusava de servilismo frente à ação dos comunistas), Jango foi perdendo o controle da economia e das ações políticas. Com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal assumindo posição de crescente afastamento em relação ao governo, o presidente parece optar pela cartada derradeira, que seria o apelo direto à população.[...] Na consumação do ato de força que destituiu João Goulart, uma atitude do senador paulista Auro de Moura Andrade conferiu ao golpe um ar de legalidade, ainda que desnecessário pela inexistência de reação. O presidente João Goulart estava em território nacional, no Rio Grande do Sul, quando o presidente do Senado Federal declarou a vacância da Chefia de Governo, passando o cargo interinamente ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli. Tinha início uma nova etapa da História republicana brasileira e, com ela, nova configuração da política e do próprio Congresso Nacional.¹⁰⁰

No SF as eleições de 1962 renovaram dois terços de seus membros. Com exceção do Estado do Acre que, com a transformação do antigo território federal em Estado, teve sua primeira eleição, razão pela qual foram eleitos três senadores.

Em 1964 as forças militares tomam o poder, e a esse respeito Boris afirma que “a implantação de uma ditadura militar com alguns disfarces resultou das circunstâncias e das opções dos atores políticos. Abandonado qualquer esforço pela manutenção da democracia, a polarização de posições resultou em uma prova de força.”¹⁰¹

O movimento tinha sido lançado “aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através dos decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções.”¹⁰²

¹⁰⁰ *Idem*, CD ROM 1946-2006.

¹⁰¹ BORIS, Fausto. *op cit.*, 2004. p.462.

¹⁰² *Idem*. p. 466.

O processo legislativo alterava-se. Doravante, projetos de lei enviados pelo Presidente da República, versando sobre qualquer matéria, deveriam ser apreciados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal dentro de trinta dias, em cada uma das Casas. Se isso não ocorresse, seriam considerados como aprovados. Atingindo o cerne do trabalho parlamentar, o AI 1 estabelecia ser competência privativa do presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública. Ademais, proibia a qualquer uma das Casas do Congresso Nacional o oferecimento de emendas que aumentem a despesa proposta. Conferia, ainda, ao presidente da República a prerrogativa de decretar ou prorrogar o estado de sítio, ato que seria submetido à apreciação do Poder Legislativo.¹⁰³

¹⁰³ BARBOSA, Antônio José. *op cit.*, 2008, CD ROM 1946-2006.

3.1. De 1946 a 1964, o Senado Federal tinha atribuições de Casa revisora?

Na publicação multimídia, comemorativa aos 180 anos do Senado, “*História do Senado Brasileiro*” encontramos a seguinte afirmação:

Quando se verifica o modelo de processo legislativo estabelecido pela Constituição de 1946, conclui-se que o **Senado assumiu funções típicas de uma Casa revisora**. Ainda que a iniciativa das leis coubesse ao Presidente da República e a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quando se tratava de fixação das Forças Armadas e de todas as leis sobre matéria financeira essa iniciativa cabia à Câmara e ao presidente da República. Além disso, era na Câmara dos Deputados que tinha início a discussão dos projetos de lei encaminhados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Em caso de veto presidencial a matéria aprovada pelo Legislativo, a comunicação formal da decisão, com suas razões, deveria ser feita ao Presidente do Senado Federal.¹⁰⁴

Sobre essa questão, com a intenção de ratificarmos essa afirmação, optamos por realizar uma pesquisa documental, e para isso escolhemos duas séries de proposições legislativas: os Projetos de Lei da Câmara - PLC e os Projetos de Lei do Senado - PLS.

O objetivo foi verificar como a prática legislativa desse período está refletida no acervo documental do ASF e perceber a relação política das duas casas, no sentido de aprovação das iniciativas dos Projetos de Lei de cada uma delas.

Para realizarmos a pesquisa, utilizamos as bases de dados de ambas as Casas legislativas, especialmente a do Senado, que utiliza o banco de dados para o registro, a tramitação e o controle das proposições legislativas. É o Sistema de Registro de Matérias Legislativas - MATE.

O mesmo tem passado nos últimos anos por um processo de revisão, com o objetivo de padronização dos procedimentos utilizados para o tratamento documental das

¹⁰⁴ BARBOSA, Antônio José. *op cit.*, 2008. CD ROM 1946-2006. (grifo nosso)

proposições do período de 1946 a 1971 que se encontram no Arquivo Permanente do Senado Federal.

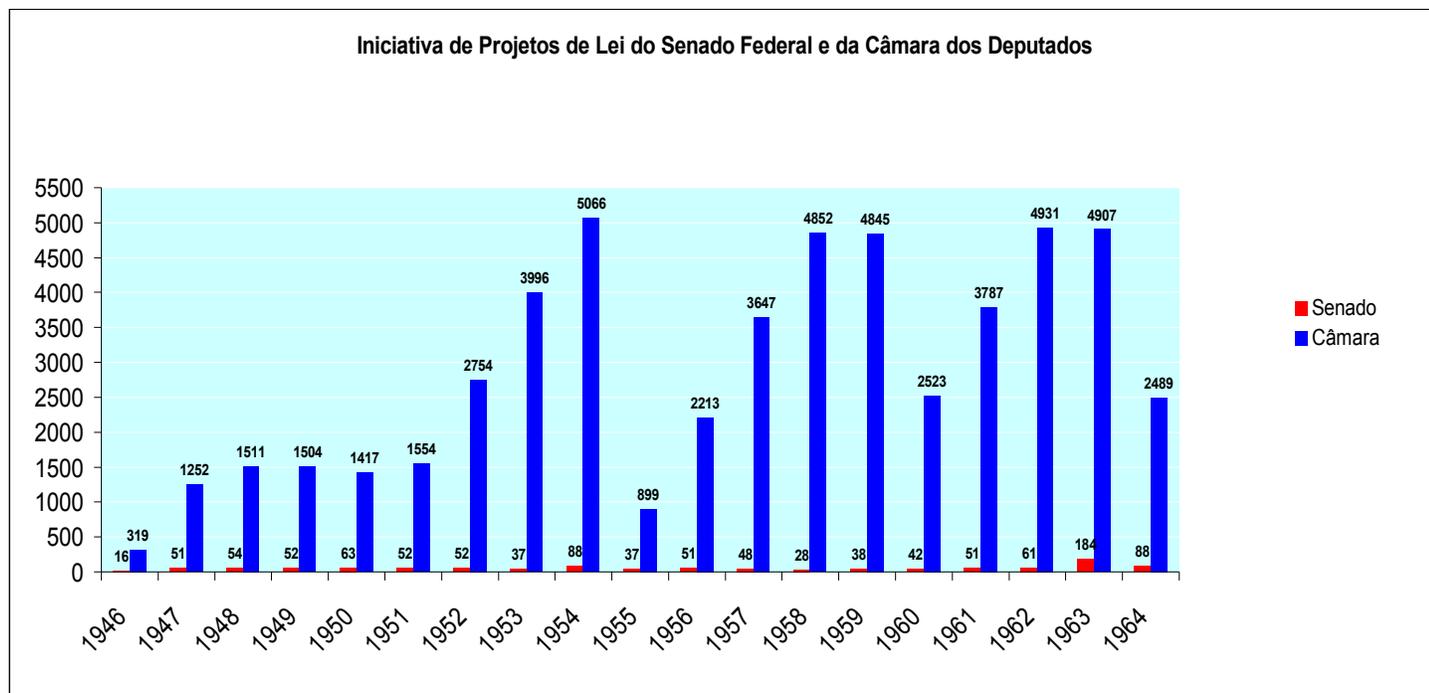
Como a base de dados foi desenvolvida em 1972, as proposições legislativas anteriores a esse período foram alimentadas somente com o número e a ementa do processo. Com isso, atualmente uma equipe da Secretaria de Arquivo está realizando uma revisão, por meio da alimentação dos dados que estão incompletos, ou até mesmo que não constam. No momento da nossa pesquisa, essa revisão havia sido realizada até o ano de 1950, em todas as séries de proposições legislativas.

A indexação é realizada com um vocabulário controlado (Vocabulário Controlado Thesaurus). Esse trabalho de revisão visa também à disponibilização e divulgação das proposições deste período para pesquisa por meio da página *web* do Senado.

Analizamos inicialmente o número de iniciativas de Projetos de Lei da Câmara e do Senado, em cada um dos anos do período que pesquisamos. Num segundo momento, analisamos os Projetos de Lei da Câmara, que foram aprovados naquela Casa Legislativa, e que foram dessa forma encaminhados para a apreciação do plenário do Senado.

Depois desses levantamentos, comparamos também o número de projetos de lei da Câmara, aprovados no Senado, e vice-versa, os projetos de lei do Senado aprovados na Câmara, em todos os anos do período da pesquisa (1946-1964).

Assim, como podemos observar, no período estudado, a Câmara dos Deputados teve substancialmente o maior número de iniciativas, de acordo com o gráfico a seguir:

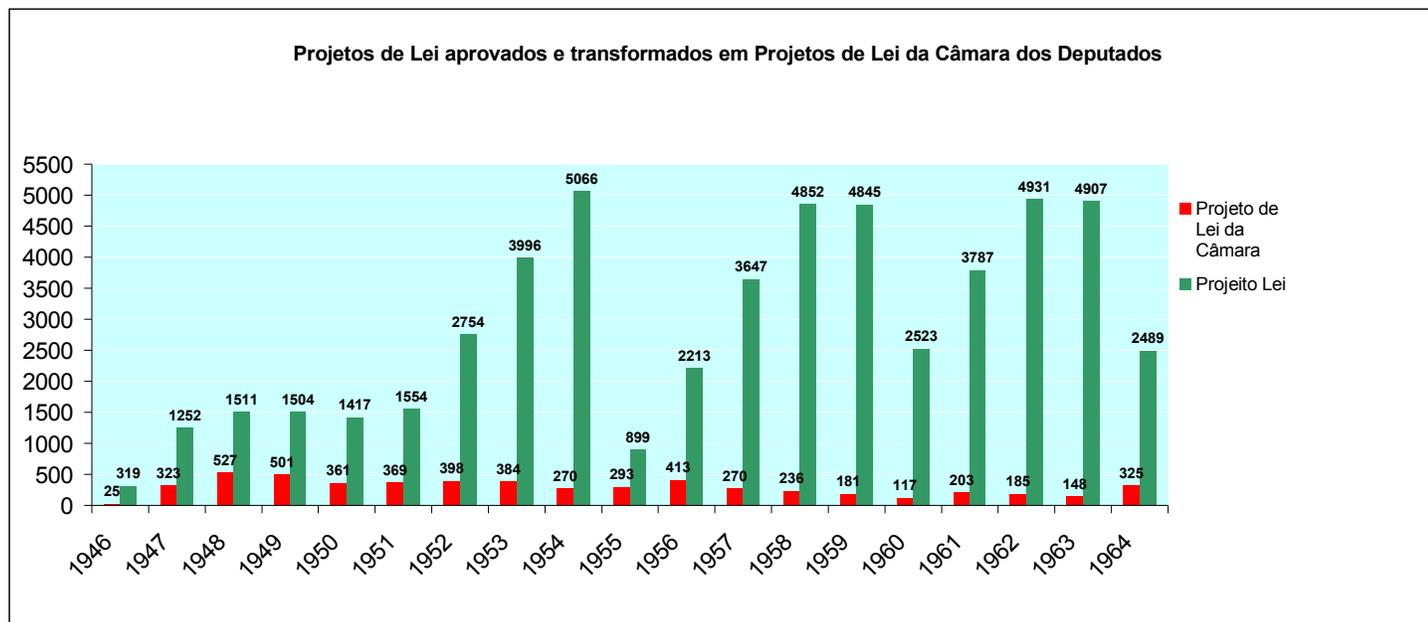


Fonte: Sistema de Registro de Matérias Legislativas - MATE

É importante lembrar, que apesar do número de Deputados ser superior ao de Senadores, porém, mesmo proporcionalmente, ao longo do período analisado, a Câmara concentrou o maior número de iniciativas de Projetos de Lei - PL.

Além de sua produção legislativa ser maior que a do Senado, dava-se entrada pela Câmara de Deputados também aos Projetos de Lei que eram de iniciativa da Presidência da República, o que justifica também o número superior de PL's.

Dentro das iniciativas de criação de projetos de lei da Câmara, temos que destacar aquelas que foram aprovadas naquela Casa e submetidas à aprovação dos Senadores, conforme podemos analisar no gráfico adiante:

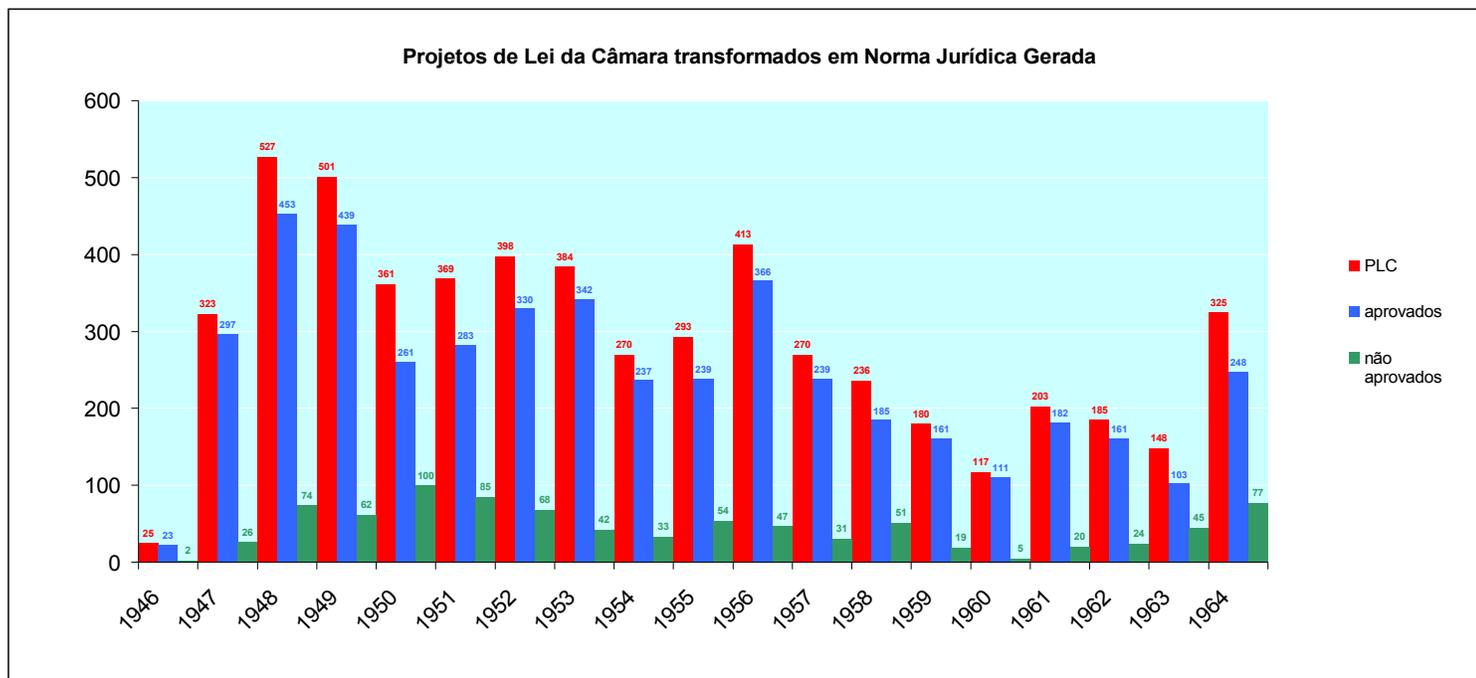


Fonte: Sistema de Registro de Matérias Legislativas - MATE

Como podemos analisar, a maior parte das propostas de PL não eram aprovadas na própria Câmara, o que fazia com que esses projetos não chegassem ao Senado, tramitando somente naquela instância do Congresso Nacional.

A partir dos dados dos PL aprovados e enviados ao Senado, verificamos o quantitativo dos projetos submetidos para a aprovação do Senado, que se transformaram em Norma Jurídica Gerada (Lei).

Com base nos dados levantados, podemos afirmar que a grande maioria dos Projetos de Lei da Câmara, submetidos à votação no Senado, eram aprovados, conforme nos mostra o gráfico a seguir:

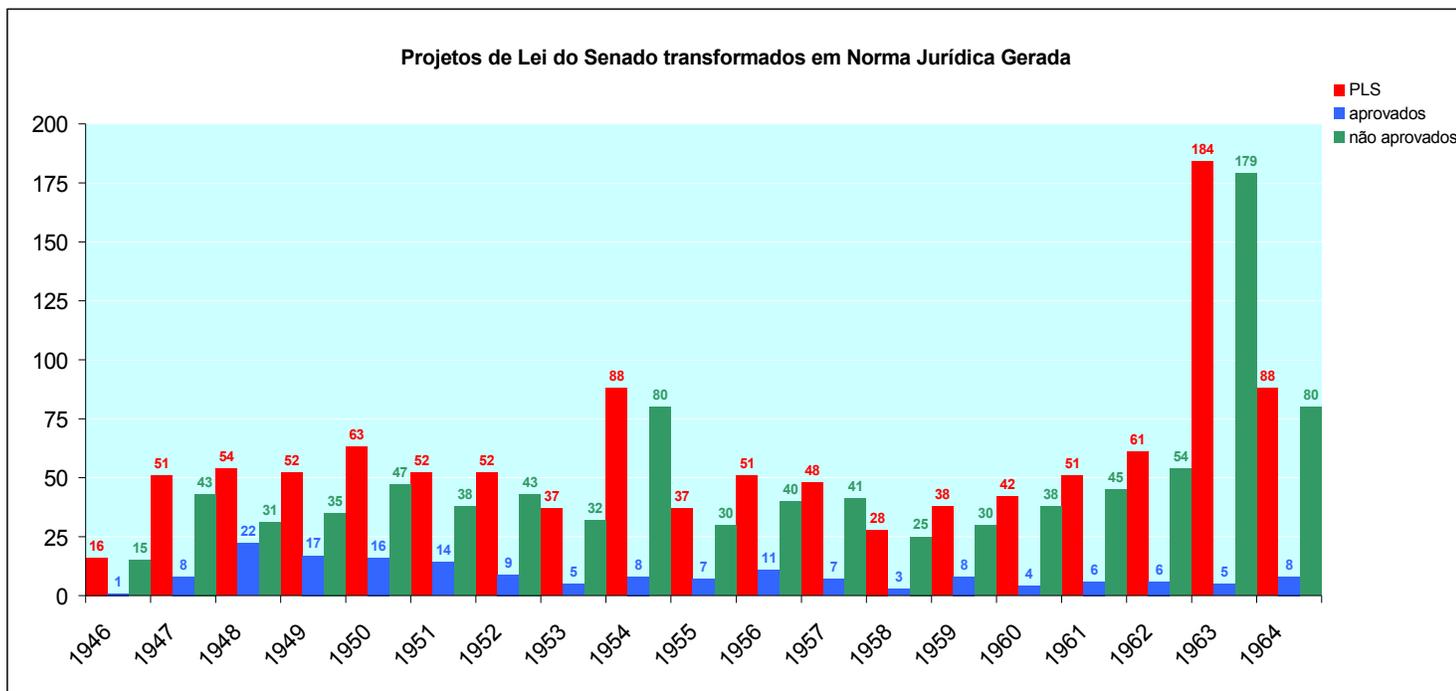


Fonte: Sistema de Registro de Matérias Legislativas - MATE

Os Projetos de Lei da Câmara que não se tornaram Normas Jurídicas Geradas¹⁰⁵ foram rejeitados, prejudicados, arquivados ao final da legislatura ou retirados pelo autor. Todos esses são *status* que podemos constatar na ação final da tramitação desses PL's.

Já com relação aos Projetos de Lei do Senado, em número consideravelmente menor, foram aprovados pela Câmara, como podemos confirmar com os dados do gráfico a seguir:

¹⁰⁵ Norma Jurídica – parte integrante do conjunto de regras e preceitos legais que regulam a conduta humana em sociedade, e que formam o ordenamento jurídico desta, ou seja, ato legal com força de lei. VER: <http://webthes.senado.gov.br/thes/navthes.shtml?opc=PESQBASICA&Termo=norma+jur%EDdica&Thesaurus=THES&pesquisa=Pesquisa>



Fonte: Sistema de Registro de Matérias Legislativas - MATE

Analisando os gráficos acima demonstrados, podemos afirmar que o acervo documental, especificamente a série de proposições legislativas que optamos por pesquisar – Projetos de Lei da Câmara e do Senado - reflete conformidade com a afirmação de que o Senado no período de 1946 a 1964 tinha funções de casa revisora, uma vez que, aprovava a grande maioria de projetos que lhe eram remetidos pela Câmara e que o mesmo não acontecia com as proposições que o mesmo enviava para a apreciação da outra Casa legislativa.

Uma observação interessante dessa relação entre as duas Casas do Congresso, no período em que pesquisamos, é que esse Senado que retratamos, pouco tem a ver com os poderes atuais do Senado brasileiro, que tem hoje, senão a maior, umas das maiores forças políticas do país.

Um número consideravelmente pequeno de projetos não estão indexados no MATE, ou até mesmo não se encontram no acervo do Arquivo do Senado, e por isso não foram analisados. Porém, independente de terem ou não se transformado em Norma Jurídica

Gerada, não alterariam de forma substancial o resultado da nossa pesquisa. De todos os anos pesquisados, aproximadamente 5 projetos não foram localizados.

Também fizemos a experiência de olhar o acervo documental do Senado como reflexo das atividades legislativas da instituição. Com essa análise das iniciativas e aprovações dos Projetos de Lei da Câmara e do Senado, foi possível reafirmar a tese de que o acervo documental de uma instituição deve refletir, e nesse caso efetivamente o faz, as funções e atividades de que resultam.

Além disso, compreendemos que o arquivo pode e deve subsidiar informacionalmente a instituição sobre sua história, trajetória, e no caso do Senado, pode oferecer dados precisos sobre a sua produção legislativa.

Para que nossa pesquisa não se concentrasse somente no mérito dos dados quantitativos, a fim de exemplificação dos assuntos que eram objetos dos projetos de lei, tanto na Câmara como no Senado, optamos por demonstrar, por meio de uma amostragem de algumas ementas dos projetos, que foram transformados em Normas Jurídicas Geradas. No *Anexo 1* apresentamos duas ementas de projetos de cada ano do período pesquisado. Uma de um PLS e outra de um PLC.

É importante esclarecer, que essa amostragem de PLS's e PLC's foi feita de maneira aleatória, dentre os Projetos aprovados, somente para figurar como exemplos de assuntos que eram tratados no Congresso Nacional do período.

É importante lembrar, que a totalidade dos projetos de lei, tanto da Câmara como do Senado, podem ser pesquisados nas bases de dados disponibilizadas nos *sites* das respectivas casas legislativas.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Site oficial do Senado Federal: www.senado.gov.br; site oficial da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br

4. OS CAMINHOS E VIESES DA MEMÓRIA: AS PRÁTICAS DE TRATAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DOCUMENTAL NO SENADO.

Os procedimentos metodológicos que nortearam a presente pesquisa consistiram em um levantamento dos conjuntos documentais que tratam sobre as práticas de preservação no Arquivo do Senado Federal, bem como a observação do próprio acervo documental como um todo, pois se fez necessária em alguns momentos da pesquisa uma comparação entre as fontes e o próprio acervo documental permanente que revela muito a respeito das práticas de tratamento, organização e preservação dos documentos, nos auxiliando na interpretação dos eventos narrados pelas próprias fontes.

E dessa forma, a pesquisa se deu por meio de um diálogo direto com as fontes, à luz dos referenciais teóricos recorrentes, lançando questões e indo atrás de fontes que respondessem essa “necessidade de orientação no tempo”.¹⁰⁷

Considerando-se os arquivos públicos como instituições e/ou elementos que constituem “lugares de memória”, o Arquivo do Senado Federal é unidade que guarda uma parte significativa da história do Brasil. Por isso consideramos que, compreender os critérios por meio dos quais um arquivo de nível nacional foi organizado e preservado, sobretudo em um período importante da história política do Brasil, e relacionar as práticas políticas com as práticas profissionais, é compreender, se for o caso, como as condições de

¹⁰⁷ RÜSEN, Jörn. *op. cit.*, 2001. p. 21.

organização estão imbricadas em condições sócio-políticas, de forma direta ou indiretamente.

No campo teórico, para as reflexões conceituais sobre documento e memória trabalhamos com dois autores franceses, já reconhecidos pela história por esses questionamentos: Jacques Le Goff e Pierre Nora. As questões sobre teoria e metodologia da história, do historiador J. Rüsen também serviram de subsídio teórico, para orientar a nossa pesquisa. Valemo-nos também das ideias teóricas conceituais da arquivista Luciana Duranti, do historiador Carlos Bacellar, de José Maria Jardim, bem como as publicações do Programa de Mestrado em Memória Social e Documento, da Universidade do Rio de Janeiro.

Propomo-nos, ainda, a uma discussão teórica acerca dos arquivos públicos como “lugares de memória”¹⁰⁸ e a sua relação com o Estado. Esse aspecto acerca do tema mostra-se bastante interessante, a ponto de merecer reflexões, mesmo que sejam feitas de forma sucinta.

O historiador J. Rüsen escreveu que “sem existirem fontes não se pode reconhecer um passado que faça sentido como história.”¹⁰⁹. As fontes são os vestígios do passado, sobre as quais se debruça o historiador, para realizar suas pesquisas. São consideradas “pontes” entre o presente e a realidade passada.

Apesar da diversidade de fontes para a realização da pesquisa histórica, os documentos provenientes dos arquivos representam ainda uma importante referência para a produção historiográfica. Segundo o historiador francês P. Nora, “[...] nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a

¹⁰⁸ NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981. p.21.

¹⁰⁹ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p.32.

sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição ao vestígio [...].”¹¹⁰

A constituição dos arquivos consubstancia-se na necessidade de preservar, ao longo dos tempos, a memória da atividade humana, por meio de registros sob as mais variadas formas e nos mais diversos suportes. As fontes documentais são instrumentos, por meio dos quais as ações/decisões individuais ou coletivas, privadas ou públicas são registradas, formalizadas e representadas.

A arquivista italiana L. Duranti aponta a razão do inegável papel representativo dos arquivos, para áreas como Administração, Direito, História, entre outras.

[...] os materiais arquivísticos, ou registros documentais, representam um tipo de conhecimento único: gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido.¹¹¹

Nora considera “lugares de memória” locais constituídos de “vontade de memória” (intenção), e que na falta dessa, os “lugares de memória serão lugares de história.” Segundo o autor, “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional”, e acrescenta ainda que “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.”¹¹²

Desta forma, considerando os arquivos como “lugares de memória”, faz-se importante lembrar a diferença existente entre o arquivo como serviço, que serve

¹¹⁰ NORA, Pierre. *op cit.*, 1981. p. 15.

¹¹¹ DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.7, n.13, 1994. p.50.

¹¹² NORA, Pierre. *op cit.*, 1981. p. 21.

administrativamente no processo de tomada de decisão, no âmbito de uma instituição, e o arquivo como unidade constitutiva da memória – o Arquivo Histórico ou Permanente. As diferenças entre esses dois são, principalmente, no que diz respeito à temporalidade de guarda dos documentos e ao valor identificado e/ou atribuído.

Aqui será analisada a constituição dos Arquivos Públicos Históricos, na perspectiva daquilo que irá formar o patrimônio histórico documental dessas instituições. E para isso, consiste no eixo dessa análise e discussão, uma prática arquivística, que é a avaliação dos documentos, por meio de um processo de atribuir valores a determinados conjuntos documentais.

Considera-se aqui que essa prática, comum aos arquivos, é revestida de elementos que extrapolam os procedimentos técnicos e arquivísticos, tornando-se muito mais uma prática social de dar transparência, ou não, às ações do Estado.

Esse momento de seleção destes ou daqueles conjuntos documentais, que possuem significado histórico e que por isso possuem caráter permanente, deve ser considerado também como um processo/procedimento que instrumentaliza a prática da pesquisa, seja ela historiográfica ou não, além de possibilitar o exercício da democracia e da cidadania por meio do acesso aos documentos públicos.

Embora o processo de avaliação¹¹³, como conhecemos hoje, seja recente, as suas raízes podem ser percebidas ao longo da história e, logicamente, por uma questão de racionalidade, pois seria tarefa impossível guardar de forma organizada tudo aquilo que é produzido e recebido em uma instituição.

Essa relação dos valores atribuídos aos conjuntos documentais é um procedimento que pode ser percebido desde o século XII, nos estudos do Direito Romano, quando o

¹¹³ O processo de avaliação é uma prática interdisciplinar, entre arquivistas, historiadores, juristas, entre outros, que “consiste fundamentalmente em identificar valores e definir prazos de guarda para os documentos de arquivo, independentemente de seu suporte ser o papel, o filme, a fita magnética, o disquete, o disco ótico ou qualquer outro”. Desse processo, resulta a Tabela de Temporalidade de Documentos. BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. Arquivo do Estado, São Paulo, 1998. p.14.

documento escrito torna a desempenhar um importante papel. “Os grandes senhores, seculares e eclesiásticos, e os mais importantes institutos religiosos cuidam de organizar seus cartórios (*trésors des chartes*), guardando neles os títulos fundamentais dos seus bens e prerrogativas. Mas só esses diplomas essenciais merecem, aos olhos dos contemporâneos, ser conservados com carácter definitivo.”¹¹⁴

Esse exemplo ilustra que a prática de atribuir valores aos documentos de arquivo não é característica dos arquivos do mundo contemporâneo, onde o crescimento da máquina do Estado e da burocracia resultaram na incontrolável multiplicação da produção de documentos públicos.

Identificar e/ou atribuir valor histórico aos conjuntos documentais consiste em definir aquilo que sobreviverá do passado e que será levado ao acesso público de pesquisadores. Aquilo que não for avaliado como documento de valor histórico, será eliminado, e para isso Nora chama atenção, pois considera

[...]impossível de prejudicar aquilo de que se deverá lembrar. Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória [...] são hoje as empresas privadas e as administrações públicas que engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é arte da destruição controlada.”¹¹⁵

As questões de preservação do patrimônio cultural são comuns, seja ele de valor documental, arquitetônico, artístico, arqueológico ou etnográfico, e como destaca Henri-Pierre Jeudy, “[...] no horizonte de uma acumulação fantástica dos signos do passado, persiste sempre a questão elementar: conservar o quê? Questão esta que não deixa de desencadear outras: por que conservar? O que fazer com o que é conservado? [...]”.

¹¹⁴ VERBO: enciclopédia luso-brasileira de cultura. Lisboa: Verbo, 1963-1995- 23v il, p.1275.

¹¹⁵ NORA, Pierre. *op cit.*, 1981. p. 15.

O autor destaca ainda que o “patrimônio não é o depósito da memória. Pois se reduzisse a tal coisa, acabaria sendo um obstáculo aos movimentos da memória. Um patrimônio assim constituído não é mais que um museu do social. Ele necessita de uma teatralização permanente que não é redutível ao espetáculo que uma estrutura museográfica oferece.”¹¹⁶

É possível afirmar que a consideração do patrimônio, como uma evidência estática de lembrança do passado, tem origem na concepção aristotélica de memória, que entre outros aspectos considera a memória como a simples lembrança do passado. Resume-se ao fato de simplesmente “lembrar por lembrar”. Esta concepção é uma característica presente na maior parte das instituições, consideradas “lugares de memória”, no período que recortamos para realizarmos nossa pesquisa.

Assim sendo, os arquivos não escapam dessa “cilada” da memória, que cumpre melhor a sua função quando compreendida como a reconstrução do passado com o olhar do presente. Atualmente é inegável a necessidade de repensar os arquivos para que esses estejam realmente a serviço da memória e não de proteção do Estado.

Certeau afirma que a transformação do “arquivístico é o ponto de partida e a condição de uma nova história. Está destinada a representar o mesmo papel que a “máquina” erudita dos séculos XVII e XVIII.”¹¹⁷

Quando se afirma que as instituições que constituem “lugares de memória” estão a serviço do Estado, encontra-se respaldo teórico na afirmação de Le Goff, que nos diz que “de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da

¹¹⁶ JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2000. p.13.

¹¹⁷ CERTEAU, Michel de. *op. cit.*, 2006. p.83.

humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.”¹¹⁸

O autor faz uma interessante diferenciação entre dois elementos da memória: documentos e monumentos. Em função de suas características, o monumento liga-se “ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”, e apresenta uma intencionalidade, enquanto que o documento traz uma objetividade, oposta à intencionalidade do monumento. Afirma ainda que os documentos são monumentos, e que resultam “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.”¹¹⁹

O historiador Joel A.P. dos Santos ressalta que “o movimento que vai da pretensão de objetividade à consciência da intencionalidade – do documento ao monumento – não ocorre apenas no âmbito da produção dos registros (a projeção de uma imagem para o futuro), mas também no âmbito de sua seleção, organização e interpretação (o delineamento de uma imagem do passado).”¹²⁰

De forma mais objetiva, Ives François Le Coadic define que documento histórico é tudo que representa ou exprime, com ajuda de sinais, um objeto e uma idéia.¹²¹

Foi com base em conhecimentos teóricos e idéias como essas, que orientamos nossa pesquisa, olhando o ASF como um “espaço de memória”, e buscamos perceber os vieses que norteavam as práticas do arquivo no período de 1946 a 1964.

As informações e dados a respeito das práticas de tratamento dos documentos do Arquivo, assim como os problemas enfrentados, são mais claramente encontrados nos documentos administrativos, constituídos por diversos tipos documentais, como

¹¹⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 95.

¹¹⁹ *Idem*. p. 106.

¹²⁰ SANTOS, Luís Alberto Brandão. “Literatura e História: convergência de possíveis”. In: *Romance histórico: recorrências e transformações*, Maria Cecília B. Boechat, Paulo M. Oliveira, Silvana M. P. Oliveira (orgs). Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000. p.48

¹²¹ LE COADIC, Ives François. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. p. 17.

correspondências expedidas e recebidas, recortes de jornais, listagens de transferência de documentos para o Arquivo, Atas da Comissão Diretora, entre outros.

Tais documentos se encontravam depositados em contêineres de pequeno porte, em metal, e foram organizados há pouco tempo, por um critério pessoal do funcionário que organizou, foram preservados e encontram-se no Serviço de Arquivo Permanente, tornando possível essa pesquisa em torno desse objeto.

Vale ainda destacar que, nesse trabalho de abertura e identificação dos documentos que se encontravam nos referidos contêineres, foram encontrados além dos documentos administrativos aos quais já nos referimos, várias outras tipologias documentais, incluindo Projetos de Lei, bem como listas de documentos que deveriam ter sido incluídos nos processados, e que até então não haviam sido.

A seguir transcreveremos, a título de exemplo, um caso de documentos que deveriam ter sido incluídos junto aos processados legislativos:

Documentos enviados ao Arquivo em 03.04.1957, a fim de serem anexados aos seguintes projetos:

PDL 31/56 – Ofício nº 630-2-57- de 22.2.57, do Ministro Presidente do Tribunal de Contas.

PDL 36/56 – Ofício nº 1.719, de 28.2.56, do 1º Secretário da Câmara dos Deputados.

PDL 53/56 – Mensagem nº 118, de 26.3.57, do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

PLC 319/56 – Mensagem nº 101/57, de 26.2.57, do Chefe do Gabinete Civil da Presidência.

Além dos documentos administrativos da Diretoria do Arquivo, foram fundamentais para o nosso estudo os instrumentos legais como a Constituição, Regimento Interno do Senado, Regimento Comum do Congresso Nacional, Regulamento, Resoluções, entre outros.

No período estudado, a Diretoria do Arquivo do Senado era subordinada à Diretoria Geral, ao lado da Seção de Atas, da Seção de Taquigrafia, Redação dos Debates e Anais e Biblioteca.

A Diretoria do Arquivo foi criada em 1950 e, anterior a esse período, esse Serviço funcionava junto com a Biblioteca.

A ele competia a guarda e catalogação de todos os documentos que lhe fossem remetidos, o desarquivamento desses documentos e a guarda, em depósito, das publicações mandadas a fazer pelo Senado em Anais, Sinopses e Avulsos, assim como das mensagens, relatórios e outras publicações oficiais enviadas para distribuição pelos Senadores.

Após as sessões legislativas, os documentos que ainda dependiam da deliberação do Senado ou de avaliação por parte das Comissões, eram levados ao Arquivo pela Seção do Expediente, para serem guardados em móvel para esse fim especialmente destinado, durante as férias parlamentares. Logo no início da Sessão Legislativa, mediante requisição escrita do chefe da Seção do Expediente, esses documentos eram devolvidos.

Os documentos com aprovação definitiva ou rejeição eram imediatamente enviados ao Arquivo, para serem guardados em invólucros que os protegessem do tempo e de animais, sendo devidamente catalogados e registrados, para facilitar suas posteriores buscas.

Regimentalmente, o AFS funcionava também como Arquivo do Congresso, tendo sob sua guarda os papéis e documentos resultantes da união das duas Casas.

Todos os documentos guardados no Arquivo do Senado eram relacionados em livros especiais, onde ficava confirmada sua entrega. O que encontramos a respeito dessa determinação do Regulamento, ainda hoje, são pastas com grande parte das listagens dos documentos transferidos para o Arquivo.

Os documentos definitivamente arquivados, por despacho da Mesa, ou pelo término de seu andamento, só poderiam ser desarquivados mediante ordem escrita do 1º Secretário, para atender ao orador na tribuna ou à requisição dos presidentes das Comissões. Eles só poderiam ser facultados à consulta dos Senadores e dos funcionários por meio de boletim assinado pelo consulente.

A consulta seria feita no próprio Arquivo, de onde era expressamente proibida a retirada de qualquer documento, exceto nos casos já mencionados.

Segundo os Regimentos vigentes no período de 1946 a 1964, um aspecto importante são os direitos de acesso aos documentos por parte dos Senadores empossados. Entre os direitos garantidos aos Senadores, estão o de “examinar, a todo o tempo, quaisquer documentos existentes no Arquivo, não podendo, entretanto, retirá-los; [...] freqüentar a biblioteca e utilizar os seus livros e documentos, não podendo, entretanto, retirá-los.” Porém, com a autorização da Comissão Diretora, “é lícito a qualquer Senador fazer retirar, mediante recibo, documentos do Arquivo ou livro da Biblioteca, para deles utilizar-se em reunião das Comissões ou no Plenário.”¹²²

Considera-se importante e necessário lançar o olhar para a concepção e o sentido do arquivo tanto para o Senado como para a maioria das instituições, no período estudado, uma vez que a concepção atual não se aplica à realidade daquele período.

A concepção de arquivo estava associada a um local que servia, institucional e socialmente, como um repositório (depósito) de documentos. No caso do Arquivo do Senado, é possível afirmar que a sua principal função, na prática, era receber, guardar, distribuir e atender às pesquisas feitas no Diário do Congresso Nacional, nos Anais, Avulsos e no Diário Oficial, ou seja, um local de guarda das publicações.

Consideramos importante lembrar que, nesse período que estudamos, pouco se fazia a diferenciação entre material bibliográfico e conjuntos documentais arquivísticos. Em

¹²² Regimentos vigentes no período de 1946 – 1964.

muitas instituições, a Biblioteca e o Arquivo não tinham funcionamentos independentes. Suas funções eram, comumente, confundidas, fundidas e trocadas.

Uma correspondência de 13 de agosto de 1953, da Biblioteca do Senado, nos permite compreender melhor esse fato:

Sr. Diretor do Arquivo do Senado Federal,

Respondendo pelo expediente desta Biblioteca, na ausência do seu Diretor, Sr. Franklin Palmeira, cumpre-me agradecer a doação, feita por V.S., da coleção “Boletim Bibliográfico” da Biblioteca Municipal de São Paulo, que vem enriquecer o acervo deste setor da Secretaria do Senado Federal.

Aproveitando a oportunidade remeto o incluso “Boletim Bibliográfico” desta Biblioteca, que só aguardava o regresso de V.S. para lhe ser oferecido.

*Atenciosamente,
Aurora Souza Costa – Oficial Legislativo respondendo pelo expediente da Biblioteca.¹²³*

Observamos que havia uma relação de cordialidade entre os dois órgãos da Casa, bem como nos conduz ao entendimento de que haviam trocas de informações.

Nesse aspecto encontramos também uma relação da coleção de Anais da Biblioteca, referente ao período de 1823 a 1878, indicando as falhas, e um despacho do Diretor do Arquivo, informando a possibilidade desse órgão de proceder à pesquisa dos volumes que estavam faltando, para assim encaminhá-los à Biblioteca, a fim de que a coleção ficasse completa.

Depois de 1950, quando a Diretoria do Arquivo foi criada e não mais passou a funcionar junto com a Biblioteca, por ocasião da separação desses dois órgãos, ficaram nesta os documentos pertencentes ao acervo documental do Arquivo, haja vista que foram

¹²³ Correspondência enviada pela Diretoria da Biblioteca, ao Diretor do Arquivo do Senado Federal, em 13.08.1953.

considerados como obras raras. Em geral, eram documentos encadernados, com boa aparência e bom estado de conservação.

Desta forma até hoje na Biblioteca do Senado existe a Seção de Obras Raras, muitas oriundas desse período em que o Arquivo e a Biblioteca funcionaram juntos, e que, como consequência resultou em confusões entre suas funções e competências.

São vários os documentos que comprovam que o Arquivo fazia a distribuição de exemplares de publicações aos Senadores, assim como a outras instituições, como Biblioteca Nacional, IHGB, Assembléias Estaduais. Existem recibos e/ou protocolos desses envios.

Em maio de 1951, conforme protocolos de mensageiros, foram distribuídos exemplares da Constituição de 1934, edição *fac-símile*, a todos os Senadores e à Biblioteca Nacional, entre outras instituições.

Além disso, o Arquivo era requisitado por várias instituições de fins culturais, educacionais e de pesquisa, no sentido de lhe serem enviadas as coleções dos Anais, Diários e demais publicações. Transcreveremos a seguir parte de uma correspondência solicitando a coleção dos Anais:

Exm^o Sr Diretor da Secretaria do Senado da República.

Desejando ver incorporada ao acêrvo bibliográfico dêste Instituto, cujos livros são franqueados diariamente aos estudiosos, a coleção dos Anais do Senado, como acontece com os da Câmara dos Deputados, venho fazer neste sentido, um apêlo ao espírito de coadjuvação cultural de V. Excia.

*Não será ocioso dizer-lhe que êste Instituto tem edificio próprio e que sua biblioteca, registrada no Instituto Nacional do Livro, já conta um cabedal de 11.500 volumes de obras de todo gênero, arrumados em modernas estantes de aço.*¹²⁴

¹²⁴ Correspondência, nº 47, enviada por Epifânio da Fonseca Dória, Secretário Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na data de 05.07.1952.

Encontramos inclusive um único registro indicando a relação de Parlamentos estrangeiros que recebiam com “regularidade” os Anais do Senado. A relação encontrada é do ano 1952, e constam apenas dois países: Itália e Israel.

Um dos tipos documentais mais frequentes na documentação administrativa pesquisada são as correspondências da Diretoria de Publicações, que encaminhava, mensalmente, vários exemplares de publicações oficiais ao Arquivo. A respeito do número de exemplares das publicações, apesar de ser variado, identificamos nas correspondências de vários meses, que eram remetidos ao Arquivo 95 exemplares, de cada mês, dos Anais do Senado. Sobre a quantidade de exemplares das demais publicações, não encontramos nenhuma referência.

Na esfera dos arquivos públicos, tanto o momento da produção como o da avaliação se revestem de elementos oriundos das políticas e práticas de tratamento e preservação do patrimônio histórico documental, estabelecidas pelo Estado e, nesse aspecto, é inegável o papel de controle assumido por este, daquilo que irá constituir a memória documental registrada.

Pode-se encontrar as raízes dessa cultura e dessa prática, salientando o importante fato de que

[...] desde a alta Idade Média até o século XVI, a noção de Arquivo Público foi praticamente desconhecida na Europa, pois, em certo sentido, todos os arquivos eram privados, incluindo mesmo o do rei. Só em fins deste século começa a fazer caminho a idéia de que determinados documentos não podem considerar-se propriedade particular de quem temporariamente, e em virtude de suas funções, os detém em seu poder, pois que, na realidade, eles pertencem única e exclusivamente ao Estado.¹²⁵

¹²⁵ VERBO: enciclopédia luso-brasileira de cultura. *op cit.*, 1963-1995, p.1276.

É possível afirmar, todavia, que na base da constituição dos arquivos estão presentes interesses motivados por razões de ordem política e administrativa, sendo relegadas a um segundo plano as funções sociais das fontes para a pesquisa.

Tomando o exemplo da história do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, observa-se mais claramente ainda essa afirmação, uma vez que “[...] anteriormente à segunda metade do século XIV, o arquivo real acompanhou sempre a Corte nas suas deslocações pelo país, que eram constantes, por imperativo das particulares circunstâncias políticas e administrativas desse tempo. Só entre 1352 e 1378, ele se torna estável, tendo sido escolhida para sua sede a torre principal ou de menagem do Castelo de Lisboa [...]”¹²⁶

Essas considerações e reflexões ganham sentido e fazem-se pertinentes, considerando que constituem *vieses* do fazer historiográfico, uma vez que é inerente ao processo de memória os *esquecimentos* e as *lembranças*, bem como o próprio caráter seletivo da memória.

O Arquivo também pode, e muitas vezes deveria, ser considerado como espaço de representação social. O papel de representação social das fontes documentais, custodiadas nos Arquivos, pode ser compreendido, *a priori*, em dois momentos: 1) na produção dos documentos; 2) e na seleção e preservação dos conjuntos documentais. Na produção das fontes documentais encontra-se a função administrativa de cumprir um determinado fim e tem a intenção do autor de registro das ações institucionais. Já a seleção é realizada com o fim de preservar aquilo que diz respeito à história da instituição, e eliminar aquilo que é considerado redundante ou sem valor histórico.

Na esfera das instituições públicas, esses dois momentos se revestem de elementos que se pode chamar de sócio-políticos, para os quais Jodelet chama a atenção, que “[...] estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o

¹²⁶ *Idem.* p.1278.

estado da realidade.”¹²⁷ Assim, é importante que se considere as fontes documentais como representação da realidade e não como “verdades reais”.

Tanto a produção quanto a eliminação e/ou preservação de documentos que podem servir de testemunho à pesquisa, são práticas orientadas por um conjunto de referências sociais, tanto institucionais como do grupo social que as realizam. A esse respeito Mello¹²⁸ afirma que as fontes¹²⁹ são lugares de fala com representação própria.

Os elementos dessa representação que a sociedade faz de si mesma por meio do Arquivo, podem ser observados na linguagem empregada para registrar as suas ações e/ou decisões, pelos eventos que se considerou importante registrar e ainda, pelas escolhas que se faz de quais conjuntos documentais serão levados para o futuro, servindo de testemunho de uma realidade passada.

Para Jodelet, “[...] as representações expressam aquilo (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para o grupo.”¹³⁰

Segundo a autora, “[...] a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas nas condutas e em organizações materiais e espaciais.”¹³¹

Considerando que os documentos são registrados por meio de uma linguagem, seja ela oficial, ou não, Santos chama a atenção para uma “margem inevitável de falibilidade e

¹²⁷ JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. *IN*: As representações sociais. Jodelet, D. (org). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.21.

¹²⁸ MELLO, Maria Thereza Negrão. “Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros.” In: CABRERA, Olga et alli (orgs.). Cenários Caribenhos. Brasília: Paralelo 15, 2003.

¹²⁹ Nesse caso a autora está se referindo a uma pesquisa realizada em jornais, o que também se compreende aplicar às fontes oficiais.

¹³⁰ JODELET, Denise. *op cit.*, 2001. p. 21.

¹³¹ *Idem.* p. 17.

dúvida inerente não apenas à palavra, mas que está na base da constituição de toda linguagem. Tal margem se amplia [...] quando à palavra se atribui a tarefa de registrar a experiência do que já se passou, de conservar aquilo a que não se tem mais acesso diretamente [...]"¹³²

É importante considerar também a função social relevante que os profissionais que atuam nos arquivos públicos representam para a sociedade, uma vez que respondem pela organização, avaliação, guarda e acesso dos registros documentais resultantes das atividades da instituição. As representações sociais, como fenômenos cognitivos

[...] envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas.[...] Desse ponto de vista, as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade.¹³³

Considerando essa diferença entre a realidade e a representação, fundamental no trabalho com fontes documentais, é interessante observar quando Certeau afirma que o discurso historiográfico

[...] depende do “príncipe de fato” e produz o “príncipe possível” [...] e nunca o “príncipe possível”, construído pelo discurso, será o “príncipe de fato”. Nunca será ultrapassado o fosso que separa a realidade do discurso. [...] os Arquivos compõem o mundo deste jogo técnico, um mundo onde se reencontra a complexidade, porém, triada e miniaturizada e, portanto, formalizável.¹³⁴

É nesse contexto teórico que lançamos nossos olhares sobre as fontes que nos informavam sobre o quadro de recursos humanos que constituíam o Arquivo do Senado, no período em estudo.

¹³² SANTOS, Luís Alberto Brandão. *op.cit.*, 2000. p.46.

¹³³ JODELET, Denise. *op cit.*, 2001. p.22.

¹³⁴ CERTEAU, Michel de. *op. cit.*, 2006. p.20.

Encontramos a terminologia arquivista para denominar alguns dos funcionários que trabalhavam na Diretoria do arquivo, porém nada encontramos a respeito da formação intelectual dessas pessoas.

Pelo regulamento vigente, o arquivista era responsável por organizar um registro especial, especificando a qualidade das publicações confiadas à guarda do Arquivo do Senado. A respeito dessa determinação do regulamento, nas fontes pesquisadas, nada foi encontrado que comprove ou que faça referência a essa atividade.

Também era de competência do arquivista:

- Dirigir e distribuir os serviços do Arquivo;
- Organizar o catálogo geral da seção de manuscritos e o de impressos, trazendo-os em dia, a fim de facilitar a busca de qualquer documento;
- Organizar anualmente o catálogo dos documentos arquivados no ano anterior; facultar aos Senadores e aos funcionários da Secretaria a consulta de qualquer documento;
- Fazer assinar carga de qualquer documento retirado do Arquivo e impedir a entrada no mesmo de pessoa estranha ao Senado;
- Passar, ou fazer passar, as certidões de documentos sob a guarda e as cópias que lhe forem devidamente solicitadas;
- Mandar organizar as coleções de publicações que tinham de ser distribuídas;
- Mandar organizar anualmente uma relação dos documentos mais importantes recolhidos ao Arquivo e apresentá-los ao Diretor;

- Ter sob sua guarda o inventário dos móveis e utensílios existentes no Arquivo;
- Requisitar do encarregado do depósito, em pedido assinado e mediante recibo, o material necessário aos serviços sob sua direção;
- Ter sob sua guarda as chaves do Arquivo e o material destinado ao seu expediente;
- Cumprir qualquer ordem de serviço que receber do Diretor.

Enquanto que ao auxiliar do Arquivo era incumbida a tarefa de carimbar com o sinete do Arquivo todos os papéis e documentos a ele recolhidos definitivamente; desempenhar, por meio dos contínuos e serventes, os trabalhos de arrumação e conservação do Arquivo; zelar pela conservação dos objetos pertencentes ao Arquivo; executar qualquer outro serviço que lhe fosse distribuído pelo arquivista.

Em abril de 1947, por meio da Resolução nº 6, Dario Cardoso, Presidente em exercício, restabelece o cargo de Zelador do Arquivo do Senado Federal. O uso dessa terminologia nos chama a atenção, uma vez que é empregada para designar um funcionário do Arquivo como zelador. O uso dessa denominação é relevante para a compreensão da concepção e do que representavam os conjuntos documentais para a instituição.

A figura do zelador deve ser vista, no contexto do período estudado, como aquele que zelava, no sentido de cuidar da conservação e preservação do patrimônio documental.

De acordo com o Regimento vigente no período, a função de zelador do Arquivo era um cargo de carreira dentro da instituição, e entre as suas competências, estavam:

- zelar pela conservação dos documentos, publicações e objetos recolhidos à Diretoria do Arquivo ou a esta pertencentes;

- estudar e por em prática medidas que se relacionem com a imunização do material referido anterior, tendo em vista, igualmente, as condições de higiene de trabalho do pessoal lotado na Diretoria do Arquivo;
- submeter ao Diretor do Arquivo, por escrito, o resultado dos estudos e das medidas constantes da competência anterior;
- verificar o estado dos documentos, antes do respectivo arquivamento, providenciando a restauração dos mesmos quando se fizer necessário;
- representar, por escrito, ao Diretor do Arquivo sobre quaisquer ocorrências das quais resultaram estragos ou que submetam a risco o material recolhido.

Foram encontrados registros somente de um ocupante dessa função, que foi Jacy de Souza Lima, que mesmo não tendo sido encontrada referência documental da data em que o mesmo foi designado para ocupar o referido cargo, nos baseamos em um documento de 1953, em que o zelador retornava do período de gozo de suas férias.

Analizamos as correspondências que Jacy elaborava, com o objetivo de inteirar a direção do arquivo a respeito dos problemas encontrados no local. Ali identificamos, de sua parte, uma significativa preocupação com a situação encontrada naquele órgão, bem como demonstração de interesse e conhecimentos sobre a conservação dos documentos depositados no Arquivo.

Consideramos relevante recortar parte do conteúdo dessas correspondências no âmbito do nosso trabalho, dada a sua peculiaridade, a fim de que estas nos auxiliem a compreender as atividades e práticas desempenhadas pelo zelador do Arquivo, bem como perceber os problemas relatados, a respeito do órgão.

Ele relatava em uma correspondência encaminhada ao Presidente e demais componentes da Comissão de Estudos dos Serviços do Senado que, em visita à Biblioteca Nacional, pudera se inteirar dos mais “modernos” procedimentos e técnicas de preservação

dos documentos, e logo propunha que tais técnicas fossem aplicadas aos documentos do Arquivo do Senado:

O objetivo deste a posteriori é o registro do processo usado na Biblioteca Nacional para tratamento de manuscritos. Neste, como no de bibliátrica, o método ali adotado se avantajava à maioria das fórmulas em uso. E, daí, a necessidade de se lhe dar atenção e estudos para obter a noção concreta sobre conservação e imunização de documentos.

Segundo observou esta zeladoria na Biblioteca Nacional, todo o trabalho executado, entretanto, convém registrar o que vimos à Comissão de Estudos dos Serviços do Senado, uma idéia mais clara de como orientar o seu estudo para obter a noção concreta sobre a conservação e a imunização dos documentos recolhidos à Diretoria do Arquivo.

Por conseguinte, consoante verificamos, em ver do serviço do competente restaurador da Biblioteca Nacional, Sr. Adalberto Barreto, o ponto mais sério a ponderar e no qual não pode haver dúvida, é quanto ao teor em tinta e papel. A análise sobre estas matérias deve ser feita sobre métodos adequados.

Além disso, de um modo geral todo papel é atacado de acidez provocada pela tinta e ação dos ingredientes secativos, empregados para sua imunização, bem assim se estraga sob a influência das variações atmosféricas, que podem prejudicá-los e, além disso, alterar a tinta e a celulose do papel, como o decrescimento da densidade do ar, da sua temperatura e umidade, como também pela constante evaporação do mar e toda espécie de impurezas que se encontram em suspensão.

Destarte, para o tratamento do papel que é atacado por três males, a saber: acidez, gases atmosféricos e pelos ingredientes usados na sua desinfecção, o processo [...] é o seguinte.

Por exemplo: o escurecimento ou amarelecimento é proveniente da absorção de substâncias na base de hidrocarbonetos de petróleo, cujos elementos provocam maior reação de acidez, pois secam o papel e com o desprendimento de seus gases em estado molecular, enfraquecem o papel.

Neste caso, dois ou quatro banhos no Carbonato de Cálcio, em seguida o clareamento pelo Hipocloreto de Cálcio (pó), dose máxima 15% em 15 litros.

Destarte, para o tratamento do papel atacado pela ação do ar marítimo Hipocloreto de Cal (cal virgem queimado). Dosagem de 15% em 15 litros d'água.

Por outro lado, o papel atacado pelos hidrocarbonetos de petróleo, evaporação de automóveis, inseticidas, etc., o tratamento é o seguinte:

Petracloro de Carbono. (líquido) dosagem 15% em 15 litros d'água.

Nota: Nestes dois casos, os documentos deverão ser banhados sob a proteção de telas de arame e, em seguida, após 15 minutos de banho, devem ser removidos para as ensecadeiras.

Usa-se ainda o mesmo processo para retirar a acidez do papel, porém, a droga indicada é o Carbonato de Cálcio com a dosagem capaz de fazer a água ficar leitosa.

A seguir, procede-se a restauração do documento pela percolação do papel de acetato, papel de seda japonês, etc., em máquina própria, a pressão de 800 kilos e aquecimento de 21C°.

Quanto ao bicho é atacado na Câmara de gás, feita de alvenaria ou outro material.

Com relação ao mofô, como não é possível retirar a mancha porque ela penetra na fibra do papel, o penicilíneo que é o mofô é morto na Câmara de Gás sob a ação do pimol gasificado a calor (cristalizado).

A Câmara de gaz ou imunizadora da Biblioteca Nacional é própria para livros, manuscritos e pode ser contra mofô e imunização completa.

O reavivamento da tinta é feito pelo ultra violeta.

De um modo geral, aí estão algumas iniciativas insignificantes para o tratamento de manuscritos, livros, etc., carcomidos e enegrecidos pelo ou pela ação de agentes químicos, tornando-os mais belos e vistosos do que foram quando novos.

Por conseguinte, o bem estar administrativo daí consequente dita para o Senado o método em apreço, como uma medida de segurança e higiene imprescindível para conservação de seu acervo de documentos.

*Zeladoria do Arquivo, 21 de setembro de 1953.*¹³⁵

¹³⁵ Correspondência do zelador do Arquivo, Jacy de Souza Lima ao Presidente e demais componentes da Comissão de Estudos dos Serviços do Senado, na data de 21.09.1953. (Documento manuscrito)

Por meio de pareceres técnicos (correspondências) encaminhados ao Diretor do Arquivo, o zelador Jacy dá os seus pareceres sobre a situação física crítica, encontrada naquele órgão. Esse servidor demonstra um conhecimento especializado a respeito da conservação de documentos, tanto arquivístico como bibliográfico.

Em correspondência ao Diretor do Arquivo, o zelador alerta para os riscos de segurança e conservação dos documentos do órgão, solicitando que, *dentre as obras aprovadas pela douta Comissão Diretora para as dependências desta Diretoria, como complemento das que se realizam para tornar mais ampla a ação administrativa do Senado, sugerimos a retificação do sistema de esgotos e, como conseqüência, a retirada da Caixa de Esgôto existente sob os Arquivos desta Diretoria, uma vez que a adoção das medidas aqui sugeridas, deverá ter grande alcance no sentido de remover o perigo de alagamento por água contaminada, das Atas e Latas arquivos com riscos para os documentos da Nação. [...] uma providência no sentido da localização em outro local da referida Caixa seria uma medida de resultados salutareos evidentes.*¹³⁶

O referido servidor continua suas exposições a respeito da situação do edificio que abriga o Arquivo, comunicando *que a coluna de madeira que serve de revestimento para um dos “barrotins” de segurança deste edificio (lado da Cinelândia), na parte que fica embaixo do piso do primeiro andar, e que serve ainda de base de apoio para a improvisada parede que forma a antiga “Caixa Forte”, construída há mais de 30 anos com o objetivo de resguardar as Atas Eleitorais de então, está atacada pelo Cupim, inseto esse que, no correr do tempo, pode submeter a risco o material recolhido à Diretoria do Arquivo ou a esta pertencentes, principalmente os documentos da Nação sob a sua guarda.*

Para resolver esse problema, propõe que seja *retirada a aludida coluna e bem assim da parede a fim de conjurar a ameaça à segurança dos bens do Senado Federal [...] bem*

¹³⁶ Correspondência do zelador do Arquivo do Senado Federal, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo, datada de 05.07.1954. Ver Anexo 02.

*como à saúde dos funcionários, aeragem dos documentos e a própria segurança do edifício sede do Senado Federal, atualmente em reparos dos seus andares superiores.*¹³⁷

O zelador recomenda que *para sanar os males decorrentes de um arquivamento inadequado para os volumes encadernados cujos originais manuscritos se referem as Atas do Senado do Império e da República; “Falas do Trono”, Projetos e Resoluções e Pareceres desde 1826; Mensagens Presidenciais autografadas, Diplomas, etc. [...] e solicita que sejam adquiridos, com urgência, armários de aço fechados, na medida adequada, a fim de assegurar aos aludidos volumes a conservação e arquivamento que satisfaça ao Senado quanto à eficiência, desinfecção, conservação, segurança, duração e economia.*

Acrescenta ainda que *seja desnecessário acentuar que o ar nesta dependência administrativa do Senado por falta de ventilação adequada está saturado de impurezas e, por conseguinte, está prejudicando a aeragem do mencionado acervo [...], bem como salienta que a situação irregular do documentário em apreço em estantes abertas deve abolida pelo uso de armários, hermeticamente fechados, com adaptação própria e na medida conveniente, principalmente para melhor conservação dos documentos contra as variações atmosféricas e os germens de mofa em suspensão como manda a técnica arquivística moderna.*¹³⁸

Em outras correspondências enviadas por esse servidor do Senado, identificamos, além da preocupação com a conservação dos conjuntos documentais, o cuidado com os quadros dos ex-presidente e vice-presidente do Senado do Império e da República, que se encontravam na Diretoria de Arquivo, solicitando que os mesmos fossem emoldurados.

Além disso, em correspondência de 19 de outubro de 1954, solicitou a compra de *500 gramas de hexacloreto de benzeno B.H.C. a 6% de isômero gama (B.H.C. 6%), a fim de ser aplicado nos locais mais visados pelos insetos, como sejam recantos das prateleiras,*

¹³⁷ Correspondência do zelador do Arquivo do Senado Federal, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo, datada de 12.07.1954. Ver Anexo 03.

¹³⁸ Correspondência do zelador do Arquivo do Senado Federal, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo, datada de 22.07.1954. Ver Anexo 04.

*fendas, etc. Trata-se de inseticida indicado para exterminar radicalmente todos os insetos, pulgas, baratas, etc., além de ser inteiramente inofensivo aos senhores funcionários.*¹³⁹

A respeito do servidor Jacy, consta que em 1954 ele foi designado para integrar o quadro de pessoal da Secretaria das Publicações, com cargo denominado Redator. A respeito da remoção desse servidor do quadro de pessoal do Arquivo temos uma hipótese de que o mesmo começou a desagradar a própria Direção do Arquivo dada a frequência de seus pareceres, apontando os graves problemas pelos quais passava aquele órgão. Somente referente ao mês de julho de 1954, encontramos três correspondências encaminhadas ao Diretor do Arquivo. Além disso, encontramos outras correspondências onde o zelador Jacy explica-se detalhadamente a respeito de atrasos e faltas no trabalho, o que pode indicar que a relação do mesmo com a Direção do órgão não era amistosa, uma vez que não encontramos justificativa de ausência no trabalho de nenhum outro funcionário do Arquivo.

Após o afastamento de Jacy o cargo de zelador do Arquivo ficou suprimido, sendo que as suas funções passaram a ser desempenhadas pelos oficiais arquivologistas.

De acordo com a Resolução nº 5, de 31.05.1957, o servidor Jacy de Souza Lima foi aposentado, como zelador do Arquivo, incorporando-se aos proventos da inatividade a gratificação adicional correspondente.

Outro fato interessante sobre a carreira de arquivista, localizado com nossa pesquisa, foi um Processo da Diretoria da Contabilidade, sob nº SF 120/1954, onde o Superior Tribunal Militar solicita ao Senado informações a respeito dos cargos de Arquivista e Bibliotecário.

Segundo despacho do Ministro Mário Augusto Cardoso de Castro, o Diretor Geral daquela instituição, consulta o SF sobre a “identidade ou equivalência” desses cargos, bem como a organização dos mesmos, vencimentos e demais informações, consideradas válidas para o esclarecimento do assunto.

¹³⁹ Correspondência do zelador do Arquivo do Senado Federal, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo, datada de 19.10.1954.

O Diretor Geral do Senado, Luiz Nabuco, responde à solicitação do Tribunal, informando que os cargos de Arquivista e Bibliotecário foram reclassificados, pela Resolução 15, de 27.05.1954, no padrão “O”, com os vencimentos mensais de Cr\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos cruzeiros).

Os documentos administrativos estão organizados em ordem cronológica, e nos documentos do ano de 1954 curiosamente encontramos recortes de jornais, os quais não indicam a fonte específica, nem a data, porém o assunto nos chamou a atenção, por tratar-se da oferta de um estágio para arquivistas em Paris, no período de 3 de novembro de 1954 a 15 de março de 1955.

Segundo o recorte, o estágio técnico internacional de arquivos destinava-se a levar aos melhores arquivistas de diversos países um complemento de informações, constando do programa assuntos como doutrina, técnica e métodos, história dos arquivos, conteúdo histórico dos arquivos, organização dos arquivos franceses e do exterior, e organização administrativa e econômica da França. Além disso, indicava o endereço em Paris, onde os interessados poderiam dirigir-se.

Uma informação importante a respeito desse anúncio, é que nesse período em que é indicado o estágio, no Brasil não havia nenhum curso de graduação em Arquivologia. O exemplo mais recorrente, eram pessoas que, pela experiência e prática nos arquivos, eram consideradas arquivistas, uma vez que as possibilidades de formação eram somente no exterior. Porém o anúncio não indica a obrigatoriedade das pessoas interessadas serem graduadas.

Apesar de termos encontrado esse recorte de jornal entre os documentos administrativos do Arquivo do Senado, não identificamos nenhum vestígio de que algum servidor da instituição tenha realizado o referido estágio.¹⁴⁰

¹⁴⁰ Ver Anexo 5.

Outro recorte de jornal, localizado na mesma pasta do primeiro, tinha a seguinte manchete: *Progride o Brasil no caminho Bibliotecário – o prestígio dos técnicos brasileiros nas instituições internacionais. A ONU possui 250 mil livros em sua biblioteca. Fala a A NOITE o diretor desse departamento da Organização das Nações Unidas.*

Essa é uma entrevista com o brasileiro Rubens Borba de Moraes, que na ocasião era Diretor da Biblioteca da ONU em Nova Iorque, para o jornal carioca A NOITE.

Chamou-nos atenção, nesses documentos, analisar que havia o interesse em manter-se atualizado sobre o assunto a que se refere o seu “fazer” profissional diário, por parte de quem trabalhava no ASF. Esses recortes demonstram que eram pessoas que estavam, de alguma forma, atentas ao que estava acontecendo nas suas áreas profissionais.

Entre esses recortes de jornais, localizados na pasta de documentos de 1954, também encontramos anúncios sobre produtos e serviços de combate a insetos. Assim como a preocupação do zelador em exterminar os insetos presentes no arquivo, isso ratifica mais uma vez a informação de que a situação das instalações do arquivo era precária, e que havia presença de insetos.¹⁴¹

Conforme já nos referimos anteriormente, em outro capítulo, por ocasião da transferência da Capital da República do Rio de Janeiro para Brasília, alguns funcionários do Senado não foram transferidos. Como foi o caso da Oficial Arquivologista Helena Collin Waddington, que em 1950 havia sido nomeada para exercer o cargo de Arquivista, padrão K.

Assim, pesquisamos no quadro de classificação das funções, onde figuram alguns cargos administrativos do Senado, nesse ano já referido, e verificamos que o padrão K, no qual estava classificada a Arquivista, era o mesmo padrão de Auxiliar de Taquígrafo, Eletricista-Chefe e Auxiliar de Portaria. Já o Chefe de Arquivo era classificado em um padrão superior, que era o N, e ainda superior a esses dois, estava o cargo de Zelador de

¹⁴¹ Ver Anexo 6.

Arquivo, que tinha padrão M, o mesmo que tinham os cargos de Taquígrafo, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, Zelador de Patrimônio e Porteiro.

A Resolução nº 3, de 1961, colocava em disponibilidade os funcionários do Senado Federal que, por decisão da Comissão Diretora, com fundamento na Resolução nº 10, de 1960, haviam sido julgados impedidos de se transferirem do Rio de Janeiro para Brasília.

Ressaltava ainda que os cargos ocupados pelos funcionários não transferidos, foram declarados extintos.

Aos funcionários postos em disponibilidade ficava assegurado o direito de receber as vantagens pecuniárias às quais tinham direito, bem como a aposentadoria.

Havia ainda a observação de que quando houvesse vaga, o funcionário ora posto em disponibilidade, poderia obter o seu aproveitamento no serviço do Senado Federal, desde que comprovasse haverem cessados os motivos que determinaram o seu impedimento para servir em Brasília.

Para que pudéssemos ter a dimensão do número de funcionários que trabalhavam na Diretoria do Arquivo, nos baseamos em uma folha de frequência referente ao mês de março de 1962, na qual constam a sequência de 21 assinaturas. Porém nessa folha de ponto não consta os cargos ocupados por cada um dos funcionários.

Um outro documento, datado de 23.06.1964, ano que encerra o período da nossa pesquisa, a Diretora do Arquivo elaborou uma correspondência destinada ao 1º Secretário do Senado, Senador Dinarte Mariz, onde informava os problemas no quadro de pessoal, pelos quais passava aquela Diretoria.

[...] Neste momento, desejo trazer minha colaboração, apelando no sentido de que seja colocado, acima de interesses de alguns servidores, a organização administrativa desta Casa do Congresso, que vem sofrendo, de longa data, as consequências desastrosas da descontinuidade nos trabalhos inadiáveis.

Não é possível, repito, fazer-se abstenção do fator humano para se cumprir um programa de ação. Sabe vossa Excelência que pouco ou quase nada se fará, sem uma racional e eficiente equipe de servidores – razão do sucesso ou insucesso de qualquer empreendimento público ou privado.

Com lotação inicial de 26 servidores, dos quais 6 subalternos, já agora conta o Arquivo com apenas 13 funcionários, sem que tenha havido a indispensável substituição dos designados para servir nos diversos gabinetes, sendo que 3 deles ocupam cargo técnico de Arquivo.

Ressalte-se, também, que alguns funcionários com exercício na Diretoria do Arquivo não oferecem índice razoável de produção, não se lhes podendo entregar trabalho contínuo ou de responsabilidade, por apresentarem deficiências somato-psíquicas.

Diante do exposto, a fim de que possa esta Diretoria cumprir as disposições do Regulamento, solicito a Vossa Excelência sejam criados mais 5 cargos de Arquivista, com exercício permanente.¹⁴²

Com essa exposição da Diretora do Arquivo concluímos que o problema com a constituição do quadro de recursos humanos figurava como um dos principais problemas do Arquivo do Senado. Como uma Casa política, onde as mudanças na composição das bancadas e dos próprios agentes políticos seguiam uma periodicidade, o Arquivo reflete muito bem essa situação, onde torna-se comum a movimentação de pessoal, e as interrupções nas atividades administrativas devido a essas constantes mudanças de interesses e atenções.

Outra questão que acompanha lado a lado as dificuldades de se compor um quadro de pessoal eficiente para desenvolver as atividades no Arquivo, é a problemática do espaço físico. Com base na pesquisa documental, é certo afirmar que as condições físicas do Arquivo do Senado, assim como a conservação dos documentos ali depositados, consistiam na principal preocupação dos que trabalhavam neste local, e isso pode ser percebido em vários momentos pelas solicitações que eram feitas à Comissão Diretora.

¹⁴² Correspondência da Diretora do Arquivo, Aurea de Barros Rêgo, para o Primeiro Secretário do Senado Federal, em 23.06.1964. Ver Anexo 7.

Dessa forma encontramos vários documentos fazendo menção sobre a necessidade de melhorias no arquivo:

Em 1950, o senhor Paulo W. Delpech elaborou uma proposta para restauração, conservação e desinfecção de livros da Biblioteca e documentos do Arquivo. Em Ata da Comissão Diretora de 24 de março daquele ano, o Diretor da Contabilidade realiza uma exposição, que foi aceita, a respeito do material a ser adquirido para a realização do referido trabalho.

Em outra ata, datada de 02 de agosto de 1950, encontramos o registro da decisão da Comissão, a respeito da contratação do Senhor Paulo W. Delpech como “conservador” da Biblioteca e do Arquivo, durante o período de um ano, a título de experiência.¹⁴³

Ainda a esse respeito, em outra ata da Comissão Diretora, de 04 de dezembro de 1950, de acordo com parecer do Senador Alfredo Neves, foi autorizada, além da aquisição dos materiais solicitados pelo funcionário contratado, a designação de um “contínuo ou servente que demonstre aptidão para aprender o serviço, a fim de auxiliar o Conservador”.

Nesta mesma reunião, o Presidente da Comissão, Senador João Villasbôas, “distribuiu ao Senador Alfredo Neves a representação da Diretoria do Arquivo sobre o destino a ser dado as obras de publicações e o processo contendo sugestões do Diretor de Serviço interino, Lauro Portela, relativo a modificações de serviços”.¹⁴⁴

Sobre a aquisição dos materiais para a realização do trabalho de conservação, em uma listagem de transferência de documentos para o Arquivo, de 1953, foram encaminhados documentos relativos à solicitação para aquisição do material utilizado na conservação de livros e documentos existentes na Biblioteca e no Arquivo. Porém, como estes documentos transferidos não se encontram mais no Arquivo, não foi possível analisar a lista de materiais solicitados para serem utilizados no trabalho proposto.

¹⁴³ Ata da Comissão Diretora, realizada em 02.08.1950.

¹⁴⁴ Ata da Comissão Diretora, realizada em 04.12.1950.

A situação física do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, era pouco satisfatória às necessidades do Senado brasileiro, e a construção de um novo edifício para abrigá-lo se fazia necessária.

Muitos esforços foram empreendidos nesse sentido. Vamos relatar aqui as informações que encontramos, relativas aos primeiros anos da década de 50, quando criou-se no Senado uma Comissão Especial para solucionar o problema criado pelas condições precárias do Palácio Monroe.

Entre as ações dessa Comissão, muito nos chamou a atenção os Relatórios de Viagens que realizaram um grupo de Senadores, entre eles o Senador Alexandre Marcondes Machado Filho (PTB), João Vilasboas e Vitorino Freire acompanhados do Secretário da Presidência do Senado, Isaac Brown, a vários parlamentos Europeus, em 1952, com a finalidade de *estudar-lhes as instalações e serviços, na colheita de elementos que pudessem auxiliar a Comissão Especial, que sob a presidência do ilustre Senador Vespasiano Martins, está encarregada de propor solução ao problema criado pelas precárias condições atuais do Palácio Monroe.*

Resultou dessa viagem uma exposição condensada em vários volumes, somando mais de trezentas páginas, onde constam relatos minuciosos dos locais visitados, bem como fotografias, organogramas, quadros de especificação, bem como diversas publicações.

[...] A visita se estendeu a seis países: França, Inglaterra, Portugal, Espanha, Itália e Bélgica. As observações abrangeram não apenas os edifícios em que funcionam os Parlamentos, e suas instalações, como também a organização e mecanismo de seus serviços, não só legislativos e regimentais, propriamente ditos, mas ainda de administração.

Em todos aqueles países foi patente o propósito de dotar o Poder legislativo de instalação capaz de oferecer todos os requisitos de dignidade e conforto para o cabal desempenho de suas funções, situando-o, assim, no elevado plano a que faz jus pela relevância do seu papel dentro do sistema representativo.

Os órgãos legislativos – como acontece em larga escala na Europa – encontram-se instalados em palácios tradicionais escolhidos dentre os mais belos e mais ricos, não raro em antigos castelos reais. Somente a Espanha possui prédio construído especialmente para o Parlamento. E como nosso principal problema é o da construção do edifício do Senado Brasileiro, peço vênia, apesar da monotonia da matéria, para referir-me a cada um deles.

[...] A esse esplendor material, os próprios órgãos da soberania do povo procuram acrescentar, no seu funcionamento, requintes de solenidade que completam e ainda mais realçam, aos olhos do observador, a majestade do seu aspecto. No Parlamento Britânico, é um rigoroso cerimonial que regula os menores atos, desde a abertura das sessões, precedida da tradicional procissão que anuncia a entrada do “Speaker” no plenário, e a qual se segue um momento inicial com velhas orações – sendo que uma delas deve ser pronunciada estando de costas os comuns – até a tradicional e pitoresca consulta dos guardas, em altas vozes, perguntando pelos corredores, ao fim dos trabalhos de cada dia – “Quem vai para casa”. Na França, com quase um século de brilhante democracia, é ainda o velho ritual que rege o ingresso do Presidente na sala das sessões do Parlamento, acompanhado de sua guarda de honra, composta de soldados em grande uniforme, e ao rufo marcial dos tambores. São reminiscências do passado, mas refletem, na sua singularidade e persistência e no respeito com que são assistidas, um apoio popular que ajuda a mantê-las intactas através do tempo.

É claro que estes flagrantes, eminentemente peculiares, não encontram ressonância nas nossas tradições e nos nossos costumes, tanto mais liberais quanto menos pragmáticos.

Mas no traço comum a todos eles, que vem a ser a intenção de tornar mais solene e mais eminente o lugar onde se fazem as leis – neste ponto sim, reside o contato que precioso manter entre eles e nós. Não me refiro apenas à pompa das instalações ou ao fulgor das iluminar mas a atmosfera de disciplina, de acatamento e condescendência que o ambiente dos Parlamentos deve proporcionar aos cidadãos. [...]

Sei que não há novidade nestas minhas considerações, mas eu as faço, para dizer o meu pensamento de que certas economias não serão aconselháveis nas novas instalações do Senado Brasileiro, se tivermos em vista que o aprimoramento das suas possibilidades materiais de trabalho facilitarão o melhor desempenho dos mandatos e que seu crescente

prestígio poderá servir melhor à Nação e consolidar cada vez mais a segurança das instituições democráticas.

Merecem menção especial os parlamentários existentes no Senado belga. Os departamentos administrativos funcionam em dependências especiais isoladas de qualquer contato com o setor legislativo – a não ser que a isso sejam obrigados por necessidade do serviço. O pessoal técnico e administrativo é nomeado mediante seleção em concurso de provas e títulos. Para as carreiras inferiores é exigido o curso primário; para as funções de grau médio, o secundário; para os cargos que permitem acesso aos postos de direção, o diploma universitário. [...]

[...] É bem claro que não seria possível no Brasil a ostentação de tais riquezas acumuladas nos séculos, mas é preciso reconhecer que a grandiosidade do recinto, mesmo moderno, há de ser parte indispensável na construção de um edifício para o Senado.

[...] Setor dos mais importantes nos Parlamentos europeus, no que se prende a serviços auxiliares – são as Bibliotecas. Não resumem as suas atividades ao simples colecionamento de livros; estendem-se igualmente ao setor da informação legislativa, mediante, inclusive a distribuição de resumos de artigos publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiras, sobre assuntos que possam interessar de perto aos parlamentares; encarregam-se também de pesquisas bibliográficas, estudos legislativos, confecção de monografias sobre temas de interesse nacional, no que vêm prestando valioso subsídio para os trabalhos das Comissões Técnicas e mesmo para as discussões dos diversos projetos em plenário. As Bibliotecas dos Parlamentos europeus são em geral riquíssimas, abrangendo uma larga pauta de setores culturais e técnicos, afora o legislativo. A Biblioteca da Assembléia francesa conta com mais de 450 mil volumes; a do Senado, 400mil; a Bélgica, mais de 250 mil; a de Portugal, cerca de 70 mil – todos instalados em um só recinto, em alguns casos, de grade beleza. Na Itália, a do senado é de fato impressionante pela sua admirável organização, classificação e fichários do resumo, estando porém, os seus 400 mil volumes distribuídos em vários pavimentos.

Em tôdas elas foi penoso notar a pobreza de obras sobre o Brasil, deficiência esta que nos cumpre suprir na medida do possível.

[...] Em Portugal, na França e na Bélgica organiza-se no Arquivo, um dossier para cada parlamentar, a êle sendo progressivamente incorporados todos os elementos

recebidos sobre a sua pessoa e a sua vida pública, inclusive dados pedidos às respectivas regiões.

Museus históricos existem na maioria das Casas que visitamos, promovendo exposições freqüentes de documentos históricos, móveis, peças de arte, fragmentos de vestuário pertencente a personalidades eminentes.

Portando o Senador conclui, dizendo que no Brasil deveria-se construir um edificio que pudesse conter o que de melhor se encontrou nos vários parlamentos visitados, além do que nós mesmos possuímos de mais adiantado. Seria um modelo conveniente para constar dos editais de concorrência, caso o senado, em sua alta sabedoria, resolva a construção do novo prédio, de acordo com o pensamento externado pela maioria dos senhores Senadores, no inquérito anteriormente promovido.¹⁴⁵

No relatório detalhado elaborado pela Comissão que visitou os parlamentos europeus, a respeito das observações que eles haviam feito sobre o Arquivo daquelas instituições, além da informação citada no discurso do Senador Marcondes Filho, sobre o procedimento de elaboração dos dossiês da vida de cada parlamentar, consta que os Arquivos vistos não ofereciam novidade. O sistema de arquivamento era antigo, assim como as instalações físicas. Além disso, informam que na Itália, Portugal e Bélgica o respeito ao passado é manifestado em galerias de retratos ou de bustos dos antigos Presidentes.

É importante apontar para o destaque dado pelo Senador aos casos dos arquivos dos parlamentos de Portugal, França e Bélgica a respeito dos dossiês sobre a vida de cada Senador e no parlamento brasileiro, essa é hoje uma prática chamada de Dados Biográficos dos Senadores. É um banco de dados que concentra informações concernentes à vida pessoal, profissional e política de cada agente político, impressa a cada legislatura.

Encontramos, referente ao período que estudamos, o formulário de levantamento desses dados, que se encontra no anexo 8. Portanto essa atividade é mais uma evidência de que a prática legislativa do parlamento brasileiro é fortemente influenciada, pela europeia.

¹⁴⁵ Discurso do Senador Marcondes Filho. Diário do Congresso Nacional, 14.08.1952. p. 8140-8143.

Sobre o quadro de pessoal dos Arquivos, vem da Itália a informação de que os postos de Arquivista-Chefe, Primeiro Arquivista e Arquivista eram cargos de nível médio, ou seja, ocupados por pessoas sem o curso de graduação em Arquivologia.

A respeito das funções do Arquivo, são descritas as do Arquivo da Assembléia Francesa, assim descritas:

- Classificação e conservação dos documentos relativos aos trabalhos da Assembléia;
- Redação e impressão das tabelas analíticas dos debates (nominais e pelo assunto), por sessões (parciais) e por legislaturas (gerais);
- Organização e manutenção de fichários sobre a composição dos Ministérios;
- Expedição de certidões relativas a documentos arquivados;
- Comunicação aos parlamentares da documentação constituída pelas peças e *dossiers* arquivados.

Ainda a respeito da Assembléia Francesa, chamou-nos a atenção o Serviço de Documentação Estrangeira, o qual tem entre suas funções algumas que no Senado Brasileiro são desempenhadas pelo Arquivo, como por exemplo, a distribuição e permuta de publicações parlamentares com as Casas legislativas estrangeiras, assim como fornecer tais publicações aos órgãos públicos ou privados interessados em recebê-las.

Suas outras funções são:

- Manter articulação com os demais serviços da própria Assembléia Nacional e especialmente com o das Comissões, aos quais fornece documentação;

- Entreter relações com órgãos de documentação ou de informação de Parlamentos estrangeiros;
- Examinar as publicações recebidas do estrangeiro, mantém fichários dos assuntos nelas publicados; organiza *dossiers* de documentação ou de informação sobre assuntos de interesse para o estudo dos Deputados, das Comissões, dos grupos parlamentares e de entidades públicas do país;
- Estabelecer articulação entre os serviços da Assembléia Nacional e especialmente com o serviço das Comissões, ao qual pode ser chamada a fornecer elementos de documentação.

A partir da leitura desses relatórios, somos tomados por muitas reflexões, que consideramos oportuno registrá-las algumas, no âmbito do nosso trabalho.

Podemos afirmar que o modelo de processo legislativo implantado no Brasil tem fundamental inspiração nos parâmetros europeus. Inclusive o próprio modelo de documento (processado) que chamamos de Projeto de Lei, por exemplo. Esse formato de dossiê é uma inspiração na cultura legislativa européia.

Como podemos observar no discurso do Senador, a inspiração era para ser praticamente absoluta nos modelos, tanto no sentido das instalações físicas, como no modo de funcionamento legislativo e administrativo.

Chamou-nos a atenção a descrição feita a respeito das Bibliotecas visitadas e dos Arquivos. É dado notável destaque às primeiras. E como poderemos melhor observar, no desdobramento prático dessas visitas, que foram os planejamentos que se seguiram para a então construção do novo edifício do Senado, ali estão descritas as necessidades para as instalações da Biblioteca e do Arquivo do SF.

A esse respeito, dentro dos estudos e projetos com a finalidade de planejar as novas instalações para o Senado Federal, encontramos um documento intitulado *Bases para o*

Anteprojeto do Novo Edifício para o Senado Federal, onde foram previstas as necessidades no sentido de instalações físicas para cada órgão da instituição. Para o Arquivo foram previstas as seguintes divisões:

- 1 (uma) sala de espera;
- 1 (uma) sala para o Diretor com gabinete sanitário;
- 3 (três) salas de trabalho para os funcionários;
- Salas para arquivamento:
 - ✓ de projetos;
 - ✓ de documentos da administração do Senado;
 - ✓ de avulsos;
 - ✓ de documentos de órgãos oficiais;
 - ✓ de anais;
 - ✓ de documentário sonoro de discursos (discos, etc.);
- instalações de vestiário para os servidores da Diretoria;
- instalações sanitárias duplas, *suficientes* para o Arquivo.

A lista das instalações consideradas necessárias para o Arquivo revela, para a nossa pesquisa, muito a respeito das concepções institucionais do que representava esse órgão para a Casa legislativa.

Como percebemos, existe uma noção ampliada do que seriam os suportes documentais, uma vez que, no planejamento das salas para os acervos documentais, é solicitada uma sala para o acondicionamento daquilo que foi denominado “documentário sonoro”, documentos registrados em suportes diferentes do papel.

Outra observação que vale ser registrada no âmbito da nossa pesquisa é a destinação de uma sala, também de acondicionamento de documentos, para a guarda dos documentos oriundos da administração da instituição, ou seja, reconhecia-se também o valor administrativo e não somente o valor histórico dos conjuntos documentais.

Reconhecemos, nesses dois aspectos, uma visão institucional um pouco mais alargada das informações e suportes que constituem o arquivo, uma vez que comumente encontramos instituições cuja compreensão do arquivo se restringe a um local de guarda e ou depósito de papéis velhos.

Porém, outro aspecto que consideramos relevante pontuar nesse documento de planejamento das instalações físicas para o Arquivo, é o fato de não ser prevista nenhuma sala de pesquisa. Isso nos conduz à conclusão de que o arquivo, no âmbito institucional, tinha uma função específica de local de guarda de documentos e periódicos produzidos pelo Senado, e uma preocupação reduzida com a função de local destinado ao acesso e pesquisa das informações que ali se encontravam guardadas.

É fato também que o Arquivo servia como repositório das publicações do Senado, pois podemos identificar a solicitação para a destinação de sala individuais para os Anais e para os avulsos.

Esse documento nos permite ainda fazer algumas comparações com a estrutura física planejada para a Biblioteca, em relação com a do Arquivo.

Era solicitado um espaço para a Biblioteca com capacidade 200.000 volumes, e as seguintes áreas:

- saguão de entrada;
- 1 (uma) sala para fichários;
- 3 (três) salas de leitura para os Senadores, cada uma com capacidade para acomodar 20 pessoas, bem como a instalação de cabines telefônicas nas respectivas salas;
- 1 (uma) sala de leitura para o público, também com capacidade de acomodar 20 (vinte) pessoas;
- 3 (três) salas para acondicionamento de revistas e periódicos;
- 1 (uma) sala para armazenamento dos livros;
- 15 (quinze) gabinetes para pesquisas individuais, com acomodação para um “consulente”, um datilógrafo, estante para livros em consulta e porta-chapéus;
- instalações sanitárias:
 - os Senadores;
 - para o público.

Sem dúvidas que o planejamento das instalações para a Biblioteca tinha uma preocupação explícita com o público, como podemos identificar com a requisição de espaços conjuntos e individuais para o pesquisador externo. Percebemos também a atenção especial dedicada aos próprios Senadores, que nos leva à conclusão de que era um hábito daqueles parlamentares frequentarem a Biblioteca.

Entendemos que essa é uma questão de concepção, pois o Arquivo, assim como a Biblioteca, também poderia estar a serviço do público externo, e dos Senadores. As razões culturais também nos auxiliam a compreender melhor esse uso que se fez, e ainda se faz, do Arquivo e da Biblioteca.

O acervo bibliográfico, por razões consolidadas, já tem o seu espaço social definido e presente. O mesmo não podemos afirmar sobre os documentos arquivísticos, que na grande parte das instituições do país ocuparam um lugar secundário.

Para nos auxiliar um pouco mais nessa questão, o historiador Rogério Rodrigues¹⁴⁶, que pesquisou sobre o Arquivo do Senado no período do Império, afirma que, no que diz respeito à criação do Arquivo Público do Império, esta instituição herdou uma “política de sigilo” vinda de Portugal. Portanto, não era função primordial dos arquivos abrir para o acesso à informação ao público.

Verificamos também que o espaço solicitado para acondicionamento de 200 mil volumes assemelha-se, no sentido do volume, com as Bibliotecas dos parlamentos europeus.

É sabido que o edifício planejado não foi construído, também pela iminência da transferência da Capital da República para Brasília e, por consequência, do próprio Senado Federal.

Analisando as listagens de transferência de documentos para o Arquivo, entre os documentos transferidos, relativos à compra de material, em 1953, é possível identificar as aquisições que eram destinadas à melhoria da situação do prédio, como arquivos e mesas de aço; máquinas de escrever; mesas; ventiladores. Encontramos inclusive documentos referentes à reparação de goteira no Arquivo, o que evidencia ainda mais que as instalações físicas eram precárias.

¹⁴⁶ NASCIMENTO, Rogério Rodrigues do. **Arquivo do Senado Imperial: História e Memória (1823-1891)**. 2003. 68f. Monografia. (Monografia de Graduação em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

Nas mesmas listagens que nos referimos acima podemos identificar que para a Biblioteca foram adquiridos: material para mimeógrafo; fichários, arquivos, carro e bancos de aço; prateleiras;

Ainda no sentido de melhoria dos serviços administrativos do Senado Federal, encontramos a Portaria de 7 de julho de 1953, que recomenda que Diretores e Chefes de Serviços, assim como os funcionários em geral, colaborem com uma comissão que foi criada com o objetivo de estudar os serviços auxiliares do Senado, no que diz respeito à organização, lotação, métodos e normas de trabalho, articulação entre si e com os órgãos de Direção, bem como apresentar sugestões para o aprimoramento dessas atividades. Aos Diretores, Chefes e funcionários foi solicitado que fornecessem as informações solicitadas, atendessem às convocações para reuniões, assim como facilitassem a observação direta, nos próprios locais de trabalho, do funcionamento dos serviços.

Foi no Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 06.09.1956, que dispõe sobre a mudança da Capital Federal, que encontramos uma mensagem do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, encaminhada aos membros do Congresso Nacional, expondo sobre a ideia de transferência da Capital, e solicitando que esta fosse aprovada, fazendo inclusive estimativas de custos, baseados nas experiências de construção de Belo Horizonte e Goiânia.

É sem dúvida que a transferência da Capital da República, do Rio de Janeiro para Brasília, incitou muitos estudos e planejamentos. Nesse sentido identificamos uma solicitação de pesquisa ao Diretor do ASF para a Comissão Especial da Mudança da Capital da República, que requeria os processos que autorizavam o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República. A referida Comissão foi criada com a intenção de acompanhar as obras de construção das novas instalações do Senado.

A esse respeito encontramos uma fonte documental, pode-se dizer preciosa, pois se trata de um relatório técnico apresentado pela Diretoria do Arquivo, fazendo *Sugestões sobre o Edifício do Senado em Brasília*.

As informações trazidas pelo Diretor, Lauro Portela, são baseadas na especialização em Arquivos, feita pelo mesmo, na Universidade de Madri, na Espanha.

De acordo com a Resolução nº 22, de 19.07.1954, foi concedida permissão ao Diretor de Serviço para aceitar a bolsa de estudo que lhe foi oferecida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica para ampliação de conhecimentos sobre administração de Arquivo e Biblioteca. Destacando que, durante a sua permanência em Madri, ficou-lhe assegurada o recebimento integral dos vencimentos e a contagem de tempo de serviço. A especialização teve início em fevereiro de 1955, e duração de aproximadamente 2 anos.

Com algumas informações que conseguimos em sua pasta funcional, foi possível identificar que Lauro Portela foi um funcionário com consistente formação intelectual e com uma larga trajetória pelo Senado. Era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade do Brasil, em 1933. Foi professor de História Geral do Brasil, e das Américas, na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Foi Diretor do Arquivo, assim como, por duas ocasiões distintas, Secretário de Comissões Parlamentares de Inquérito.

Em seu relatório, o Diretor expõe que após uma reunião realizada com os dirigentes do Senado, foi solicitado que no prazo de oito dias cada um dos Diretores fizesse sugestões para o novo edifício. O referido Diretor ressalta a respeito de um esclarecimento que solicitou na reunião, pois queria saber sobre o teor da sua tarefa. Indagou se as contribuições solicitadas eram para ser uma crítica ao planejamento no sentido geral de todo o edifício, ou se cada Diretor deveria ater-se, exclusivamente, às necessidades do órgão no qual estava lotado.

Justificou seu questionamento, lembrando que com exceção dos funcionários que se encontram à frente da Taquigrafia e das Publicações, os demais eram lotados nas diversas Diretorias, indiscriminadamente.

E ele destaca que, “vale dizer: não possuem os requisitos de especialização, nem a característica de estabilidade no setor funcional”. E explica sua opinião, de que considerava muito mais produtivo se fosse aproveitada a experiência de cada um, para fazer sugestões úteis aos estudos para um planejamento geral. Porém, a orientação foi de que as contribuições se limitassem à Diretoria sobre a qual cada um tinha a responsabilidade direta. Dessa forma, o Diretor Lauro Portela ocupou-se dos problemas relacionados à instalação da DA.

Quanto à localização e à área destinada ao Arquivo, foi informado que a este órgão seriam destinados o terceiro e o quarto pavimentos, fato que ele aprova. Porém ressalva que conforme a disposição do regulamento vigente, embora não observada na prática, o ASF tem a função de ser também o Arquivo do Congresso Nacional.

Compara ainda o Regulamento do Senado com o Regimento Comum das duas Casas Legislativas. O primeiro prevê que “a Secretaria do Senado Federal funcionará como Secretaria do Congresso e terá a seu cargo o arquivo de todos os papéis e documentos, sendo os seus funcionários auxiliados, neste serviço, pelos da Secretaria da Câmara dos Deputados.”¹⁴⁷

Já a norma do Regimento Comum é mais restritiva, considera o Diretor, pois prevê que somente os documentos resultantes das sessões conjuntas é que ficarão sob a guarda da Secretaria do Senado Federal.

¹⁴⁷ Resolução nº 1, de 1950 – Aprova o Regulamento da Secretaria do Senado Federal. Art. 252.

Nota-se que enquanto aquele Regimento se refere a todos os papéis e documentos da Secretaria do Congresso, êste último faz referência expressa ao arquivo das sessões do Congresso Nacional. Há que se atentar também para um vasto documentário que não pertence ao acêrvo de nenhuma das Câmaras em particular, tem as características dos papéis pertencentes ao Congresso Nacional e, como tal, se enquadra no âmbito do Arquivo do Senado, como Arquivo que é do Congresso. Refiro-me ao precioso documentário relativo à Assembléia Nacional Constituinte [...] Pareceu-me oportuno reviver as disposições regimentais atinentes ao âmbito de ação da Diretoria do arquivo do Senado, com a extensão sôbre o Arquivo do Congresso, no momento em que se procura avaliar a área de que carece para a realização dos seus fins.

Destaca a conveniência da intercomunicação desses dois pavimentos previstos para acomodar a Diretoria de Arquivo. Lembra a importância de haver meio de acesso por escada privativo do Arquivo, entre os dois pavimentos, pontuando ainda a necessidade de funcionamento de um elevador para o manuseio dos documentos de um andar para o outro.

Indica que sejam colocados vidros externos especiais, com o objetivo de filtrar os raios solares, evitando ou diminuindo a incidência dos raios infravermelhos, que são prejudiciais aos documentos. Recorda a esse respeito a construção do Arquivo Nacional Espanhol, construído em Madri, o qual tomou conhecimento quando da realização dos seus estudos naquele país.

Informa ainda que tal vidro “é absorvente de calor, sendo transparente. É fabricado na Inglaterra pela Pilkington Brothers Ltd., sob o nome “Calorex poliahed”. Há representante no Rio de Janeiro e poderá ser importado.”

Sugere, ainda que com reservas, um tipo de iluminação artificial da General Electric, que além da distribuição de luz, atua como fator inseticida. Alerta que por tratar-se de um “detalhe eminentemente técnico, deve ser examinado com as devidas cautelas, sobretudo pela interferência que possa ter na vida do pessoal submetido a essa inovação.”

A respeito do controle do ambiente interno, o Diretor lembra que

os Arquivos devem possuir um ambiente conveniente e de caráter estável para a boa conservação do seu acervo. A ciência moderna procura dar aos Arquivos públicos todas as garantias ao seu alcance, no sentido de manter um ambiente ideal, dotado de graus térmicos e higrométricos adequados, sempre aferidos por higrômetros e termômetros, ao lado de medidas de cautela quanto à invasão de agentes capazes de acarretar modificações inconvenientes (luz, calor, humidade, pó, insetos, etc.).

E conclui que em Brasília não existirão os problemas com excesso de umidade, grande preocupação dos arquivos localizados próximos ao mar, porém lembra que existirá o problema com a secura do ar, que também representa um fator desfavorável à conservação dos documentos. E para isso recomenda a instalação de ar condicionado nos pavimentos destinados à Diretoria do Arquivo, lembrando que esse será um procedimento que atuaria contra o mofo, bem como asseguraria uma temperatura estável e facilmente controlável.

Ainda pensando na segurança do acervo documental, recomenda que seja reforçado, nos andares reservados ao Arquivo, o número de aparelhos de extinção de incêndio, deixando ainda a lembrança de ser examinada a possibilidade da adoção do sistema Sprinkler, que tem a vantagem de atuar automaticamente em caso de fogo, pois a tubulação, sob a ação do calor, passa a aspergir água, quando selos de chumbo se derretem.

Alertou ainda, no sentido da construção do edifício, que seria necessário prever uma sobrecarga especial nos andares destinados à Diretoria de Arquivo, uma vez que esse espaço seria ocupado com arquivos e armários repletos de documentos, o que representaria uma forte pressão sobre a estrutura.

O Diretor descreveu, com a finalidade de exemplificar a situação, o caso do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, “cujos construtores não previram a sobrecarga que o Serviço de Identificação Profissional viria ocasionar, daí decorrendo sério perigo para a estabilidade do prédio, obrigando a trabalhos posteriores para corrigir o inconveniente.”

Com relação à distribuição e aproveitamento do espaço físico, enumerou as seguintes necessidades:

- Gabinete do Diretor, com toailete privativo, e área de 30 metros quadrados;
- Ante-Sala, destinada a 1 auxiliar direto e 1 contínuo, com área de 16 metros quadrados;
- Sala de Espera, com área de 14 metros quadrados;
- Sala destinada ao estudo dos Senadores (vista de processos, etc.), com área de 30 metros quadrados;
- Sala para os Serviços Administrativos, destinada a 4 funcionários, com área de 30 metros quadrados;
- Mecanografia, destinada a 4 funcionários, com área de 20 metros quadrados;
- 3 Salas para aparelhagem técnica, com 30 metros quadrados e instalação de água em cada uma das salas. Os aparelhos previstos são: 1 aparelho de microfilmagem; 2 aparelhos de leitura para microfilmes; 2 aparelhos de fotocópia; 1 guilhotina; 1 aparelho para revestimento de documentos com lâminas de acetato de celulose (prensa hidráulica ou o aparelho de William Barrow, denominado “Laminator”); 1 aparelho para cópias heliográficas; 1 lâmina de “Wood”;
- Serviços de Zeladoria, abrangendo câmara de expurgo, com instalação de água e área de 30 metros quadrados;
- Laboratório fotográfico, com instalação de água, e área de 15 metros quadrados;

- Studio para gravação de som e cópias, com área de 15 metros quadrados;
- Arquivo sonoro e filmoteca, com área de 30 metros quadrados;
- Sala de projeção para 120 pessoas, com área de 140 metros quadrados;
- Museu Parlamentar, com área de 100 metros quadrados;
- Arquivo do Congresso, com área de 30 metros quadrados;
- Salões, sem divisões internas, destinados às galerias de arquivos e armários, ocupando o saldo disponível da área reservada à Diretoria.

Para finalizar suas recomendações, o Diretor sugere que todas as salas se comuniquem diretamente, além da circulação através dos corredores. Expõe ainda que ao longo do corredor poderiam ser feitos painéis de vidros, para servirem à exposição de reproduções de “peças raras”, com efeito decorativo. “Poderiam ser ainda utilizadas tais vitrines para o efeito de serem colocados, à vista, as diferentes publicações parlamentares.”¹⁴⁸

A respeito das metodologias e procedimentos de organização identificados no ASF, foram as atas de reuniões da Comissão Diretora que nos ofereceram diversas informações a respeito das decisões tomadas para a Biblioteca e o Arquivo. A referida Comissão era constituída pelo Vice-Presidente e pelos quatro Secretários.

Por meio das listagens de transferência de documentos, é possível identificar que, para o Arquivo, eram transferidos também documentos administrativos. Entre as tipologias documentais que identificamos, estão:

- Livro de ponto dos funcionários do Senado Federal;

¹⁴⁸ Relatório elaborado pelo Diretor, Lauro Portela, Diretoria do Arquivo, datado de 20.01.1959.

- Livro de protocolo, da Diretoria de Contabilidade;
- Autorização para aquisição de material;
- Balancetes;
- Proposta de Orçamento;
- Portarias do Diretor Geral;
- Atos da Mesa.

Além dos documentos administrativos acima enumerados, encontramos referências à transferência de pastas com outros documentos de pessoal, referentes a Promoções de Servidores, Boletins de Merecimento, Pareceres do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) sobre funcionários do Senado Federal, Assentamentos dos Funcionários, entre outros.

Entre as transferências para o Arquivo, conforme as listagens encontradas, o tipo documental mais frequente são os documentos resultantes das aquisições de materiais, tanto permanentes, como de consumo.

Vale destacar que, além dos documentos administrativos, eram transferidas também as proposições legislativas.

Em um processo administrativo sob o nº 957, de 1953, da Diretoria de Contabilidade, é solicitado aumento da verba no orçamento para 1954, destinado a melhoramentos no Arquivo. Assim o Diretor do Arquivo, Lauro Portela, expõe, em caráter de urgência as necessidades daquele órgão:

A reorganização geral do Arquivo do Senado está a exigir melhor aparelhamento, por forma a dar maior eficiência aos serviços e resguardar, sob moldes modernos, um precioso documentário mais do que secular.

[...] cumpre esclarecer que a dotação pedida deverá ser aplicada na aquisição de 20 arquivos de aço, máquina de escrever com mesa (uma) e um ventilador de pé, correndo ainda à conta da mesma os serviços de pinturas gerais e obras pequenas, inclusive reforço da iluminação.¹⁴⁹

A solicitação da Diretoria do arquivo não foi acolhida, recebendo o seguinte despacho: *Submeto o pedido à deliberação do Sr 1º Secretário para resolver sobre o andamento do processo, e será formulado pela Comissão Diretora ou esperar melhor oportunidade para atender ao que é solicitado pelo Sr Diretor do Arquivo. Júlio Barbosa.*

Encontramos também, uma lista de solicitação de material impresso, destinado ao Arquivo, bem como alguns modelos desses materiais. São eles:

- Etiqueta de identificação de documentos;
- Blocos de registro de saídas de Diários;
- Blocos de rascunho de fichas de Processos e Pareceres;
- Folha de requisição de Processos;
- Folha de termo de arquivamento;
- Folha de dados Biográficos;
- Bloco de Fichas para processos, pareceres e documentos administrativos.
Para cada tipo documental, era solicitada uma cor diferente.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Correspondência do Diretor do Arquivo, Lauro Portela, em 20.10.1953.

¹⁵⁰ Ver Anexo 9

Observamos no que diz respeito ao controle que era feito do acervo documental, por meio de fichas, que este era o principal método de organização empregado. Havia rigidez nesse controle, para que fosse eficiente o processo de recuperação dos documentos. A essa atividade era dedicada muita atenção.

Em meio a esses modelos de fichas e outros formulários, encontramos um folder, referente a um modelo de sistema de arquivamento. Era um equipamento eletromecânico, da Remington, que prometia atuar com uma precisão que não admitia falhas, nem perda de tempo. Não encontramos nenhuma referência de que este tipo de equipamento tenha sido adquirido para o uso do Arquivo do Senado, porém, possivelmente, havia a intenção de comprá-lo, por parte da Diretoria, que enfrentava sérias dificuldades de convencimento da Direção Geral, para realizar as melhorias percebidas como necessárias para o Arquivo.

Já na década de 60, encontramos uma correspondência da Chefia da Seção do Arquivo Histórico, Lygia Abreu Alagemovits, que indica que a situação deste órgão em quase nada havia se alterado, haja vista que continuavam as solicitações para aquisição de materiais básicos para a organização dos conjuntos documentais. Essa correspondência enumera os problemas da Seção do Arquivo Histórico:

- 1) *Nosso maior problema é o que se refere a conservação de documentos. Os documentos da época imperial estão arquivados em pastas menores que os documentos – isto acarreta estragos consideráveis dos mesmos, pois ficam dobrados e amassados. Precisamos de 500 caixas de papelão de boa qualidade, leves, no seguinte tamanho: 42 cm de altura x 28 cm de largura x 14 cm de espessura.*
- 2) *Estas caixas deverão ser colocadas em estantes de aço. Temos 10 metros de extensão para colocação das estantes. Ganharemos, assim, 80% de espaço útil, além de preservarmos nosso acervo histórico.*
- 3) *Precisamos de pastas simples corrida de 40 cm de altura por 27 de largura.*
- 4) *Tendo em vista a seleção intensa e criteriosa que se está fazendo na documentação referente a 1ª República, selecionou-se maior número de*

documentos de real valo histórico, havendo por isso necessidade de uma mapoteca.

- 5) *Revestimos os documentos históricos com plásticos, por ocasião de exposições, para melhor conservação dos mesmos. Por isso necessitamos de 50 plásticos tamanho ofício e 50 plásticos maiores.*
- 6) *Plástico transparente de 4m x 1,40m, para proteção do feltro da mesa de exposição.*
- 7) *Uma cadeira para a mesa que se destina a pesquisa.*

Anualmente a Diretoria do Arquivo enviava por meio de correspondência, com o objetivo de elaboração do Relatório da Presidência, informações quantitativas a respeito do acervo documental. Em nossa pesquisa encontramos algumas dessas correspondências, que nos informaram, assim como os próprios Relatórios da Presidência, apenas o quantitativo dos documentos arquivados e das pesquisas atendidas. As informações eram assim dispostas:

1) Documentos arquivados:

- Projetos (originais);
- Avulsos;
- Anais;
- Órgãos oficiais;
- Outros documentos.

2) Requisições atendidas:

- de projetos;

- de avulsos;
- de anais;
- de órgãos oficiais;
- de outros documentos.

Essa correspondência à qual nos referimos, era na verdade uma espécie de formulário que era preenchido com esses dados acima, a respeito do Arquivo.

Sobre os critérios de eliminação dos documentos do Arquivo, pouco se encontrou sobre como eram estabelecidos. Porém é correto afirmar que, tendo em vista as listagens de transferência de documentos e os conjuntos documentais que ainda hoje constituem o Arquivo Permanente, vários deles foram eliminados, uma vez que não se encontram constituindo aquele acervo atualmente.

Afirma o historiador Joel A. P. dos Santos que: “o pesquisador de História considera que a produção e a preservação dos documentos não são neutros, que o documento foi produzido e preservado segundo interesses ou intenções de quem os produziu, ou de quem entendeu ser importante guardá-los,”¹⁵¹ assim como eliminá-los. Nesse sentido analisamos, em 1950, quando o Diretor da Biblioteca e Arquivo consulta a Comissão Diretora sobre o destino a ser dado ao excesso de exemplares de publicações de Avulsos e Diários do Congresso, e esta determina que sejam mantidas 3 coleções encadernadas do Diário do Congresso, do Diário Oficial e do Diário da Justiça, além de mais 10 exemplares avulsos de cada uma dessas coleções. Determina ainda que “o excedente poderá ser vendido a peso.”¹⁵²

¹⁵¹ SANTOS, Joel Abílio Pinto dos. *op.cit.*, 2003. p. 36.

¹⁵² Ata da Comissão Diretora, realizada em 18.05.1950.

Já em outra reunião realizada em 1951, é apresentado o balancete, e aparece como receita o item “Venda de papel velho do arquivo.”¹⁵³

Um tipo documental bem frequente na documentação administrativa desse período é um recibo da Diretoria de Contabilidade, de que o Arquivo estava recolhendo aos cofres da Secretaria do Senado Federal importâncias provenientes da venda de papel considerado “imprestável”, existente no Arquivo.

O que era considerado “papel velho do arquivo”? Somente os excessos de publicações? Um ponto importante a se considerar no processo de tratamento e preservação do patrimônio documental é compreender o desdobramento histórico do procedimento de seleção de documentos, que conforme destaca Jardim,

[...] a este processo e seus determinantes teóricos encontra-se vinculada, por princípio, a constituição dos acervos permanentes/históricos dos arquivos públicos. Estes escolhem mediante tais diretrizes, documentos considerados socialmente relevantes a ponto de justificar a sua preservação **permanente**.¹⁵⁴

Em comunicado ao Diretor do Arquivo, em 18 de setembro de 1952, o Diretor Geral informa decisão da Comissão Diretora, que estabelece que as duplicatas do Diário do Congresso e do Diário Oficial devem ser devolvidas à Imprensa Nacional. Porém, mesmo após a data dessa decisão, continua sendo vendido papel considerado “imprestável” proveniente do Arquivo.

Desta forma então poderia-se ratificar a conclusão de que não era só o excesso de publicações que era eliminado, porém não se pode afirmar, por falta de registros, quais foram os conjuntos documentais eliminados, nem quais eram os critérios aplicados.

¹⁵³ Ata da Comissão Diretora, realizada em 06.09.1951.

¹⁵⁴ JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos Arquivos Públicos. In: *Revista Ciência da Informação*, Vol. 25, n 2, 1995.

A respeito daquilo que era considerado “material imprestável”, encontramos no livro das Portarias do Diretor Geral, uma deliberação tomada pela Comissão de Polícia, em 26 de junho de 1930, quando foi designado o funcionário Luiz Nabuco, para entre outras funções, “propor à Diretoria a baixa ou a venda de material ou objeto julgados inservíveis ou imprestáveis ou que não tenham mais aplicação no Senado, recolhendo o producto da venda ao cofre da Secretaria.”¹⁵⁵

Sem dúvidas a noção e a compreensão conceitual que temos hoje sobre o processo de avaliação de documentos, pouco significa quando precisamos fazer uma análise dos critérios ou ‘ausência destes’ empregados para a realização da avaliação no período de 1946 a 1964. Para isso é importante lembrar que a obra de Schelleberg, notável referência técnico-teórica da arquivística, foi publicada nos EUA, em 1956, e a sua tradução no Brasil só veio em 1973.

Dessa forma, para subsidiar nosso trabalho de pesquisa, precisamos ir mais além na história, e nesse sentido, as contribuições teóricas de Hilary Jenkinson nos auxiliam a compreender o tipo de processo de avaliação, pelo qual passavam os documentos do Senado Federal do período que estudamos.

Segundo Cook, para Jenkinson

os documentos são os subprodutos espontâneos da Administração, testemunho puro de atos e ações, não se pode permitir qualquer interferência depois de sua produção, porque se não estaria minando sua própria natureza de prova imparcial dos fatos. Se quiser manter num arquivo a "inocência" dos documentos, toda avaliação por parte do arquivista é totalmente inadequado. Assim, se o arquivista exercita seu "juízo pessoal", estaria violando critérios de reter para satisfazer as necessidades presentes ou futuras dos pesquisadores.¹⁵⁶

De acordo com o mesmo autor, para Jenkinson o papel do arquivista era custodiar arquivos. Fazia com que ficasse com o produtor dos conjuntos documentais a difícil e

¹⁵⁵ Livro de Portarias do Diretor Geral.

¹⁵⁶ COOK, Terry. *op.cit.*, 1996. p.4.

incômoda tarefa de reduzir o enorme volume documental, transformando a administração no único instrumento para a seleção e eliminação de seus próprios documentos.

Resumidamente, para Jenkinson, os documentos eram *avaliados* somente quanto ao seu caráter jurídico, bem como de suas características comprobatórias. Para ele o administrador público era uma pessoa “honrosa, educada e civilizada, capaz de aplicar juízos desinteressados no que concerne a conservação dos documentos.” A respeito do pressuposto de que a verdade é descoberta graças aos documentos ou de que o arquivista era um guardião neutro e imparcial, é o reflexo fiel do positivismo empírico, o qual era profundamente conhecido por Jenkinson.¹⁵⁷

Dessa forma, concluímos que essa era a tendência no processo de avaliação de documentos nesse período nas instituições arquivísticas, e assim a possível influência não só para a avaliação, mas também para a concepção de arquivo adotada pelo Senado brasileiro.

Os arquivos são “lugares de memória” e por meio de seus acervos fazem a “ponte” entre o passado e o presente, tornando-se importante instrumento para a produção do conhecimento. A representação das ações oficiais do Estado pode ser observada nas fontes documentais arquivísticas, desde que sejam considerados os elementos intrínsecos da sua produção, avaliação, preservação, e permissão de acesso à pesquisa.

¹⁵⁷ *Idem.* p.5.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho encerra muito das nossas inquietações intelectuais e profissionais a respeito do processo de memória que se constrói nos Arquivos. Conduzidos pelos nossos objetivos e metodologias buscamos lançar nosso olhar sobre nosso objeto, a fim de que pudéssemos extrair dele e a seu respeito, informações e orientações que venham a contribuir de maneira ímpar às atuais práticas no Arquivo do Senado Federal. Sem dúvida não conseguimos exaurir todos os aspectos a respeito desse tema, uma vez que estávamos enquadrados num prazo acadêmico de realização do mestrado.

Dessa forma, essa foi a trajetória que percorremos, de pesquisa às fontes, e situando-as sempre à luz da literatura arquivística e historiográfica. Foi assim que alcançamos os objetivos propostos, realizando um trabalho que sirva de orientação prática tanto para os profissionais do Arquivo do Senado, como dos próprios pesquisadores que encontram lá suas fontes.

Fomos subsidiados pelas “ideias”, que segundo Rösen consistem “nos fatores que transformam as carências de orientação no tempo em interesses no conhecimento

histórico,” pretendendo através das fontes “reconhecer um passado que faça sentido como história.”¹⁵⁸

Considerando que no Brasil a História Política foi dominante até os princípios do século XX, é um processo de consequência que a preocupação com a conservação e preservação dos documentos públicos tenha sido contornada pelo viés do positivismo, que exaltava a importância dos documentos oficiais para a produção historiográfica.

Apesar do período em que se enquadra nossa pesquisa já ser marcado pelo movimento dos *Annales*, a concepção de documento predominante nas instituições de memória no Brasil, ainda era, essencialmente, como elemento de prova dos fatos do passado.

Nossa pesquisa aponta de maneira imediata para a extrema preocupação com a conservação dos documentos. Tanto porque as condições físicas das instalações do Arquivo do Senado não eram nada adequadas, mas principalmente pela preocupação em conservar de forma segura as “provas históricas do passado”.

Aliada a essa idéia, junta-se a concepção de avaliação de documentos identificada como predominante na grande parte das instituições, durante o período em estudo, que é a proposta difundida por Hilary Jenkinson, na qual a instituição é a única responsável pela atribuição do que é ou não documento de caráter permanente ou meramente informativo.

A função principal do arquivo era garantir a inviolabilidade das provas documentais históricas que ali custodiava.

Nessa linha de pensamento é que se estabelece de maneira mais clara o reconhecimento do arquivo enquanto espaço de representação do poder legitimado do Estado. A concepção institucional de memória, e por consequência de arquivo e documento, era o ponto de partida para a realização da avaliação e seleção dos documentos ditos históricos.

¹⁵⁸ RÜSEN, Jörn. *op. cit.*, 2001. p.32.

É desse modelo de arquivo que se utiliza a perspectiva de produção historiográfica positivista de Leopold von Ranke. Para a escola Positivista do fim do século XIX e do início do século XX, o documento oficial fundamenta o fato histórico, apresentando-se por si mesmo como prova histórica.

Existe a intenção em estabelecer nos espaços dos Arquivos Públicos a representação da imagem que se pretende projetar do Governo e do Estado.

Assim Certeau afirma que os arquivos são espaços precisos, e que representam “práticas através das quais cada sociedade explicita, miniaturiza, formaliza suas estratégias mais fundamentais, e representa-se assim, ela mesma, sem os riscos nem as responsabilidades de uma história a fazer.”¹⁵⁹

As principais dificuldades pelas quais passava o Arquivo do Senado podem ser resumidas nas precárias instalações físicas, bem como da falta de pessoal, e ainda mais de pessoas qualificadas para o desempenho das atividades técnicas específicas desse órgão.

Com relação aos recursos humanos que trabalham no Arquivo, não muito raramente, ainda hoje, essas pessoas são impregnadas com o sentimento de que estão sendo punidas por terem sido designadas para essa atividade, tal é o desconhecimento da importância desse órgão como subsídio do processo de tomada de decisões no âmbito institucional. No período estudado, essa situação era ainda mais pulsante, e por isso ao Arquivo eram encaminhadas pessoas, muitas vezes com problemas de saúde, e que passavam grande parte do tempo em licença médica, assim como algumas que já tinham passado por vários outros órgãos da casa, sem terem se adaptado, e dessa forma aguardavam a aposentadoria, “passando os dias” no arquivo.

Fica difícil estabelecermos uma ordem de causa e consequência para o fato dos arquivos ocuparem, ao longo dos tempos, um local secundário na sociedade. Seria difícil afirmarmos que falta de interesse e apoio institucional para fortalecer as atividades do

¹⁵⁹ CERTEAU, Michel de. *op. cit.*, 2006. p.20.

órgão tenham relegado a este um papel de pouca importância, ou se o caminho foi inverso. Se a falta de eficácia na realização das suas atividades foi que fez com que as instituições fossem desestimuladas a investir nas melhorias necessárias ao Arquivo.

O fato é que, apesar das considerações constitucionais da Carta de 1946, reconhecendo os documentos de arquivo como bens públicos e, dessa forma, de responsabilidade de preservação por parte do Estado, a atenção dispensada a estes não mudou de forma significativa, pelo menos nas próximas duas décadas, como pudemos analisar tanto no Arquivo Nacional como Senado Federal.

As mudanças na concepção de memória, arquivo e documentos caminharam em passos lentos na história brasileira. Não podemos afirmar convictos que a ação lenta e pouco eficiente no processo de tomada de decisões, por parte do Arquivo, foi determinante para que as instituições não dispensassem a esse órgão maior atenção, ou se foi a falta de atenção por parte dos dirigentes que garantiu ao arquivo esse papel, pra lá de secundário.

Independente de como se estabeleceu esse processo, o fato é que a profissionalização e organização dos arquivos são eventos recentes. Hoje os arquivos contam com um apoio indispensável e único para efetivarem suas políticas de gestão da informação e do conhecimento: a tecnologia da informação.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

6.1 Acervos Consultados

Arquivo do Senado Federal – Conjuntos documentais consultados:

- Atas de reuniões da Comissão Diretora;
- Relatórios da Presidência do Senado;
- Anais do Senado Federal;
- Documentos Administrativos da Diretoria do Arquivo do Senado;
- Relatório para instalação do Arquivo do Senado Federal em Brasília (1958);
- Relatórios de viagens a parlamentos da Europa;
- Regimentos, Regulamentos e demais normas administrativas do Senado Federal pertinentes ao tema.

Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Senado Federal

Biblioteca Central da Universidade de Brasília

6.2. Bibliografia

BARBOSA, Antônio José. História do Senado Brasileiro. Antônio José Barbosa, Celso Silva Fonseca, Marcos Magalhães. Brasília: Senado Federal, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes Históricas**/organizadora Carla Bassanezi Pinsky. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. Arquivo do Estado, São Paulo, 1998.

BRANCHE, Henri Boullier de. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2 edição. Rio de Janeiro, 1975.

BRASIL. Constituição, 1946.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

COOK, Terry. **Interacción entre la teoría y la práctica archivísticas desde la publicación del manual holandês en 1898**. Trabalho apresentado no XIII Congresso Internacional de Arquivos, Pequim, 1996.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 11.11.2008.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Dicionário de Terminologia Arquivística : Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivstica.pdf>. Acesso em: 10.12.2008.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. In: *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, Vol.7, n.13, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12.ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Eduff, 1999.

_____. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói, Eduff, 1995.

_____. A invenção da memória nos Arquivos Públicos. In: *Revista Ciência da Informação*, Vol. 25, n 2, 1995.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. *IN : As representações sociais*. Jodelet, D. (org). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LE COADIC, Ives François. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

_____. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *Histoire et historiens*. Textes reunis par Étienne Bloch. Paris: Armand Colin, 1995.

MCCULLAGH, C.Behan. “Bias in historical description, interpretation and explanation”. In: *History and theory* (39/1), 2001.

MELLO, Maria Thereza Negrão. “Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros.” In: CABRERA, Olga et alli (orgs.). *Cenários Caribenhos*. Brasília: Paralelo 15, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e Documento: Reflexões para um tempo de transformações. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas/** organizadora Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

NASCIMENTO, Rogério Rodrigues do. **Arquivo do Senado Imperial: História e Memória (1823-1891)**. 2003. 68f. Monografia. (Monografia de Graduação em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1981.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, 1959.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Joel Abílio Pinto. Historiografia e Arquivística. **Textos de Arquivologia**. Curso de Arquivologia. UFSM. Santa Maria: AAB-RS, 1997.

_____. O acesso à documentação dos Arquivos Públicos como razão e contra-razão de Estado e a produção do conhecimento Histórico-Social no MERCOSUL. 2003. 177f..Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Mestrado em Integração Latino-Americana, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SANTOS, Luís Alberto Brandão. “Literatura e História: convergência de possíveis”. In: Romance histórico: recorrências e transformações, Maria Cecília B. Boechat, Paulo M. Oliveira, Silvana M. P. Oliveira (orgs). Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O Tecido do Tempo**: A idéia de patrimônio cultural no Brasil 1920 – 1970. 1992. 498f..Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**; Tradução de Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **Problemas arquivísticos do governo brasileiro**, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 10, Rio de Janeiro. 1960.

ANEXOS

ANEXO 1

Tabela de ementas de PLC's e PLS's.

Ano	Projeto de Lei	Ementa/ Autor
1946	PLS	SF PLS 2/1946, de 06/11/1946 Ementa: Consolida disposições vigentes a respeito da organização da Justiça Eleitoral, do alistamento e do processo eleitorais, registro de partidos políticos nacionais e dá outras providências. Autor: SENADOR - Ivo d'Aquino
	PLC	SF PLC 16/1946, de 14/12/1946 Ementa: Assegura a oficiais reformados integrantes da Força Expedicionária Brasileira, o direito de ingresso automático na terceira série do curso das Escolas de Engenharia. Autor: CD - Câmara dos Deputados
1947	PLS	SF PLS 4/1947, de 11/04/1947 Ementa: Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil na Turquia. Autor: COMISSÃO - Comissão de Relações Exteriores
	PLC	SF PLC 205/1947, de 27/10/1947 Ementa: Fixa as forças de terra, mar e ar para o tempo de paz. Autor: CCD - Comissão de Segurança Nacional
1948	PLS	SF PLS 15/1948, de 28/04/1948 Ementa: Regula a concessão de pensão às viúvas dos veteranos das campanhas do Uruguai e Paraguai. Autor: SENADOR - Filinto Müller
	PLC	SF PLC 357/1948, de 15/09/1948 Ementa: Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxílio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicação de documentos inéditos pelo Arquivo Nacional. Autor: DEPUTADO - Barreto Pinto
1949	PLS	SF PLS 5/1949, de 31/03/1949

Ementa: Torna sem efeito o Decreto-lei 5784 de 30 de agosto de 1943, que anexou a Estrada de Ferro Maricá à Estrada de Ferro Central do Brasil.

Autor: SENADOR - Alfredo Neves

PLC

SF PLC 346/1949, de 20/09/1949

Ementa: Regula a liberdade de imprensa.

Autor: CN - Comissão Mista de Leis Complementares

1950 PLS

SF PLS 63/1950, de 01/12/1950

Ementa: Proíbe a exportação, para o exterior do país, do couro de jacaré em bruto.

Autor: SENADOR - Azevedo Ribeiro

PLC

SF PLC 171/1950, de 21/06/1950

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da Nova Capital da República.

Autor: CCD - Comissão Especial da Câmara dos Deputados

1951 PLS

SF PLS 10/1951, de 19/01/1951

Ementa: Manda erigir, na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, monumento à memória de Pedro Teixeira, em consagração do movimento de que resultou a incorporação da Amazônia ao Território Nacional.

Autor: SENADOR - Augusto Meira

PLC

SF PLC 267/1951, de 07/11/1951

Ementa: Cria, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o 5º Distrito, com Sede em Natal, Rio Grande do Norte.

Autor: EXTERNO - Executivo Federal

1952 PLS

SF PLS 9/1952, de 29/04/1952

Ementa: Autoriza a Federação Nacional dos Odontologistas a instituir caixas em benefício dos profissionais nela inscritos.

Autor: SENADOR - Mozart Lago

PLC

SF PLC 277/1952, de 30/10/1952

Ementa: Atualiza a pensão dos herdeiros dos militares vitimados no

combate à revolução comunista em 1935.

Autor: EXTERNO - Executivo Federal

1953 PLS

SF PLS 5/1953, de 06/02/1953

Ementa: Reconhece a Federação das Bandeirantes do Brasil como órgão máximo do Escotismo Feminino.

Autor: SENADOR - Mozart Lago

PLC

SF PLC 372/1953, de 08/12/1953

Ementa: Reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria Geral da Fazenda Pública do Ministério da Fazenda, consolida suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe.

Autor: EXTERNO - Executivo Federal

1954 PLS

SF PLS 39/1954, de 13/05/1954

Ementa: Cria o Museu da Abolição, com Sede na Cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

Autor: SENADOR - Joaquim Pires

PLC

SF PLC 158/1954, de 19/07/1954

Ementa: Concede isenção de direitos de importação inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para um conjunto completo de transmissor de televisão destinado à Rádio Record S/A.

Autor: DEPUTADO - Ulysses Guimarães

1955 PLS

SF PLS 30/1955, de 13/10/1955

Ementa: Autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em suas contabilidades, o Livro Diário de Escrituração Mercantil pelo Livro Balancetes Diários e Balanços, cujas características define: atribui eficácia probatória aos lançamentos efetuados segundo o sistema de partidas ou 'vouchers', e da outras providências.

Autor: SENADOR - Moura Andrade

PLC

SF PLC 121/1955, de 05/07/1955

Ementa: Dispõe sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelas instituições de previdência social, e dá outras providências.

Autor: DEPUTADO - Celso Peçanha

- 1956 PLS **SF PLS 6/1956, de 17/01/1956**
Ementa: Dispensa até 31 de dezembro de 1958, a exigência do Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para os capitães do quadro de intendência.
Autor: SENADOR - Caiado de Castro
- PLC **SF PLC 4/1956, de 05/01/1956**
Ementa: Dispõe sobre a criação do Ministério da Economia.
Autor: DEPUTADO - Israel Pinheiro
- 1957 PLS **SF PLS 4/1957, de 08/02/1957**
Ementa: Denomina Escola Técnica Coriolano de Medeiros a Escola Industrial de João Pessoa (PB).
Autor: SENADOR - Ruy Carneiro
- PLC **SF PLC 84/1957, de 10/05/1957**
Ementa: Regula o sequestro e o perdimento de bens nas casas de enriquecimento ilícito, por influência ou abuso de cargo ou função.
Autor: SF - Senado Federal
- 1958 PLS **SF PLS 7/1958, de 14/04/1958**
Ementa: Dispõe sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado por funcionário à União, as Autarquias e ao Banco do Brasil S/A.
Autor: SENADOR - Mathias Olympio
- PLC **SF PLC 219/1958, de 19/12/1958**
Ementa: Institui a Campanha Nacional contra a Lepra e dá outras providências.
Autor: DEPUTADO - Jandui Carneiro
- 1959 PLS **SF PLS 24/1959, de 08/07/1959**
Ementa: Permite a fixação de época especial no ano letivo de 1959 para a prestação de exames finais, do 5º (quinto) ano das faculdades de Direito de todo o país, e da outras providências.
Autor: SENADOR - Lino de Mattos
- PLC **SF PLC 111/1959, de 04/11/1959**

- Ementa:** Determina a transparência de verbas no orçamento vigente.
Autor: DEPUTADO - José Bonifácio
- 1960 PLS **SF PLS 6/1960, de 25/02/1960**
Ementa: modifica dispositivos da lei 2686, de 19 de dezembro de 1955, que prorroga, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o regime de subvenção as empresas de transportes aereos estabelecido pela lei 1181, de 17 de agosto de 1950.
Autor: SENADOR - Rui Palmeira
- PLC **SF PLC 14/1960, de 16/03/1960**
Ementa: Abre ao Poder Legislativo o crédito especial de cr\$ 800.000.000,00 para atender às despesas com a sua transferência para Brasília, e cuida do serviço de radiofusão dos trabalhos do Congresso Nacional - crédito de cr\$ 150.000.000,00.
Autor: Origem no Legislativo - CD PL. 1160D / 1960
- 1961 PLS **SF PLS 24/1961, de 11/07/1961**
Ementa: Dispõe sobre a remoção dos funcionários civis da União e dá outras providências.
Autor: SENADOR - Heribaldo Vieira
- PLC **SF PLC 178/1961, de 24/11/1961**
Ementa: Isenta do imposto de consumo os fertilizantes e compostos destinados à aplicação em atividades agrícolas.
Autor: DEPUTADO - Cunha Bueno
- 1962 PLS **SF PLS 36/1962, de 09/08/1962**
Ementa: Autoriza a entrega ao Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal das verbas destinadas a mesma Secretaria.
Autor: SF - COMISSÃO DIRETORA
- PLC **SF PLC 104/1962, de 06/07/1962**
Ementa: Dá ao atual Território Federal Rio Branco a denominação de Território Federal de Roraima.
Autor: DEPUTADO - Valério de Magalhães
- 1963 PLS **SF PLS 156/1963, de 12/11/1963**

Ementa: Determina providências para a comemoração do Centenario de Nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e institui o Dia Nacional do Índio.

Autor: SENADOR - Bezerra Neto

PLC

SF PLC 34/1963, de 11/06/1963

Ementa: Proíbe a distribuição dos saldos das autarquias aos seus funcionários.

Autor: DEPUTADO - Plínio Lemos

1964 PLS

SF PLS 41/1964, de 05/08/1964

Ementa: Institui o 'Dia Nacional da Saúde'.

Autor: SENADOR - Cattete Pinheiro

PLC

SF PLC 307/1964, de 27/11/1964

Ementa: Concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel e dá outras providências.

Autor: DEPUTADO - Maurício Goulart

ANEXO 2

Correspondência do zelador, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo do Senado Federal, datada de 05.07.1954.

SENADO FEDERAL

*Pequena inundação
D'a 29/7/54*

Snr. Diretor do Arquivo

Já temos acentuado, vezes seguida, as falhas desta Diretoria no tocante as suas instalações, tendo em vista a conservação e segurança de seu documentario, bem assim quanto a salubridade para os seus funcionários.

Isto posto, nos termos do Art-190, alíneas B e E, data vênha, dentre as obras aprovadas pela douta Comissão Diretora para as dependencias desta Diretoria como complemento das que se realizam para tornar mais ampla a ação administrativa do Senado, sugerimos a retificação do sistema do sistema de esgotos e, como consequencia, a retibada da Caixa de Esgoto existente sob os Arquivos desta Diretoria, uma vez que a adoção das medidas aqui sugeridas, deverá ter grande alcance no sentido de remover o perigo da alagamento por agua contaminada das Atas e Latas arquivos com riscos para os documentos da Nação.

Demais, a Caixa de Esgoto localizada sob os livros de Ata e arquivos, recebe os esgotos das demais dependencias do Senado.

Uma providencia no sentido da localizaçãõ em outro local da referida Caixa seria uma medida de resultados salutaes evidentes.

Diretoria do Arquivo, em 5 de Julho de 1954

Jacy de Souza Lima
Zelador do Arquivo

ANEXO 3

Correspondência do zelador, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo do Senado Federal, datada de 12.07.1954.

SENADO FEDERAL

Senhor Diretor do Arquivo

Comunico a V.S., para os devidos fins, que a coluna de madeira que serve de revestimento para um dos "Barrotins" de segurança deste edifício (lado da Cinelandia), na parte que fica em baixo do piso do primeiro andar, e que serve ainda de base de apoio para a improvisada parede que forme a antiga "Caixa Forte", construída há mais de 30 anos com o objetivo de resguardar as Atas Eleitorais de então, está atacada pelo Cupim, inseto esse que, no correr do tempo, pode submeter a risco o material recolhido à Diretoria do Arquivo ou a esta percententes, principalmente os documentos da Nação sob a sua guarda.

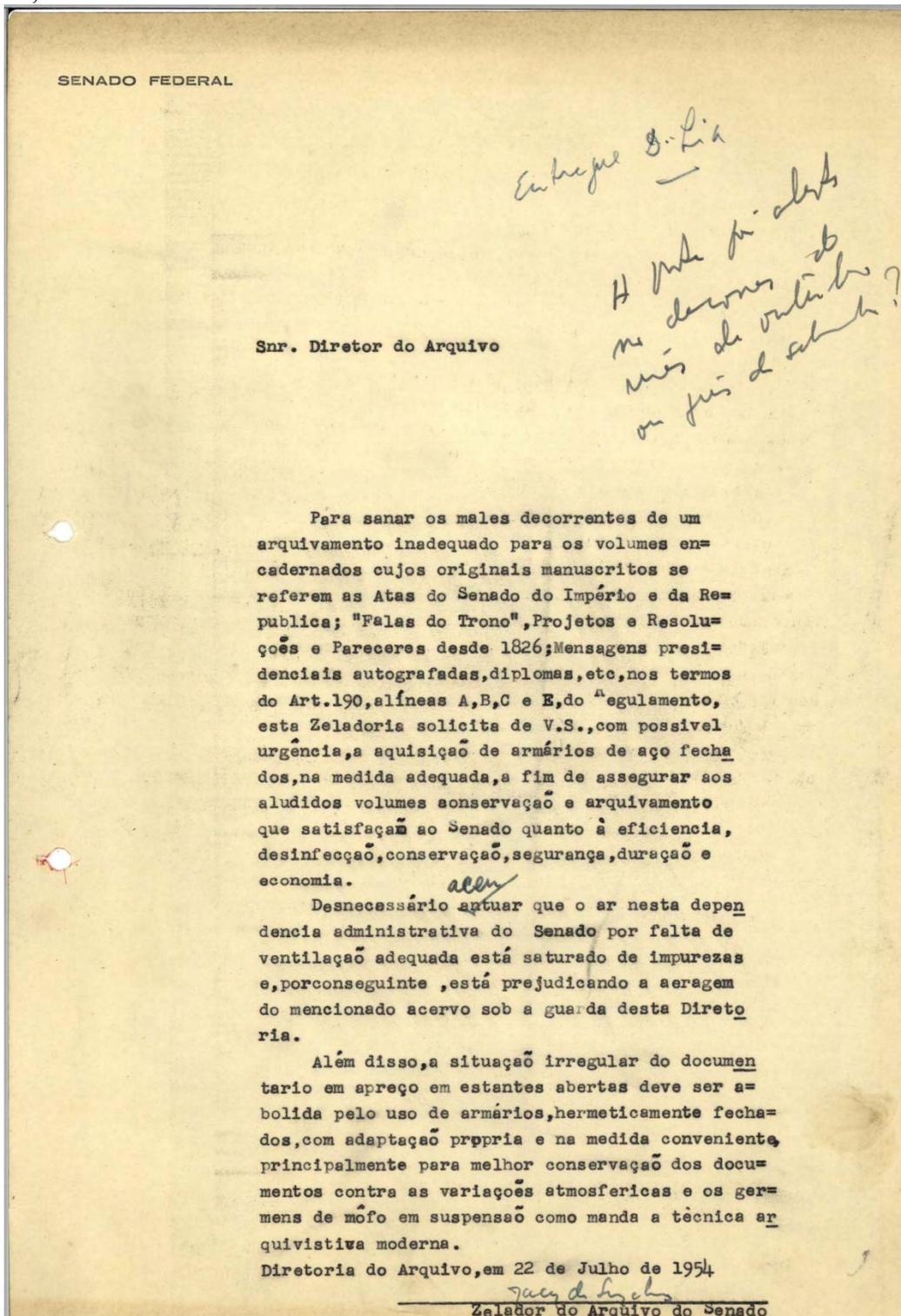
Assim sendo, na forma das Alineas A, B e E do Art 190 do Regulamento, (Resolução nº 1, de 1950), esta Zeladoria chega à conclusão de que é necessária a retirada da aludida coluna e bem assim da parede a fim de conjurar a ameaça à segurança dos bens do Senado Federal, mencionados nesta informação, bem como à saúde dos funcionários, aeração dos documentos e a própria segurança do edifício sede do Senado Federal, atualmente em reparos dos seus andares superiores.

Diretoria do Arquivo, em 12 de Julho de 1954

Jacy de Souza Lima
Zelador do Arquivo do Senado Federal

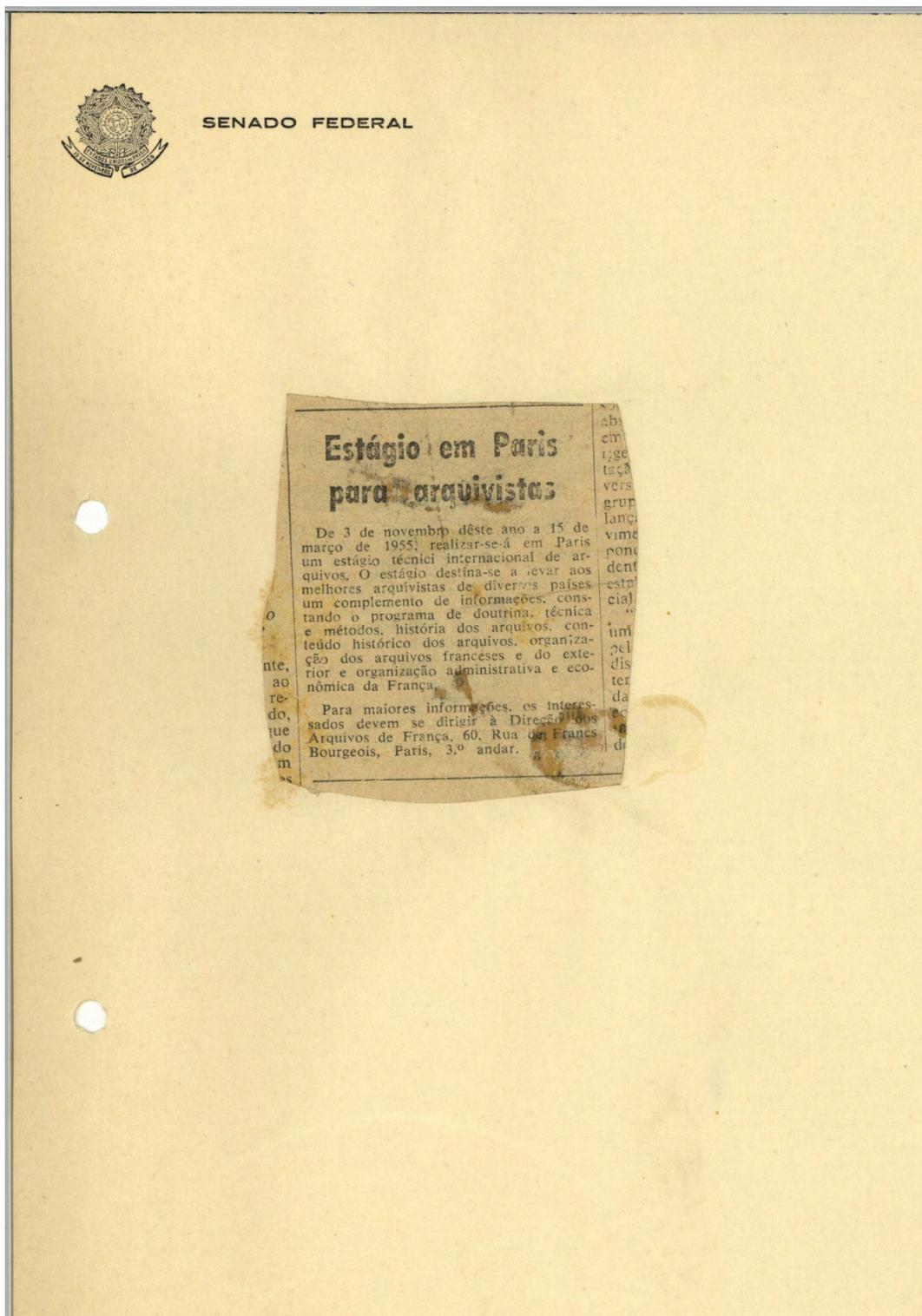
ANEXO 4

Correspondência do zelador, Jacy de Souza Lima, ao Diretor do Arquivo do Senado Federal, datada de 22.07.1954.



ANEXO 5

Recorte de jornal anunciando estágio para arquivistas em Paris, 1954.



ANEXO 6

Folders informando sobre soluções para combate de insetos.

ALGUMAS VANTAGENS DA APARELHAGEM TIFA**1. PENETRAÇÃO**

A névoa TIFA, sendo formada de finíssimas partículas, se difunde por todos os lugares onde o ar possa penetrar, e alcança a praga mais rápida e eficazmente do que qualquer outro jato de pulverizador.

2. OPERAÇÃO RÁPIDA

A névoa TIFA pode encher 15.000 pés cúbicos de espaço em um minuto, ou cobrir 30 acres em uma hora, em condições atmosféricas adequadas.

3. ECONOMIA DE MÃO DE OBRA

A aparelhagem TIFA é uma máquina fácil de ser manobrada por um só homem.

4. ECONOMIA DE MATÉRIA PRIMA E NO TRANSPORTE DE QUANTIDADE DE MATERIAL

A névoa TIFA espalha o material ativo na proporção correspondente a um oitavo da quantidade de diluidor necessária para o pulverizador líquido comum.

5. BAIXO CUSTO DE OPERAÇÃO

A grande velocidade de cobertura da aparelhagem TIFA, aliada à economia de mão de obra, à eficiência do trabalho e à redução do transporte de materiais, torna-a o aplicador de inseticida mais econômico que se possa obter.

INTEIRAMENTE NOVO PARA SE ACABAR COM AS PRAGAS

NENHUM INSETO RESISTE! DESINSETIZAÇÃO TOTAL

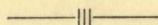
Sistema T I F A (nebulização quente e fria) para grandes ambientes e áreas de uso comum nos edifícios, matando os insetos e prevenindo seu regresso por largo período em virtude de depósitos residuais de inseticida.

Sistema PHANTOM (atomização) por máquinas portáteis especiais para ambientes limitados, apartamentos, residências, escritórios, matando INSTANTANEAMENTE todos os insetos; este sistema é acompanhado de distribuição de inseticida ESPECIAL em pó, para a prevenção da renovação das pragas.

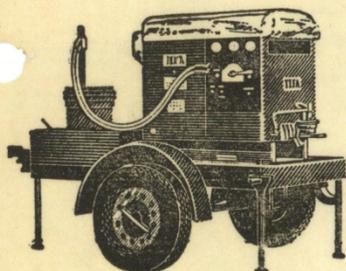
Os mais eficientes e modernos processos para a eliminação de insetos.

- * Não mancham
- * Não contaminam
- * Não intoxicam
- * Não deixam cheiro desagradável.

OS SISTEMAS "TIFA" E "PHANTOM" SÃO REALMENTE MECÂNICOS, FUNCIONANDO SOB PRESSÃO DE 15.000 PÉS CUBICOS POR MINUTO. LEVANDO O INSETICIDA ONDE QUER QUE O AR PENETRE!



PARA CONSULTAS E ORÇAMENTOS INTEIRAMENTE
GRATIS E SEM QUALQUER COMPROMISSO,
TELEFONAR À



LASEC

Rua 1.º de Março. 37-A - 8.º andar

Tel.: 23-4167 R-407

Rio de Janeiro



Temos à disposição dos interessados documentação fornecida por inúmeros edifícios, apartamentos, hospitais, escolas, bibliotecas, cinemas, etc., atestando a eficiência do nosso trabalho e dos sistemas usados, os mais aperfeiçoados e eficientes atualmente no mundo.

ANEXO 7

Correspondência da Diretora do Arquivo para o Primeiro Secretário do Senado Federal.

DA-8/64

Em 23 de junho de 1964

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Em cumprimento à deliberação de Vossa Excelência na última reunião dos Diretores, diversos problemas atinentes à administração das respectivas Diretorias foram abordados, principalmente, no que se refere à movimentação constante de pessoal sem atendimento à conveniência do serviço, criando tãda série de dificuldades aos responsáveis pelo bom andamento dos trabalhos nos diversos setores da Secretaria.

Neste momento, desejo trazer minha colaboração, apelando no sentido de que seja colocado, acima de interêsses de alguns servidores, a organização administrativa desta Casa do Congresso, que vem sofrendo, de longa data, as consequências desastrosas da descontinuidade nos trabalhos inadiáveis.

Não é possível, repito, fazer-se abstenção do fator humano para se cumprir um programa de ação. Sabe Vossa Excelência que pouco ou quase nada se fará, sem uma racional e eficiente equipe de servidores - razão do sucesso ou insucesso de qualquer empreendimento público ou privado.

Com uma lotação inicial de 26 servidores, dos quais

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR DINARTE MARIZ
DD. PRIMEIRO SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL.

6 subalternos, já agora conta o Arquivo com apenas 18 funcionários, sem que tenha havido a indispensável substituição dos designados para servir nos diversos Gabinetes, sendo que 3 dêles ocupam cargo técnico de Arquivo.

Ressalte-se, também, que alguns funcionários com exercício na Diretoria do Arquivo não oferecem índice razoável de produção, não se lhes podendo entregar trabalho contínuo ou de responsabilidade, por apresentarem deficiências somato-psíquicas.

Diante do exposto, a fim de que possa esta Diretoria cumprir as disposições do Regulamento, solicito a Vossa Excelência sejam criados mais 5 cargos de Arquivista, com exercício permanente no Arquivo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de alta estima e distinta consideração.

/elg.

Aurea de Barros Rego
AUREA DE BARROS REGO
DIRETORA DO ARQUIVO.

Legislaturas anteriores das quais fez parte:

Como Deputado:

Como Senador:

Estados que representou:

Foi Constituinte?

Quando?

Associações culturais de que faz ou tenha feito parte:

Obras publicadas:

Científicas:

Literárias:

Outras publicações:

Atividades na Imprensa:

Atuou, de modo particular, nas seguintes campanhas parlamentares:

Condecorações:

Outros dados

É casado com

Filhos

Indicações, na hipótese de haver ascendentes no Legislativo, mencionando os respectivos nomes e a época:

Residência nesta Capital:

Telefone:

Residência no Estado:

End. Telegráfico:

Observações:

Autorizo que os dados acima, por mim conferidos, fiquem constando do documentário do Arquivo do Senado, nos termos do art. 19, letra h), da Resolução n.º 4, de 1955.

Senado Federal, em de de 19

(a)

Ocorrências posteriores à elaboração dos dados supra:

ANEXO 9

Modelos de formulários de organização e controle do acervo documental do Arquivo do Senado Federal.

TÉRMO DE ARQUIVAMENTO DA PASTA n° _____ Gaveta
n° _____ Contem esta pasta _____ documentos, todos
numerados, classificados e fichados, dependendo, para seu
arquivamento, da audiência do Zelador do Arquivo, na forma
da alínea d, do artigo 190, do Regulamento da Secretaria do
Senado Federal. E, nêsse sentido, submete-a à consideração
do Senhor Diretor.

Diretoria do Arquivo, em de de 1954

Oficial Legislativo, classe

Ao Zelador do Arquivo para cumprimento do Artigo
190, alínea d, do Regulamento da Secretaria do Senado.

Diretoria do Arquivo, em de de 1954

Diretor

6

TERMO DE ARQUIVAMENTO d _____

Contém este processo _____ fôlhas, por mim numeradas e rubricadas, estando o mesmo com a tramitação concluída. De ordem, transmito-o ao Arquivista.

Diretoria do Arquivo, em de de 195

Oficial Legislativo

Está classificado sob número de ordem _____ Pasta _____
Gaveta _____
Lata _____ Estante _____ Minutada a ficha inclusa, devolvo-o ao oficial informante.

Diretoria do Arquivo, em de de 195

Arquivista

Confere. Submeto o processo á consideração do Senhor Diretor, com as fichas inclusas, devidamente datilografadas.

Diretoria do Arquivo, em de de 195

Oficial Legislativo

MODELO N.º 3

ARQUIVE-SE

Em...../...../195.....

DIRETOR DO ARQUIVO

Assunto :

4

Vêr Documento N.º Pasta N.º Gaveta N.º

2

1

DOCUMENTO
N.º
PASTA
N.º
GAVETA
N.º